



CADERNOS DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

1º SIMPÓSIO DCS-UNJU/UEPG DE
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

João Irineu de Resende Miranda
Lislei Terezinha Preuss
Adriano Smolarek
(Organizadores)

Esta coletânea de pesquisa foi construída no ano de 2021. Em meio a uma pandemia que deixou, deixa e deixará marcas em nosso tempo. Nesta conjuntura, convulsa e bastante incerta, uma iniciativa de internacionalização, desempenhada como esforço de manter viva a chama do conhecimento acadêmico, se iniciou. A Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil e a Universidade Nacional de Jujuy – Argentina, no melhor ânimo de cooperação e simbiose, estabeleceram o 1º Simpósio DCS-UNJu/UEPG de Ciências Sociais Aplicadas, no mês de novembro daquele ano. O Evento que foi construído a partir do esforço conjunto dos Professores de ambos Programas de Pós-graduação, ocorreu em modalidade virtual. Tendo servido como mecanismo de integração entre mestrandos e doutorandos de ambos países, na discussão de dinâmicas comuns e outras bastante particulares. Trata-se de um registro histórico e uma reafirmação da vocação social da Universidade pública. Analisando questões que afetam a todos, direta ou indiretamente. No mais perfeito entendimento de que o interesse local possui influência nas dinâmicas globais e que geram desdobramentos que merecem ser analisados e cientificamente considerados.



editora *fi.org*



CADERNOS DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CUADERNOS DE INVESTIGACIÓN EN CIENCIAS SOCIALES APLICADAS

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni
(*in memoriam*)

Comitê Científico

Dr. Adriano Alberto Smolarek - UEPG

Dra. Claudia Krmoptic – UNJU

Dra. Ethel Alderete – UNJU

Dr. Fabrício Bittencourt da Cruz – UEPG

Dr. João Irineu de Resende Miranda - UEPG

Dr. Juan Pablo Ferreiro – UNJU

Dra. Karina Benítez Luzuriaga – UNJU

Dra. Lislei Teresinha Preuss – UEPG

Dra. Luana Billerbeck – UEPG

Dr. Marcelo Brunet - UNJU

Dr. Marcelo Jeréz – UNJU

Dr. Márcio Ronaldo S. Fernandes - UNICENTRO

Dra. Marisel Arrueta – UNJU

Ms. Marli de Freitas Mendes - UEPG

Dra. Myriam Barone – UNJU

Dr. Nei Alberto Salles - UEPG

Dra. Sandra Maria Scheffer - UEPG

CADERNOS DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

CUADERNOS DE INVESTIGACIÓN EN CIENCIAS SOCIALES APLICADAS

1º SIMPÓSIO DCS-UNJU/UEPG DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

1º SIMPÓSIO DCS-UNJU/UEPG DE CIENCIAS SOCIALES APLICADAS

Organizadores

João Irineu de Resende Miranda

Lislei Terezinha Preuss

Adriano Smolarek



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C122 Cadernos de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: 1º Simpósio DCS-UNJU/UEPG de Ciências Sociais Aplicadas [recurso eletrônico] / João Irineu de Resende Miranda, Lislei Terezinha Preuss e Adriano Smolarek (orgs.). – Cachoeirinha : Fi, 2023.

161p.

Cuadernos de Investigación en Ciencias Sociales Aplicadas: 1º Simposio DCS-UNJU/UEPG de Ciencias Sociales Aplicadas

ISBN 978-65-85725-44-6

DOI 10.22350/9786585725446

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ciências sociais – Simpósio – Brasil – Argentina. I. Miranda, João Irineu de Resende. II. Preuss, Lislei Terezinha. III. Smolarek, Adriano.

CDU 314/316(81/82)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Os Organizadores</i>	
1	12
A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19	
<i>Christiane Cruvinel Queiroz</i>	
<i>Lucia Cortes da Costa</i>	
2	37
CUIDADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM PANORAMA DA TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA E LIBERAÇÃO DO TEMPO NO CONE SUL DA AMÉRICA LATINA	
<i>Nayara Cristina Bueno</i>	
<i>Lislei Teresinha Preuss</i>	
3	52
O ENFOQUE DA CIDADANIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO BACHAREL EM DIREITO NO NORTE DO PARANÁ: UM CURRÍCULO ACADÊMICO “CIDADÃO”	
<i>Mariana Fordellone Rosa Cruz</i>	
4	74
MARCOS GRADUALES FILOSÓFICOS Y POLÍTICOS DEL DERECHO DE AUTODETERMINACIÓN DE LOS PUEBLOS	
<i>Adriano Alberto Smolarek</i>	
<i>João Irineu de Resende Miranda</i>	
5	95
ESTUDIANTES EN EDUCACIÓN REMOTA DE EMERGENCIA: FACTORES INCIDENTES EN SUS TRAYECTORIAS ACADÉMICAS	
<i>Farid Diego Astorga</i>	
6	123
CRECIMIENTO URBANO DE LEDESMA: LA PROPIEDAD DE LA TIERRA Y EL INGENIO	
<i>Sofia Melina Balceda</i>	

7

139

LA EVOLUCIÓN DE LA TELEVISIÓN EN ZONAS DE FRONTERA. ANÁLISIS COMPARATIVO DE CANALES ABIERTOS Y GRATUITOS EN LAS PROVINCIAS DE CORRIENTES Y JUJUY

Miguel Ángel Vilté

OS AUTORES

159

APRESENTAÇÃO

Os Organizadores

Esta coletânea de pesquisa foi construída no ano de 2021. Em meio a uma pandemia que deixou, deixa e deixará marcas em nosso tempo. Nesta conjuntura, convulsa e bastante incerta, uma iniciativa de internacionalização, desempenhada como esforço de manter viva a chama do conhecimento acadêmico, se iniciou. A Universidade Estadual de Ponta Grossa - Brasil e a Universidade Nacional de Jujuy – Argentina, no melhor ânimo de cooperação e simbiose, estabeleceram o 1º Simpósio DCS-UNJu/UEPG de Ciências Sociais Aplicadas, no mês de novembro daquele ano. O Evento que foi construído a partir do esforço conjunto dos Professores de ambos Programas de Pós-graduação, ocorreu em modalidade virtual. Tendo servido como mecanismo de integração entre mestrandos e doutorandos de ambos países, na discussão de dinâmicas comuns e outras bastante particulares.

Trata-se de um registro histórico e uma reafirmação da vocação social da Universidade pública. Analisando questões que afetam a todos, direta ou indiretamente. No mais perfeito entendimento de que o interesse local possui influência nas dinâmicas globais e que geram desdobramentos que merecem ser analisados e cientificamente considerados.

Christiane Cruvinel Queiroz e Lúcia Cortes Costa desvelam as relações incidentes aos mecanismos de proteção social no Estado

brasileiro ao longo do período pandêmico. Uma verificação histórica e prática que retrata a institucionalidade estatal sob o contexto mencionado. No mesmo sentido, Nayara Cristina Bueno e Lislei Terezinha Preuss analisam os marcos de aplicação das políticas de cuidado envolvendo todos os países do Consol da América do Sul, tanto partindo-se de um recorte de gênero, quanto do impacto das políticas de transferência de renda e de liberação do tempo nestes países.

Mariana Fordellone Rosa Cruz realiza o levantamento e análise da difusão do saber jurídico através do processo de formação dos bacharéis em Direito em diversas instituições no Norte do Estado do Paraná. Constatando peculiaridades institucionais e curriculares que impactam diretamente na aprovação destes bacharéis no Exame de Classe, exigido aos advogados brasileiros. Em abordagem teórica são abordados por Adriano Alberto Smolarek e João Irineu de Resende Miranda os contornos epistêmicos do Direito de Autodeterminação dos Povos. Em uma discussão vinculada ao Direito Internacional, os autores defendem um recorte histórico que demonstra a existência do dogma – teorizado somente no panorama da Organização das Nações Unidas – já desde a Idade Média, trazendo uma abordagem inovadora e comprometida com a utilização argumentativa de justificação das identidades nacionais.

Retornando ao contexto pandêmico, Farid Diego Astorga realiza uma análise sobre o impacto da utilização da metodologia da virtualidade pela Universidad Nacional de Jujuy e as repercussões particulares ao corpo de alunos e docentes daquela Universidade. Coletando dados referentes ao ano de 2021, o autor desnuda um

contexto de baixo rendimento e de dificuldades materiais e sociais para o seguimento da vida acadêmica sob o trágico contexto da pandemia.

Já Sofia Melina Balceda nos apresenta o interessante contexto histórico e as razões econômicas que proporcionaram o crescimento e a urbanização da cidade de Ledesma, província de Jujuy, Argentina. Evidenciando dinâmicas econômicas estratégicas, asseveram-se fatores que se estabelecem hoje, influenciando aquela região provincial, através da indústria açucareira. Ao fim, um importante levantamento feito por Miguel Ángel Vilte aborda o costume e o consumo televisivo nas regiões fronteiriças das províncias de Jujuy e Corrientes. Da análise, surgem diversos fatores sociais, práticas e identidades que traduzem reflexos políticos argentinos.

Este Caderno é em suma, um instrumento de pesquisas transversais, internacionais e sociais. Trazem para o compartilhamento e o deleite do leitor, percepções distintas de mundo, saberes, referenciais teóricos e aproximações com fatos – quem sabe – nunca antes vistos. A multiplicidade do mundo nos entrega seus fenômenos e cabe a nós, cientistas sociais, enfrentá-los. Assim como fez-se, através deste compêndio: analisando conjunturas, teorizando e humanizando-as. Esperamos que o conteúdo apresentado, possa servir como registro vivo da produção universitária feita no momento pandêmico.

Boa leitura!

1

A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID-19

*Christiane Cruvinel Queiroz*¹

*Lucia Cortes da Costa*²

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, no contexto de redemocratização do país e construção de um estado social, concebeu um sistema de proteção social denominado Seguridade Social, ligado à ideia de “bens sociais garantidos como direitos de cidadania” (LOBATO, 2016, p. 723). Tratou-se de um momento histórico aglutinador dos direitos civis, políticos e sociais no país, cuja trajetória seguiu-se de maneira invertida à trilogia dos direitos de Marshall (1967) com o surgimento dos direitos sociais após o adensamento dos direitos civis e político, no contexto da Inglaterra.

No Brasil, a emergência dos direitos sociais data da década de 1930. Contudo, de forma antecedente aos direitos políticos e civis, dado o contexto político ditatorial, o que permitiu que os direitos sociais fossem colocados à sociedade sob a forma de “favores” concedidos pela elite política, numa relação autoritária-paternalista e com ares de moeda de troca pela lealdade e gratidão do trabalhador. Assumiu o

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, Brasil. christianequeiroz75@gmail.com

² Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, Brasil. cortesluci@gmail.com

caráter de cidadania passiva e receptora (CARVALHO, 2013; DRAIBE, 1998) em contraposição à ideia de cidadania social ampliada de Marshall (1967).

No contexto histórico-político que antecede a Constituição Federal de 1988, a proteção social no Brasil possuía um caráter dual: de um lado uma rede de proteção social voltada para o trabalhador com profissão reconhecida e regulamentada pelo governo federal e, portanto, detentor de carteira de trabalho³. Eram os chamados “cidadãos regulados” (SANTOS, 1987). De outro lado, um sistema direcionado a todo cidadão brasileiro excluído do mercado de trabalho e regido pela lógica do favor, da benemerência e filantropia (SPOSATI, 2009).

Somente com a promulgação da Constituição em 1988 é que se inaugura um sistema de proteção social financiado por toda a sociedade e norteado pelo ideário de universalização de direitos e justiça social. O sistema foi concebido sob os pilares da Previdência Social (com previsão de cobertura de ações contributivas para o setor urbano e parcialmente contributivo para o setor rural), da Assistência Social (de natureza não-contributiva) e da Saúde (com políticas universalistas).

No entanto, o sistema de Seguridade Social brasileiro nasce na contramão do movimento de reestruturação nos modelos dos estados de bem-estar social⁴ dos países capitalistas ocidentais, diante do avanço

3 Considerada, à época, a “certidão do nascimento cívico” (SANTOS, 1987) que assegurava o acesso a um rol de direitos trabalhistas, previdenciários e saúde.

4 O último quartel do século XX foi marcado por um processo de desaceleração econômica dos países desenvolvidos; surgimento de novos riscos sociais da sociedade pós-industrial, decorrentes da desindustrialização; globalização; mudanças tecnológicas limitativas ao crescimento do emprego; tendências demográficas de envelhecimento da população (MOREIRA, 2003).

dos ideais neoliberais em ataque ao modelo de estado social fundado no paradigma keynesiano.

No início da década de 1990, num contexto de crise fiscal, baixo crescimento econômico, inflação elevada e aumento da dívida externa, prevaleceu uma agenda reformista cujos temas centrais eram o corte de gastos com benefícios sociais, programas de privatizações, medidas políticas de liberalização do capital e desregulamentação do mercado de trabalho. Tais medidas foram colocadas como condições necessárias para o crescimento econômico e inserção do país na ordem mundial globalizada (COSTA, 2006). Preponderou, no discurso político-ideológico, a tese de que a implementação dos direitos sociais recém-positivados só seriam viável após o país alcançar o funcionamento adequado da economia, que naquele momento equivalia ao controle da inflação, e o crescimento econômico.

De maneira que cada uma das políticas sociais que compõem o sistema de Seguridade Social trilhou um caminho diferente, dado o estágio de institucionalização setorial herdado com o fim do regime ditatorial no país e as correlações de forças presentes em cada área da política social. A Assistência Social tornou-se a última das políticas de proteção social⁵ a ser regulamentada no país, o que ocorreu somente cinco anos depois de promulgada a Constituição, com a publicação da Lei n. 8.742, denominada de Lei Orgânica da Assistência Social, alterada pela Lei n. 12.345/2011 (BRASIL, 1993).

⁵ A Lei Orgânica da Saúde foi publicada em 1990 (Lei n. 8.080) e a Lei Orgânica da Previdência Social foi publicada em 1991 (Lei n. 8.212).

A Assistência Social constitui-se numa política pública que contradiz a própria lógica do sistema capitalista de que a sobrevivência do indivíduo deve dar-se por mérito próprio e pela via do trabalho. A conflituosidade desta política é expressa, de um lado, pelo movimento que se contrapõe à redução do mandamento constitucional da dignidade da pessoa humana sob a forma de manutenção dos mínimos sociais; de outro, pelos movimentos reformistas de setores conservadores da sociedade que a consideram um estímulo à ociosidade e a redução dos esforços pessoais.

A década de 2000 foi marcada pelo processo de estruturação da política nacional de Assistência Social e a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com a previsão de gestão administrativa descentralizada e compartilhada entre os três níveis de governo: federal, estaduais e municipais. O sistema público funciona em rede única, em âmbito nacional e de forma articulada com iniciativas da sociedade civil. Tem como diretrizes, dentre outras, garantir uniformidade na oferta de um rol tipificado de serviços, benefícios, programas e projetos, com critérios e padrões de atendimento, além da realização de estudos e diagnósticos locais e regionais, monitoramento e avaliações com observância às especificidades regionais e às diversidades dos municípios.

No entanto, a capacidade protetiva da política de Assistência Social tem sido fortemente tensionada desde a radicalização da agenda de liberalização econômica, em detrimento da continuidade das propostas de viés socialdemocrata. O movimento reformista, de caráter conservador, é sustentado pelo discurso da necessidade de

enfrentamento do “desajuste” fiscal provocado pelo expansionismo das políticas sociais. Na prática, o que se busca é a restrição dos direitos sociais e a reconfiguração do estado social concebido na Constituição Federal de 1988, pela via da redução dos investimentos em políticas sociais, do grau de cobertura dos benefícios e serviços sociais, da subvalorização do salário-mínimo, sem qualquer interferência negativa em relação ao capital financeiro.

Esse movimento reformista foi recrudescido com a adoção de um regime de austeridade fiscal expansionista, instituído pela Emenda Constitucional n. 95/2016 que fixou um teto de gastos das despesas primárias do governo federal, pelo prazo de vinte anos. E no curso desse movimento de desmonte das políticas sociais, dentre elas a Assistência Social, sobreveio uma expressiva e abrupta demanda dos milhares de cidadãos brasileiros atingidos pelos efeitos sanitários, econômicos e sociais causados pela pandemia da Covid-19.

METODOLOGIA

O estudo de abordagem qualitativa e cunho exploratório pautou-se pela revisão da bibliografia e pela coleta de dados documentais e orçamentários divulgados pelo Ministério da Cidadania, órgão responsável pela gestão da política nacional de Assistência Social. O objetivo é discutir o papel da política de Assistência Social no contexto político-econômico de reversão do processo de concretização dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988, na atualidade severamente atacados por governos de viés liberal e

tensionados pelos efeitos econômicos e sociais provocados pela pandemia na saúde pública decorrente da Covid-19.

O artigo apresenta dados sobre a institucionalização da Assistência Social enquanto política pública a cargo do Estado. Aborda o tensionamento na manutenção da política protetiva diante do desfinanciamento público imposto pelo regime de austeridade fiscal, instituído pela Emenda Constitucional n. 95/2016 e sua reconfiguração no modelo de estado social brasileiro. Discute aspectos relacionados à concepção e implantação do benefício temporário denominado “Auxílio Emergencial” que visa garantir renda mínima aos cidadãos brasileiros atingidos pela pandemia da Covid-19 e que preencham os requisitos legais, além das alterações legislativas no único benefício socioassistencial assegurado na Constituição Federal como direito fundamental: o benefício de prestação continuada para pessoa idosa ou com deficiência; também conhecido como BPC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A política de Assistência Social, anteriormente à Constituição Federal, era marcada por ações fragmentadas e descontínuas, regidas sob a perspectiva do favor, da ajuda ou do amparo às pessoas em situação de pobreza. Em regra prestadas por entidades sem fins lucrativos, de caridade ou pela igreja. Há uma frase de Mestriner (2011, p. 14) que sintetiza esse longo processo histórico: “Assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas uma da outra.”. Representou um período cujas ações estiveram

pautadas sob a lógica do favor que ao contrário de retirar ou romper o ciclo da exclusão social e econômica de uma imensa parcela da população brasileira acabou por reproduzir a pobreza e a grave desigualdade social no país. Além disso, recriou as situações de subordinação e sujeição do segmento da população em situação de pobreza.

A Assistência Social, enquanto política pública de proteção social, dever do Estado, tem previsão normativa no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, na ótica de direito social fundamental, de caráter não-contributivo⁶, que deve ser prestada a quem dela necessitar. A política visa assegurar proteção social à família, à maternidade, ao cidadão em determinados momentos do ciclo de vida (criança, adolescente e idoso) e às pessoas com deficiência. O que significa afirmar, em outras palavras, que demanda a atuação do Estado por meio da implantação de uma política pública capaz de prover níveis de proteção e promoção social através de um conjunto de ações, oferta de bens, serviços, garantia de renda e regulação de elementos de mercado (CASTRO, 2012).

Um dos embates que permeiam a consolidação da política de Assistência Social reside na materialização da previsão constitucional de que a política protetiva deve ser prestada “a quem dela necessitar”. Numa sociedade marcada pela profunda desigualdade social e racial; pela heterogeneidade e amplitude geográfica, o desafio de suprimir o atributo estigmatizador de ausência de mérito ou competência pessoal

6 Compreendido sob dois enfoques: de um lado, a obrigatoriedade do Estado brasileiro de assumir o papel de gestor e financiador da política pública de Assistência Social. De outro, o caráter “desmercantilizado” da Assistência Social, uma vez que o acesso ao rol de prestações sociais ofertadas ocorre fora das relações de mercado que fundam o sistema capitalista.

para superar, pela via do trabalho⁷, as situações de pobreza, vulnerabilidade natural ou acidental e desproteção social, ainda não se mostra plenamente realizado.

A política de Assistência Social busca reafirmar, cotidianamente, que o cidadão ao acessar determinada oferta de proteção social, não o faz na condição de “menos-cidadão” (SPOSATI, 2012, p. 18). Ao contrário, justamente porque se trata de um direito fundamental social, assegurado a quem dele necessitar, em consequência de determinadas situações causadoras de dependência ou vulnerabilidade, é que se impõe a construção de uma identidade social na condição de cidadãos portadores de direitos e conscientes de que têm direito a ter direitos.

A institucionalização da política nacional de Assistência Social – PNAS é datada de 2004 e a criação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS de 2005. Desde então, um significativo arcabouço normativo foi produzido para a formulação de princípios e diretrizes que ancoram a construção dessa política no país. Os principais objetivos consistem em assegurar proteção de renda, de acolhida, de convívio e autonomia à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice e pessoas com deficiência. Está previsto um rol tipificado de benefícios, serviços, programas e projetos que devem ser financiados pelos três entes federativos: União, Estados, Municípios, além do Distrito Federal.

Desde então, grandes desafios têm sido colocados à Assistência Social, na esfera da implementação da política pública, como a regulamentação e organização da forma de prestação da proteção social;

7 Ainda que estejamos vivenciando décadas de desemprego estrutural.

a instalação e manutenção de equipamentos públicos para a oferta dos serviços; a contratação de equipe técnica para operacionalizar a política; o financiamento do custeio das ações socioassistenciais; a avaliação e monitoramento das ações implementadas; a participação da população na formulação e controle das ações, em todos os níveis de governo.

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS foi concebido em moldes similares ao primeiro sistema público e nacional: o Sistema Único de Saúde – SUS. O sistema SUAS tem abrangência nacional, caráter público, com previsão de gestão administrativa descentralizada e comando unitário em cada nível de governo. Há previsão legal da participação da sociedade civil no planejamento e controle social.

A ideia central do SUAS é possibilitar a execução dos serviços, benefícios, programas e projetos em âmbito nacional e de forma articulada entre os entes da federação. Busca-se assegurar a unidade na forma de organização, na oferta, no local de acesso, nos critérios e padrões de atendimento, na realização dos estudos e diagnósticos locais e regionais, no monitoramento e avaliações, com respeito às especificidades regionais e às diversidades presentes nos municípios (PEREIRA, 2007).

Seguindo a lógica do arranjo do federalismo cooperativo brasileiro, o sistema normativo do SUAS estabelece responsabilidades e competências para o financiamento, a formulação, implantação, coordenação, monitoramento e avaliação pelos três entes da federação.

Para a implantação do SUAS, o governo federal teve um papel indutor relevante, sobretudo no período de 2004 a 2015. O período dos governos filiados ao Partido dos Trabalhadores, autodenominado de

governo social-desenvolvimentista, foi marcado por estratégicas políticas, econômicas e sociais que buscaram combinar crescimento econômico, combate à pobreza e redução da desigualdade social. Como coloca Kerstenetzky (2012, p. 231) o governo federal adotou um conjunto de medidas modeladoras, denominadas de políticas sociais economicamente orientadas e políticas econômicas socialmente orientadas, para caracterizar um período de forte “crescimento redistributivo” no país.

Nesse contexto, o financiamento federal foi determinante para a implantação do SUAS no país. A heterogeneidade dos municípios brasileiros, em especial aqueles de pequeno porte, ocasiona uma forte dependência em relação às transferências de recursos federais e estaduais para a instalação e manutenção de equipamentos públicos para a oferta dos serviços socioassistenciais. Os dados orçamentários do governo federal⁸ (BRASIL, 2020), indicam que a destinação dos recursos públicos vinculados à rubrica da Assistência Social era de 0,8% do PIB nacional em 2004 e alcançou o patamar de 1,5% do PIB em 2015. Esse volume orçamentário, aliado ao papel do governo federal de indução e coordenação da implantação do sistema nacional, possibilitou alcançar uma significativa capilaridade do SUAS no território brasileiro.

Os dados do Censo SUAS⁹ de 2019 apontam a instalação de 8.357 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS (considerados a

8 Dados divulgados no portal de transparência da Controladoria Geral da União. Recuperado de <http://www.portaltransparencia.gov.br/orgaos-superiores/37000-controladoria-geral-da-uniao>.

9 O Censo SUAS, realizado anualmente, é o principal instrumento nacional de coleta de informações sobre a gestão da Assistência Social, com a geração e compilação de informações nacionais que

porta de entrada do sistema protetivo), instalados em mais de 5.500 municípios; 2.723 Centros de Referência Especial da Assistência Social - CREAS¹⁰; 5.768 Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas em situação de rua e migrantes e 228 Centros POP¹¹. Há mais de 115 mil profissionais trabalhando nesses equipamentos, com percentual aproximado de 30% de servidores concursados e 34% de servidores temporários. É considerado por pesquisadores e gestores da política como o maior sistema de proteção social dos países ocidentais¹².

Contudo, o processo de consolidação do SUAS tem sido fortemente tensionado, com indicadores atuais de um verdadeiro desmonte da estrutura pública no país, desde a instituição do novo regime fiscal, pela EC 95/2016¹³. Foi constitucionalizado um teto para as despesas primárias¹⁴ da União, pelo período de vinte anos, limitando o crescimento das despesas de forma vinculada à inflação, independente da ocorrência de crescimento econômico ou alterações demográficas.

possibilitam o acompanhamento das unidades de referência e prestadores de serviços do SUAS, além de garantir o controle social.

10 O CREAS é uma unidade pública, de abrangência municipal ou regional, que tem como papel constituir-se no *locus* de referência, nos territórios, para a oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos.

11 O Centro POP é uma unidade pública, de referência para atendimento às pessoas em situação de rua. Constitui-se no *locus* de referência para a oferta de atendimentos individuais e coletivos, realização de oficinas, atividades de convivência e socialização para a construção de relações de solidariedade, afetividade e respeito.

12 Segundo a Nota Técnica do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Assistência Social da PUC-SP. Recuperado de: <https://cisama.sc.gov.br/assets/uploads/23b57-nota-tecnica-agosto.pdf>. 2021.

13 Segundo Santos e Szwako (2016) a Emenda Constitucional n. 95/2016 foi promulgada já nos primeiros meses do governo pós-impeachment da presidenta Dilma Rousseff, facilitada pelo momento conjuntural de crise fiscal, crise política e recessão aguda. O governo pós-golpe optou por favorecer o capital rentista ao invés do financiamento dos direitos sociais.

14 Compreendida como o conjunto de gastos para a oferta de serviços públicos à sociedade, deduzidas as despesas financeiras, portanto, com o serviço da dívida pública da União.

Trata-se de uma variante do modelo adotado em outros países adstrito à noção de “austeridade expansionista” (ALESINA, ARDAGNA, 2009) que prega a redução dos gastos sociais com cortes no orçamento, nas dívidas e no déficit do governo ao invés do aumento de tributos, em momentos de crise econômica (BLYTH, 2013).

Na prática, o novo regime fiscal tem promovido um congelamento das despesas primárias da União, nos patamares orçamentários de 2016, acarretando severos cortes na destinação de recursos para o financiamento das políticas públicas sociais que, por sua vez, passam a disputar entre si a alocação dos recursos do fundo público¹⁵. Uma prova disso, é a constatação do percentual do orçamento federal destinado ao custeio da PNAS que em 2016 era de 1,25% do PIB nacional e, em 2019, equivalia a 0,8 do PIB, retornando ao patamar do início da implantação do SUAS. Há uma projeção de que ao final do prazo vintenário, em 2036, os investimentos na PNAS em relação ao PIB alcançarão o patamar de 0,70% do PIB, ou seja, inferior àquele registrado no ano de 2006 (PAIVA, et. al., 2016).

O SUAS E OS DESAFIOS COLOCADOS PELA PANDEMIA DA COVID-19

A importância da estruturação e manutenção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS tornou-se evidente no contexto da pandemia da Covid-19. As políticas de Saúde e Assistência Social foram consideradas essenciais pelo governo federal, reforçando a

15 Uma abordagem sobre as medidas de redução dos gastos públicos na Assistência Social e Previdência, diante do ajuste fiscal instituído pela EC 95/2016 e sua continuidade no governo Bolsonaro, é realizada em COSTA (2019).

imprescindibilidade da atuação do Estado brasileiro em duas frentes. Em primeiro lugar, para garantir as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo coronavírus. Em segundo, para assegurar a prestação dos benefícios, serviços e programas socioassistenciais tanto para a população mais vulnerável, em situação de risco social ou de violação de direitos que já era usuária da política de Assistência Social quanto para milhares de pessoas que perderam seus empregos e rendas e para as famílias cujas rotinas e vínculos foram fortemente abalados.

A pandemia da Covid-19 exigiu a adoção de medidas governamentais que assegurassem formas de proteção social para as necessidades mais imediatas e de sobrevivência da população. O sistema foi reorientado na forma de prestação dos serviços (como os serviços de acolhimento; de convivência e fortalecimento de vínculos), dos programas e na gestão dos benefícios socioassistenciais (benefício de prestação continuada e os benefícios eventuais). Foi previsto o atendimento remoto aos cidadãos; a suspensão das atividades coletivas; o repasse de recursos extraordinários para a execução dos serviços socioassistenciais, dentre outras medidas. Os gestores municipais viram-se impelidos a identificar novas demandas, reorganizar as ofertas, considerando a especificidades locais e a segurança dos trabalhadores e usuários do SUAS.

Por parte do governo federal, destacamos duas medidas relacionadas com a política de Assistência Social: a criação do benefício temporário de transferência direta de renda, denominado Auxílio Emergencial, responsável pelo maior volume de recursos

orçamentários alocados na Assistência Social e as alterações legislativas, de caráter ampliativo, nos critérios de concessão do benefício de prestação continuada à pessoa idosa ou com deficiência em situação de vulnerabilidade social.

A análise do benefício do Auxílio Emergencial, instituído pela Lei 13.982, de 2 de abril de 2020 (BRASIL, 2020), ainda que de forma breve, demanda a divisão temporal em três etapas distintas, as quais mostraram-se restritivas com o decorrer dos meses e invertidas na lógica protetiva x agravamento da pandemia.

Inicialmente, o benefício do Auxílio Emergencial consistiu na transferência de renda mensal, nos valores de R\$ 600,00 (equivalente a USD 124,48¹⁶) ou R\$ 1.200,00 (USD 248,96), nesse caso para mulheres provedoras de família monoparental. Iniciado em julho de 2020, com previsão de duração de três meses, o benefício foi estendido por mais dois meses. O pagamento foi limitado a duas pessoas por família¹⁷, podendo chegar a um patamar de R\$ 1.800,00 (USD 373,44), por exemplo, no caso de concessão de um benefício de R\$ 1.200,00 para mulher chefe de família monoparental e um benefício de R\$ 600,00 para outro membro integrante da mesma família.

Em setembro de 2020, por meio da Medida Provisória nº 1000 (BRASIL, 2020), foi instituído o Auxílio Emergencial Residual para as pessoas que receberam as cinco parcelas do auxílio emergencial e

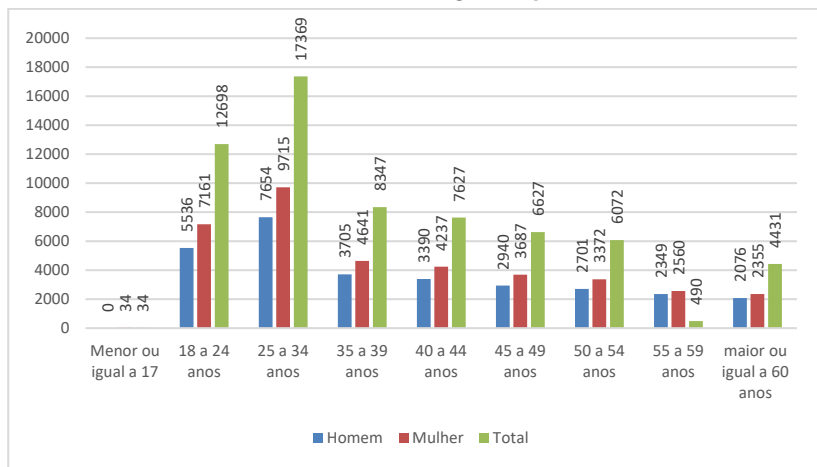
¹⁶ Na cotação de 14 de junho de 2023, 1 dólar americano equivale a R\$ 4,82 (quatro reais e oitenta e dois centavos).

¹⁷ O conceito de família utilizado como sendo todas as pessoas que residem no mesmo domicílio e dividem as despesas comuns. Trata-se de um conceito mais amplo do que aquele utilizado para acesso ao benefício de prestação continuada do idoso ou pessoa com deficiência, por exemplo.

atendiam aos novos critérios de elegibilidade. Os valores foram reduzidos para R\$ 300,00 para o público geral (USD 62,24) e R\$ 600,00 para mulheres provedoras de famílias monoparentais. O benefício residual foi pago até o mês de dezembro de 2020 e esteve limitado a R\$ 600,00 por família, ou seja, em casos de família chefiada por mulher o seu recebimento foi limitado a uma pessoa por núcleo familiar.

Vale pontuar que o Auxílio Emergencial substituiu automaticamente o benefício do Programa Bolsa Família (PBF), vinculado à política de Assistência Social e custeado pelo governo federal, nas situações em que era mais vantajoso para a família participante desse programa. Para ilustrarmos o alcance do número de beneficiários do Auxílio Emergencial, na sua primeira versão, trazemos a representação no Gráfico 1, dos dados compilados pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2021), distribuídos por sexo e idade, no Brasil.

Gráfico 1. Beneficiários do Auxílio Emergencial, por sexo e idade. Brasil



Fonte: Ministério da Cidadania. SAGI, janeiro de 2021

Os dados no Gráfico 1 indicam que o benefício de transferência de renda focalizada alcançou quase dois quintos da população brasileira em idade ativa. O volume de recursos federais destinados ao financiamento do Auxílio Emergencial, no ano de 2020, totalizou 293,1 bilhões, equivalente a 55,9% do total os recursos alocados no “orçamento de guerra” autorizado pelo Congresso Nacional para fazer frente às demandas da pandemia da Covid-19 (IPEA, 2021).

Dado o agravamento da pandemia no ano de 2021, o benefício foi retomado em abril¹⁸, porém em caráter mais restrito. O Auxílio Emergencial 2021, assim denominado, teve previsão para pagamento de quatro parcelas mensais, nos valores de R\$ 150,00 (reside sozinho); R\$ 250,00 (família com mais de uma pessoa e não chefiada por mulher) ou R\$ 375,00 (família chefiada por mulher), limitado a um benefício por família. Cerca de 45,6 milhões de brasileiros foram beneficiados, ou seja, 22,6 milhões a menos do que a primeira versão do benefício socioassistencial. E foram destinados 44,9 bilhões para o custeio dos benefícios, quase sete vezes a menos que o recurso de 2020, a despeito do agravamento das condições sociais, econômicas e de saúde vivenciadas no país.

Algumas questões precisam ser pontuadas em relação à concepção e implantação do benefício do Auxílio Emergencial e suas variações. A primeira diz respeito ao fato de que o benefício, a despeito do seu caráter vinculado à garantia de renda e sobrevivência e, portanto, dentro da tipificação das formas de provisões ofertadas pela Política

18 Medida Provisória nº 1.039, de 18 de março de 2021, instituiu o Auxílio Emergencial 2021, regulamentado pelo Decreto 10.661, de 26 de março de 2021.

Nacional de Assistência Social, foi construído de forma insulada pelo Ministério da Economia. Não houve participação direta da Secretaria Nacional de Assistência Social na concepção da modelagem do benefício, da forma como seria operacionalizado e seus impactos protetivos. Disso decorreu o fato de que o Auxílio Emergencial foi normatizado de forma não integrada às diretrizes do SUAS e sem a apropriação do ferramental institucional construído pela PNAS nas últimas décadas como, por exemplo, o diagnóstico e levantamento territorial das famílias em diversas situações de vulnerabilidade social há anos realizado pelos gestores municipais.

Por conta da operacionalização do Auxílio Emergencial de forma apartada do SUAS, a concessão do benefício precisou ser feita através da divisão dos beneficiários em dois grupos: i) o primeiro formado por pessoas não inscritas no Cadastro Único¹⁹ e para as quais optou-se pela utilização de um novo cadastro público digital²⁰, sem a inserção dessas pessoas no ferramental informacional já existente no SUAS; ii) o segundo grupo formado por pessoas inscritas no Cadastro Único. O levantamento feito pelo Ministério da Cidadania (BRASIL, 2021) apontou que 56% dos beneficiários do Auxílio Emergencial não estavam inscritos no Cadastro Único antes da pandemia (38,2 milhões de pessoas); 28% eram beneficiários do extinto programa federal Bolsa Família (19,2

19 Criado nos anos 2000, trata-se de uma ferramenta informacional que permite realizar o diagnóstico socioeconômico das famílias brasileiras de baixa renda. A gestão dessa ferramenta é de competência do Ministério da Cidadania, responsável, entre outras coisas, pelo armazenamento, governança, definição dos procedimentos de coleta, registro e padronização dos dados, além da busca ativa e manutenção da segurança das informações.

20 A dificuldade de acesso tecnológico por milhares de brasileiros exigiu a implantação do cadastramento presencial nas agências dos Correios.

milhões de pessoas); e 16% eram cidadãos cadastrados no Cadastro Único, porém sem o recebimento de qualquer benefício federal (10,5 milhões de pessoas). O público de beneficiários que acessou de forma mais rápida o Auxílio Emergencial foi justamente aquele composto por cidadãos inscritos no Cadastro Único (mais de 99% desse público recebeu a primeira parcela ainda no mês de abril).

Por tratar-se de um benefício que visa assegurar a garantia de sobrevivência, ainda que mínima, diante de um evento de insegurança de renda, prestado de forma não-contributiva e em caráter temporário, o Auxílio Emergencial preenche as características definidoras da modalidade dos benefícios eventuais²¹ já ofertados na PNAS. Seria possível, mediante previsão legal, a implantação do benefício do Auxílio Emergencial, enquanto modalidade de benefício eventual, a cargo do governo federal, utilizando-se dos ferramentais institucionais já existentes no SUAS e adotando medidas para imediata expansão do sistema nacional, de suas unidades de referência, da equipe de profissionais (como foi feito na Saúde com a contratação de trabalhadores temporários) e do cadastramento e integração dos novos beneficiários.

De modo que a despeito da amplitude inicial do benefício de transferência de renda, num contexto de pandemia que provocou severos impactos na saúde pública, além dos efeitos imediatamente

21 Os benefícios eventuais são definidos como uma modalidade de provisão suplementar e provisória, na forma de pecúnia, oferta de bens ou prestação de serviços, devida aos cidadãos e às famílias que estejam vivenciando os eventos de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública (inclusive na saúde). Uma discussão mais detalhada sobre os benefícios eventuais é desenvolvida na dissertação do Mestrado, intitulada Benefícios socioassistenciais como direito do cidadão: conquistas e desafios em tempos de ajustes fiscais (QUEIROZ, 2018).

posteriores nas esferas econômica e social, capazes de provocar riscos à sobrevivência das pessoas e nas relações familiares, comunitárias e sociais, é importante apreender que tal benefício restou operacionalizado com traços de “moeda política”, de forma apartada das diretrizes e princípios que norteiam o Sistema Único de Assistência Social. Portanto, retira do benefício o caráter de direito do cidadão. Ao mesmo tempo, ressignifica o aspecto “paternalista-clientelar” com a oferta do benefício de forma vinculada ao Executivo federal, na figura do Presidente da República. E, ainda, fragiliza a institucionalidade da Assistência Social enquanto dever do Estado e direito do cidadão e dificulta a percepção pela sociedade civil da necessidade de universalização dos direitos sociais, sem o estigma de que políticas protetivas direcionam-se, tão somente, a cidadãos que não conseguem assegurar níveis de sobrevivência pela renda do trabalho que, notoriamente, encontra-se cada vez mais escasso²².

Outro ponto importante a ser abordado, ainda que brevemente, consiste na alteração legislativa do único benefício socioassistencial assegurado por força de norma constitucional. O Benefício de Prestação Continuada – BPC está previsto no artigo 203, inciso V, da Constituição Federal de 1988. Consiste no direito fundamental de garantia de renda mínima mensal, no valor de um salário-mínimo, à pessoa idosa ou com deficiência que comprovem não possuir meios de assegurar a sua própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. Desde a sua regulamentação no ano de 1995 (Decreto n. 1.744/1995), o benefício do

22 Segundo informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em junho de 2022, o Brasil tem cerca de 10,6 milhões de desempregados.

BPC passou por diversas alterações legislativas em relação aos critérios de acesso, em momentos com caráter ampliativo e em outros mais restritivos.

Podemos elencar os seguintes requisitos para a concessão do benefício: a) idade (65 anos ou mais); b) deficiência (sem limite de idade e comprovação mediante realização de perícia médico-social); c) para ambos os casos, a hipossuficiência econômica calculada pela renda per capita mensal.

O critério da renda, antes da pandemia, era de renda per capita familiar inferior a 25% do salário-mínimo, o que equivale, hoje, a renda abaixo de R\$ 275,00 por pessoa da família. A Lei n 13.982/2020 promoveu alterações de caráter ampliativo nos requisitos para a concessão do BPC. Podemos elencar dentre as principais alterações: a) não inclusão de outro benefício previdenciário ou socioassistencial, no valor de até um salário-mínimo recebido por idoso ou pessoa com deficiência na família; b) o benefício pode ser pago a duas pessoas da mesma residência (antes só ao idoso); c) renda per capita mensal igual ou inferior a 25% do salário-mínimo (lembrando que a regra geral é de renda inferior a 25% do salário-mínimo), podendo chegar até 50% do salário-mínimo, a depender da aplicação de algumas variáveis como grau de deficiência; dependência de terceiros para o desempenho de atividades básicas da vida cotidiana, circunstâncias pessoais e ambientais, fatores socioeconômicos e familiares que possam reduzir a funcionalidade e a participação social da pessoa com deficiência ou do idoso; gastos com tratamento de saúde, médicos, fraldas, alimentos especiais e

medicamentos dispendidos pelo idoso ou pessoa com deficiência, desde que comprovadamente não fornecidos pelo SUS.

Essas inovações legislativas contemplaram parâmetros ampliativos, porém com prazo de validade, uma vez que estiveram vinculadas ao período de vigência do estado de calamidade pública provocada pela pandemia da Covid-19, reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 20 de março de 2020, cujo prazo encerrou-se em 31 de dezembro de 2020. A importância protetiva da única modalidade de garantia de renda assegurada em norma constitucional é expressa pelos seus próprios números. Segundo dados divulgados pelo governo federal²³, em abril de 2021, o BPC foi assegurado a 4,65 milhões de cidadãos brasileiros, sendo 2,55 milhões de pessoas com deficiência e 2 milhões de idosos, num investimento de R\$ 5,1 bilhões naquele mês.

CONCLUSÃO

A ocorrência da pandemia da Covid-19, tal como em eventos anteriores de emergência nacional²⁴, teve o condão de tornar mais visível a Assistência Social e reafirmá-la como política pública indispensável para assegurar formas específicas de proteção social para uma parcela significativa da população brasileira que se viu impelida a procurar uma unidade de referência do SUAS com a finalidade de

²³ Disponível para consulta em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/06/governo-aprimora-as-regras-do-beneficio-de-prestacao-continuada-e-cria-o-auxilio-inclusao>

²⁴ Como o rompimento das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019); a crise migratória de Venezuelanos (2018); as cheias históricas do Rio Amazonas (2021), dentre outros.

acessar um rol tipificado de benefícios e serviços, diante de um evento causador de vulnerabilidade ou risco social.

Ao mesmo tempo, o contexto pandêmico reforça a necessidade premente de consolidação e expansão dessa política que nos últimos anos tem sido fortemente impactada pelo processo de desfinanciamento federal iniciado com a instituição do regime fiscal de teto de gastos, em 2016. A rede de proteção da política de Assistência Social tem sido altamente demandada para assegurar provisões de proteção social que atendam a situações de vulnerabilidade e risco social, além da integração com outras políticas públicas sociais, cada vez mais complexas. O país alcançou a triste marca de 678 mil mortes pela Covid-19, em julho de 2022, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde; houve um aprofundamento agudo das desigualdades sociais, com a elevação dos níveis de concentração de renda na população mais rica, ao mesmo tempo em que cresceu a taxa de pobreza no país. Registra-se que 6,5% da população encontra-se em situação de pobreza e 13,7% de pessoas são consideradas extremamente pobres (IBGE, PNADC, 2020). A fome tornou-se uma realidade na família de milhares de brasileiros, segundo dados do IBGE-PNAD (2021), 28% dos brasileiros encontram-se em situação de insegurança alimentar leve; 15,5% em situação média e 15,2% em situação grave. Em outras palavras, a cada 13 brasileiros, 2 estão em situação de fome. Há um número ainda não contabilizado de crianças órfãs e um aumento exponencial dos casos de violência doméstica contra crianças, mulheres e idosos; violações de direitos de pessoas em restrição de liberdade, população em situação de rua e população LGBT.

Disso resulta a certeza de que a complexidade da situação atual, diante dos efeitos severos nas múltiplas esferas da vida humana, demanda ações imediatas e estratégicas de planejamento da política pública, atuação coordenada e efetiva dos gestores nos três níveis de governo e, sobretudo, de financiamento responsável e condizente com as novas demandas e desafios colocados à política de Assistência Social, como forma de assegurar níveis dignos de provisões públicas de proteção social sob a ótica de direito dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- Alesina, A.; Ardagna, S. (2009). Large changes in fiscal policy: taxes versus spending. *NBER working paper*, n. 15.438.
- Blyth, M. (2013). *Austerity: the history of a dangerous idea*. Oxford: Oxford University Press.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*.
- Brasil. (1993). Lei n. 8.742, de 07/12/1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm.
- Brasil. (2020). Lei n. 13.982, de 02 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>.
- Brasil. (2020). Medida Provisória n. 1000, de 02 de setembro de 2020. Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de

importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.000-de-2-de-setembro-de-2020-275657334>.

Brasil. (2021). Ministério da Cidadania. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Departamento de Monitoramento. Perfil dos beneficiários do auxílio emergencial pela COVID-19: quem são e onde estão?. Recuperado de: http://www.mds.gov.br/web/arquivos/arquivo/sagi/relatorios/De%20olho%20na%20cidadania_Vol_3_v2_30_04_2021.pdf.

Carvalho, J. M. (2031). Cidadania no Brasil: o longo caminho. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Castro, J. A. de. (2012). Política social e desenvolvimento no Brasil. *Revista Economia & Sociedade*, v. 21, n. esp., p. 1011-1042, dez.

Costa, L. C. (2006) Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez.

_____. (2019) A assistência social, previdência e transferência de renda em tempos de ajustes fiscais – de Temer a Bolsonaro. Em: Azevedo, J. S. G. de; Pochmann, M. (Orgs.). Brasil: incertezas e submissão? São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Draibe, S. M. (1998). A construção institucional da política brasileira de combate à pobreza: perfis, processos e agenda. *Cadernos de Pesquisa do NEEPP*, n. 34, Campinas: Unicamp.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNADC. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>.

Kerstenetzky, C. L. (20212). O Estado do bem-estar social da idade da razão: a reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier.

Lobato, L. de V. C. (2016). Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. *Saúde Debate (online)*. v. 40, n. esp. Recuperado de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042016000500087&script=sci_abstract&tlng=pt.

Marshall, T. H. (1967). Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar.

- Mestriner, M. L. (2011). *O Estado entre a filantropia e assistência social*. 4. ed. São Paulo: Cortez.
- Moreira, V. (2003). *Auto-regulação profissional e administração pública*. Coimbra: Almedina.
- Paiva, A. B. de; Mesquita, A. C. S.; Jaccoud, L.; Passos, L. (2016). O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a política de Assistência Social no Brasil. Nota Técnica n. 27. *Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada - IPEA*, Brasília, n. 27, set./2016.
- Pereira, P. A. P. A (2007). Assistência Social prevista na Constituição Federal de 1988 e a operacionalização pela PNAS e pelo SUAS. *Revista Ser Social*, Brasília, n. 20, p. 63/83, jan./jun. 2007.
- Queiroz, C. C. (2018). Benefícios socioassistenciais como direito do cidadão: conquistas e desafios em tempos de ajustes fiscais. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 820f. Recuperado de: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2537>.
- Santos, F.; Szwaro, J. (2016). Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil. *Saúde Debate*. v. 40, p. 114-121.
- Santos, W. G. dos. (1987). *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- Sposati, A. (2009). Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: CONCEPÇÃO e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: MDS/Unesco, p. 13-56.
- _____. (2012). A Assistência Social e a trivialização dos padrões de reprodução social. In: Sposati, A.; Carvalho, M. do C. B.; Teixeira, S. M. F. *Os direitos (dos desassistidos) sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez.

2

CUIDADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: UM PANORAMA DA TRANSFERÊNCIA MONETÁRIA E LIBERAÇÃO DO TEMPO NO CONE SUL DA AMÉRICA LATINA

*Nayara Cristina Bueno*¹

*Lislei Teresinha Preuss*²

INTRODUÇÃO

Presente nas pautas dos movimentos feministas desde a sua constituição, o debate sobre os cuidados está vinculado a denúncia de como a divisão sexual do trabalho tem impacto na vida das mulheres. A ampliação da concepção de trabalho para além do que é realizado no âmbito produtivo e com valor monetário na sociedade capitalista, possibilitou mostrar os nexos existentes nas atividades humanas para garantir sobrevivência e autonomia.

Nos países periféricos que possuem um determinante colonial que se manifesta tanto na sua inserção no mercado mundial, quanto internamente na reprodução de hierarquias sociais de classe, raça/etnia, gênero, o cuidado possui centralidade em matéria de proteção social, especialmente a pública. No atual contexto histórico, ao mesmo tempo que a família e a comunidade possuem maiores

¹ Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta-Grossa/PR. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: nbueno@unicentro.br e ORCID: 0000-0003-2113-0931

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/RS. Professora na Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: lisleipreuss@gmail.com e ORCID: 0000-0001-5786-7228

responsabilidades pelo bem-estar de seus membros, o mercado mostra sua face perversa ao monetarizar as relações humanas e com a natureza.

O Estado com suas contradições, ou seja, atender necessidades humanas e manter sociedade de classes, desenvolve políticas públicas setorializadas e fragmentadas em segmentos (idosos, pessoas com deficiência, crianças, entre outras); vinculadas ao mercado de trabalho, estratificando assim o acesso; e, focalizadas na situação de pobreza. São os movimentos feministas que novamente irão denunciar que nos países periféricos o cuidado está relacionado ao acesso aos direitos sociais e que moradia, renda, educação são indispensáveis para garantir que no cotidiano a vida se reproduza.

Com objetivo de refletir sobre as políticas de cuidado nos cinco países do Cone Sul da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai realizamos uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa. Os instrumentos de operacionalização do conhecimento utilizados foram a pesquisa bibliográfica sobre o tema e buscamos indicadores sociais no site da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) para demonstrar características das políticas de transferência de renda e liberação do tempo para cuidar.

O trabalho está organizado em suas seções, a primeira discute o cuidado na perspectiva de gênero, enquanto um direito de quem [e cuidado, mas também de quem cuida, considerando que são majoritariamente as mulheres que desenvolvem esse trabalho. A segunda procura demonstrar as características que as políticas de transferência de renda e liberação do tempo assumem no cone sul,

mesmo que elas não tenham sido criadas na perspectiva do cuidado aqui adotada.

O CUIDADO NA PERSPECTIVA DE GENERO

O que hoje é chamado de cuidado é resultado de uma luta histórica dos movimentos feministas. As mulheres ao desnaturalizar as desigualdades entre os sexos, historicamente, lutam politicamente por igualdade e, para isso, se organizam coletivamente. Renata Moreno demonstra a estreita relação entre o desenvolvimento da teoria feminista, grande parte na academia, e o feminismo enquanto movimento social. A elaboração teórica pode contribuir para fortalecer, impulsionar e instrumentalizar os movimentos sociais, ao mesmo tempo que os movimentos sociais apresentam novas propostas de pesquisas e realizam elaborações próprias vinculadas a sua ação política. Para a autora questionar e tornar visível o sexismo é ao mesmo tempo uma estratégia e um objetivo dos movimentos feministas. (Moreno, 2014).

O cuidado está relacionado ao bem-estar físico e emocional das pessoas, o que demonstra os seus aspectos objetivos e subjetivos, mas também aos marcos normativos, econômicos e sociais que define quem, como e onde se realizam essas atividades. Destaca-se também que o cuidado é considerado um trabalho que pode ser realizado em âmbito formal ou informal, possui um aspecto normativo que pressupõe obrigações e responsabilidades, assim como custos financeiros e emocionais que atravessam a fronteira entre público e privado e

relações individuais, familiares e com a sociedade em geral. (Dally y Lewis, 2011).

Presente nos movimentos populares e organizando movimentos sociais indenitários, assim como na academia, as mulheres feministas tem provocado mudanças nas relações sociais entre os sexos que repercutem na cultura, no mundo do trabalho, no acesso as politicas sociais, na produção do conhecimento, enfim, em todas as esferas da vida social. Tem provocado, também, resistências conservadoras com novas roupagens, como a chamada “ideologia de gênero”, que tem convocado valores da família tradicional cristã, de papeis tradicionais de gênero, do controle da sexualidade, do lugar da mulher na esfera privada.

Amaya Orozco aponta que os cuidados possuem uma diversidade de compreensão devido a amplitude e variedade de trabalho que movimenta, mas se refere ao que e imprescindível para que a vida funcione no seu dia a dia. No cotidiano desprende-se de energia física e emocional para atender necessidades concretas de todas as pessoas. O cuidado é considerado trabalho em uma perspectiva política, referindo-se ao necessário para a produção da vida, que necessita de habilidades, aprendizagem, técnicas que são aprendidas em momentos de educação informal e/ou formal. (Orozco, 2021).

Situar os cuidados enquanto um trabalho que exige uma rotina, um controle do tempo tão rígido quanto o trabalho na esfera remunerada como, por exemplo, manter a hora do almoço, de tomar banho, de medicar, de trocar, de dormir, entre outras atividades. Ao fazer essa relação não se busca simplesmente o pagamento por esse trabalho, mas

a sua valorização e reconhecimento. Procura-se demonstrar que é nessa relação de interdependência que a vida é vivida, é sentida, é onde se constrói laços, por isso gera também a possibilidade de questionamento de um sistema econômico que ignora as necessidades cotidianas.

O cotidiano, enquanto espaço-tempo de cuidados, se materializa nas relações entre as pessoas e sofre, tanto influencias externas, quanto influencia a sociedade em geral. Essa relação dialética, interdependente, contraditória, é lugar tanto de alienação, naturalização, hierarquias, controle, poder e autoritarismo, quanto de construção de sociabilidades baseadas na solidariedade, afeto, confiança, companheirismo; lugar privilegiado de transformação social, por isso é necessário romper as barreiras privado/público, reprodução/produção.

Destaca-se quatro dimensões dos cuidados. A econômica, enquanto trabalho que pode ser realizado no âmbito remunerado ou não remunerado. No capitalismo, parte crescente do trabalho reprodutivo se torna remunerado e o desenvolvimento das políticas públicas também contribuiu para esse processo, na medida que o Estado oferta e profissionaliza serviços de cuidados. Muitos desses serviços continuam a cargo das mulheres, mas tornam-se visíveis (quando na formalidade) e são pagos/remunerados, mas não deixam de ser reprodutivos e contribuir com a formação, manutenção e reprodução da força de trabalho. (Benería, 2006; Batthyany, 2015; Bueno e Preuss, 2022).

A dimensão social define quem cuida, onde se cuida e quem paga os custos dos cuidados (Batthyany, 2015). Ao caracterizar-se como um trabalho realizado majoritariamente por mulheres e, neste grupo, por mulheres negras, devido a divisão sexual e racial do trabalho. Na

América Latina predomina uma concepção familista, enquanto uma obrigação primeira da família e somente quanto essa não tem condições para cuidar que a atuação do Estado ocorre de forma subsidiária. O crescimento do mercado na oferta de serviços devido as políticas neoliberais também tem monetizado essas atividades. As relações de parentesco, compadrio, amizade também permeiam a realização dos cuidados, assim como o voluntariado em ações sociais ligadas, principalmente, a instituições religiosas e filantrópicas.

A dimensão política envolve as disputas de poder e relações hierárquicas que sustentam as desigualdades sociais de classe, gênero, raça/etnia na região da América Latina, bem como as reproduzem historicamente. Está vinculada a uma questão estrutural: os processos sociais do colonialismo e a relação dos países da região no mercado mundial, mas também se vincula a dimensão ideológica a partir dos constructos que naturalizam um “lugar” e um “papel” da mulher na sociedade enquanto cuidadora e ligada a família.

Ha uma relação de interdependência nos cuidados, em que todas as pessoas dependem do cuidado, ou cuidam, em vários momentos de suas vidas. O que não significa negar que crianças, adolescentes, pessoas doentes, pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas tenham prioridades na definição dos cuidados, mas buscar a sua universalização, devido a necessidade de modificar as estruturas da sociedade capitalista, para atender as necessidades de cuidados de todas as pessoas.

Esse processo é atravessado por necessidades objetivas (preparar alimentos, organizar, dar atenção, limpar, entre outros) que repercutem

no uso do tempo diferenciado de homens e mulheres, de ricos e pobres, de negros e brancos, quanto maior a dedicação de tempo para os cuidados, menos tempo para participar da vida social e de descanso e lazer. As necessidades subjetivas de afeto, amor, carinho possuem importância, mas que também podem gerar medo, sofrimento, cansaço e situações de violências, por isso, é imprescindível criar a possibilidade de condições de escolha: cuidar ou não, por quem ser cuidado, onde e como.

As políticas neoliberais, ao reduzirem a participação do Estado e estimularem a privatização do bem-estar social, reforçam o cuidado como uma “obrigação” nas relações familiares e de parentesco e como “ajuda” no âmbito comunitário. Segundo Cassia Carloto e Nayara Bueno, sem o Estado como principal agente de proteção social, as mulheres se veem desprotegidas e presas a funções e papéis tradicionais. No contexto de países que reproduzem as hierarquias sociais e que possuem dificuldades em desenvolver políticas universais de Bem Estar Social, ocorre, atualmente, a aceleração da privatização e da mercantilização dos direitos sociais. (Carloto y Bueno, 2021).

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS POLÍTICAS DE CUIDADO NO CONE SUL DA AMÉRICA LATINA

As políticas de cuidado existentes no cone sul da América Latina são agrupadas em: transferência monetária; liberação do tempo e oferta de serviços a grupos etários (crianças, idosos, pessoas com deficiência, de acompanhamento hospitalar, de cuidadores domiciliares, entre outros). Longe de esgotar o tema, pretendemos demonstrar as

características que essas políticas assumem, mesmo que elas não tenham sido criadas na perspectiva do cuidado aqui adotada.

A transferência monetária realizada, principalmente, com os programas condicionados de renda, exemplo do Programa Bolsa Família no Brasil (2003-2019 e 2023-) e atual Auxílio Brasil (2019-2022); Asignacion Universal por Hijo para Proteccion Social (2009-) el Programa de Ciudadanía Portena (2005-) na Argentina; Chile Seguridades y Oportunidades (2012-) el Subsidio Único Familiar (1981-) no Chile; Abrazo (2005-) e Tekoporã (2005-) no Paraguai; e, Asignaciones Familiares (2008-) e Tarjeta Uruguay Social (2006-). (Preuss y Bueno, 2020). Possuem valores desvinculados do salário mínimo nacional e são de baixa cobertura. As condicionalidades, de modo geral, estão voltadas ao acesso as políticas sociais de educação (frequência e aproveitamento escolar) e de saúde (vacinação, acompanhamento pré-natal), direitos sociais básicos que devem ser garantidos pelo Estado. As penalidades ao descumprimento são progressivas, da suspensão ao cancelamento do benefício.

Diante disso, possuem elementos contraditórios, ao mesmo tempo que melhoram o consumo de bens básicos de alimentação e higiene, reforçam padrões de gênero e não promovem a autonomia econômica das mulheres beneficiárias. Se configuram, ainda, devido o enfoque na maternidade, infância e adolescência, e a transferência preferencialmente às mulheres, como uma espécie de licença remunerada para cuidar não contributiva e precária.

Ha também os benefícios não contributivos, especialmente, para pessoas com deficiência e idosos que não contribuíram com o sistema de seguro social, que possuem potencialidades devido ao valor próximo ou

igual a um salário mínimo nacional e ser incondicional, porém, carece de universalidade, pois, são vinculados a situação de pobreza da família, baseada em uma concepção de pobreza restrita a renda *per capita*.

A liberação do tempo está relacionada as licenças maternidade, paternidade e parental destinada aqueles com contrato de trabalho formal. Aqui observa-se uma distinção entre as mães, pais ou responsáveis que tem o cuidado como um direito garantido pelo empregador e aqueles que terão que arcar com os custos econômicos e de tempo de cuidado de crianças/adolescentes. (Sorj, 2013).

Em 2018 a duração da licença maternidade, enquanto um direito da mãe (biológica ou adotante) e da criança, variava nos países, sendo no Brasil de 120 dias (podendo ser de 180 dias em instituições públicas ou empresas - de grande porte - que integram o Programa Empresa Cidadã); de 156 dias no Chile; de 90 dias na Argentina (podendo ser prorrogado por mais 90 dias sem remuneração); de 84 dias Paraguai; e, 98 dias no Uruguai (ParlAmericas, 2020).

A licença paternidade prevê menor tempo dedicado ao cuidado, sendo estabelecida mais como uma “ajuda” nos primeiros dias de adaptação ou para a regularização da documentação civil da criança, do que um direito dos pais e das crianças visando a corresponsabilidade do cuidado. O tempo varia entre os países, sendo de 05 dias no Brasil (podendo ser de 20 dias em instituições públicas ou empresas - de grande porte - que integram o Programa Empresa Cidadã); 05 dias no Chile; 13 dias no Uruguai para empregados e 10 dias para trabalhadoras por conta própria; 02 dias na Argentina e no Paraguai (ParlAmericas, 2020).

A licença parental está presente em apenas dois países do Cone Sul: Chile e Uruguai. Segundo Mariana Marcondes e Regina Vieira essa licença considera a pluralidade de arranjos familiares, incluindo as monoparentais e LGBTQI+, possibilitando a escolha entre os cuidadores de quem irá se ausentar do trabalho. (Marcondes y Vieira, 2020).

A proteção laboral está presente nos cinco países do Cone Sul e prevê a proteção ao trabalho: na Argentina durante a gravidez e sete meses e meio após o parto; no Brasil durante a gravidez e cinco meses após o parto; no Chile durante a gravidez e um ano após a licença maternidade; no Paraguai durante a gravidez e a licença maternidade; e, no Uruguai durante a gravidez e seis meses após o parto (Angeles Salle, Molpeceres, y Infante, 2018). Contudo, a previsão legal da proteção ao trabalho não garante sua efetividade e a não discriminação das mulheres.

Em todos os países as mulheres dedicam mais tempo ao trabalho doméstico e de cuidados que os homens, sendo que na Argentina a diferença chega a 14,1 horas a mais; no Chile 13,9 horas; no Paraguai 10,6 horas; no Uruguai 11,5 horas, segundo dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe. No Brasil o trabalho de cuidados é ainda mais invisibilizado porque as pesquisas não diferenciam o trabalho de cuidados e o trabalho doméstico, esse pode ser um dos fatores que influenciam na cifra de apenas 6,5 horas de trabalho a mais das mulheres em relação aos homens, segundo o mesmo relatório. (CEPAL, 2019).

A qualidade do tempo também é diferente, enquanto as mulheres gastam tempo cozinhando, organizando e limpando a casa, os homens utilizam o tempo em atividades voltadas à socialização dos/as filhos/as (brincando, jogando), na gestão do lar (pagando contas, cuidando do

orçamento) ou na esfera pública (fazendo compras, passeando). Vários fatores interferem nesse processo como, por exemplo, classe social, cultura, ciclo de vida, quantidade de membros na família, idade e condições de saúde, esse é um trabalho imprevisível, rígido e implica em sobreposição de tempo. Ou seja, as necessidades humanas não correspondem ao tempo produtivo, o que gera conflitos com as atividades desenvolvidas no âmbito remunerado. (Sucupira e Freitas, 2014).

Ademais, as licenças para cuidar, se não integradas com serviços de cuidado, não garantem a possibilidade das mulheres permanecerem (ou ingressarem ou retornarem depois de longos períodos afastadas devido ao trabalho de cuidados) no mercado de trabalho ou terem autonomia. Karina Batthyany argumenta que há necessidade de articulação entre as políticas de tempo e as políticas de serviços, uma vez que, na o necessariamente, uma compensa a inexistência ou escassez das outras. (Batthyany, 2020).

Enquanto as políticas de tempo privilegiam aqueles que estão no mercado de trabalho formal, os serviços públicos, devido a seletividade e focalização, assim como a transferência de renda condicionada, se voltam para as pessoas que estão na informalidade ou que não possuem condições de arcar com serviços privados. Esse processo desigual de acesso as políticas de cuidado se sustenta nas desigualdades sociais presentes nas sociedades latino-americanas e as reforçam mutuamente.

A prestação de serviços de cuidado concretiza a responsabilidade do Estado e garantem a sua socialização, gerando autonomia para as famílias, especialmente, as mulheres. Destacamos, como exemplo, o cuidado infantil de 0 a 3 anos, é importante ressaltar dois aspectos: não

ser obrigatório em nenhum dos países do Cone Sul e, culturalmente, o bom cuidado de crianças ser associado ao que é realizado dentro no domicílio pelas mães (Marcondes, 2019) e/ou arranjos familiares que incluem avós, tias, madrinhas, entre outras mulheres que integram a rede primária de proteção social.

Pesquisa de Mariana Marcondes em três países do Cone Sul, Argentina, Brasil e Uruguai, demonstrou que entre 2005 e 2018, os governos de centro-esquerda possibilitaram condições para a transversalidade de gênero nas políticas sociais de modo geral e, em particular, no cuidado infantil, por meio da institucionalização de demandas feministas e de canais de participação das mulheres na agenda pública. Mas esses avanços não foram homogêneos, sendo que se deu de forma mais restrita na Argentina e intermediária no Brasil e no Uruguai. Apesar do ambiente favorável as mudanças, limites institucionais e orçamentários restringiram a universalização das políticas de cuidado infantil. (Marcondes, 2019).

O cuidado é interdependente e relacional, em alguns momentos cuida-se e, em outros, é cuidado. (Batthyany, 2020). A abrangência dos serviços públicos voltados para o cuidado deve ser distribuídos e organizados ao longo da vida e, ainda, considerar os diferentes aspectos das desigualdades sociais. Ademais, os horários de funcionamento, a qualidade, o território também incide sobre a oferta.

O questionamento, a denúncia e a pressão por modificações das políticas de cuidado em uma perspectiva de gênero é realizada por feministas da academia e dos movimentos sociais: a licenças são estratificadas e excludentes ao se fundamentar em no mercado de

trabalho em uma região onde a informalidade ultrapassa metade da população, sem contar que as mulheres predominam na informalidade e a gravidez na adolescência.

Os programas condicionados de renda se valem de uma mulher disponível para cuidar e usam do seu tempo, mas também geram responsabilidades, sofrimento e medo de suspensão ou cancelamento do benefício. Os serviços públicos escassos, subsidiários e de baixa cobertura, inclusive os dados estatísticos são de difícil acesso, o que dificulta as análises, principalmente em relação a pessoas com deficiência e idosos. Esse debate é possível a partir do momento em que se politiza os cuidados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de cuidado realizado majoritariamente por mulheres no âmbito doméstico familiar é essencial para a reprodução da vida, mas ainda invisibilizado e desvalorizado. A atuação do Estado por meio de políticas públicas é contraditório, ao mesmo tempo que contribui com o compartilhamento de cuidados e garante um grau de autonomia as mulheres, reforça a sua responsabilização e as desigualdades de gênero.

Em todos os países do cone sul da América Latina as mulheres dedicam mais tempo ao trabalho doméstico e de cuidados que os homens, sendo que na Argentina a diferença chega a 14,1 horas a mais. A qualidade do tempo também é diferente, enquanto as mulheres gastam tempo com organização, limpeza, cozinhando, os homens utilizam o tempo brincando, passeando e divertindo as crianças.

Entre os países do cone sul da América Latina a heterogeneidade se destaca, o que exige um olhar mais específico para o movimento da realidade, que considere os diferentes determinantes que permeiam a discussão sobre a proteção social capitalista periférica e as políticas de cuidado. A pandemia de covid-19 também impactou na realidade dos cuidados, ampliando o debate sobre a sobrecarga das mulheres e tornando ainda mais evidente a necessidade de mudanças nos padrões de proteção social.

REFERENCIAS

Batthyany, K. (2015). *Políticas y el cuidado en america latina: Una mirada a las experiencias regionales*. Santiago de Chile: CEPAL.

Batthyany, K. (2020). *Miradas latinoamericanas a los cuidados*. Santiago de Chile: CEPAL.

Benería, L. (2006). Trabajo productivo/ reproductivo, pobreza, y políticas de conciliacion en america latina: consideraciones teóricas y prácticas. *Nomadas* , 1(24), 08-21. Cuadernos de la Facultad de Humanidades y Cs. Sociales — UNJu, n. ..., 2021, ISSN: 0327-1471.

Bueno, N. C.; Preuss, L. T. (2022). Cuidados e políticas públicas: reflexões a partir das conferências nacionais de políticas para as mulheres no Brasil. *Anais 9ª Conferência latino-americana e caribenha de ciências sociais*. Disponível em: https://conferenciaclacso.org/programa/resumen_ponencia.php?&ponencia=Conf-1-1334-81817&eje=31. Acesso em 29/05/2023.

Carloto, C. M., y Bueno, N. C. (2021). O impacto da pandemia da Covid-19 nas mulheres em situação de extrema pobreza. *Anais do VI Simposio Internacional Lutas Sociais na América Latina*, 609–619.

CEPAL. (2019). *La autonomía de las mujeres en escenarios economicos cambiantes*. Santiago de Chile: CEPAL.

Dally, M., y Lewis, J. (2011). En (pp. 223–249). Los Libros de La Catarata.

- Marcondes, M. M. (2019). *Transversalidade de genero em políticas de cuidado: uma análise comparada das políticas de cuidado infantil no brasil, argentina e uruguai durante o giro a esquerda*. Tese (doutorado CDAPG) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.
- Marcondes, M. M., e Vieira, R. S. C. (2020). Perspectiva de gênero nas licenças por nascimento: uma análise do Brasil, da Argentina e do Uruguai durante governos de esquerda. *Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF*, 11–36.
- Moreno, R. (2014). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. SOF Sempreviva Organização Feminista. (p.29-54).
- Orozco, A. P. (2021). El conflicto capital-vida: aportes desde los feminismos. *Trabalho necessarios* 19(38), 54-66. doi: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45907>
- ParlAmericas. (2020). *Guia de políticas: Licença parental*. Secretaria Internacional do ParLA mericas: Canada.
- Preuss, L. T., y Bueno, N. C. (2020). Proteção social no cone sul da américa latina no século 21: entre o seguro e a assistência social. *Revista do Departamento de Ciencias Jurídicas e Sociais da Unijuí. Ano XXIX(53)*, 154-164. doi: <http://dx.doi.org/10.21527/2176-6622.2020.54.154-164>
- Sorj, B. (2013). Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no brasil. *Cadernos de pesquisa*. 43(149), 478-491.
- Sucupira, F., e Freitas, T. V. (2014). En (pp. 105–122). Sempreviva Organização Feminista.
- Angeles Sall, M, Molpeceres, L., y Infante, E. (2018). *Analisis de legislación discriminatoria en america latina y el caribe en materia de autonomía y empoderamiento economico de las mujeres*. Cuaderno ONU Mujeres y la Secretaría General Iberoamericana (SEGIB).

3

O ENFOQUE DA CIDADANIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO BACHAREL EM DIREITO NO NORTE DO PARANÁ: UM CURRÍCULO ACADÊMICO “CIDADÃO”

Mariana Fordellone Rosa Cruz ¹

INTRODUÇÃO

O tema da formação do bacharel em Direito no Brasil remonta a 1808, com a chegada da Família Real no Brasil, quando teve início o movimento de fundação das primeiras escolas e universidades brasileiras, por uma demanda dos portugueses. Entretanto, apesar de decorridos quase 200 anos da criação dos primeiros cursos, o foco da formação jurídica pouco se alterou, mantendo-se, em geral, a abordagem tecnicista em detrimento da formação humanística. Propõe-se, neste artigo, um exame do processo de formação do bacharel em Direito no Norte do Estado do Paraná, através de um levantamento e análise da difusão do saber jurídico nas instituições dessa região que receberam o selo “OAB Recomenda” em 2022, em busca de referências à perspectiva da formação geral, estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC), no artigo 5º da resolução nº 5/2018, documento que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Direito, bem como à análise do perfil do graduando, cuja

¹ Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – Paraná, Brasil. Diretora do Campus Universitário de Bandeirantes da Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera. E-mail: mfrc86@hotmail.com

previsão está contida no artigo 3º, da citada resolução. Assim, em vista da importância (e a responsabilidade) da educação em formar cidadãos conscientes de sua contribuição para a sociedade, questiona-se: 1) aqueles que vêm sendo formados no atual contexto educacional jurídico norte-paranaense possuem em sua formação tal capacidade e autonomia? E mais ainda: 2) quais seriam os pressupostos fundamentais para a construção de uma formação jurídica que assegure o desenvolvimento da cidadania?

CONCEITO E CONTEÚDO DA CIDADANIA

A concepção de cidadania adotada nesse estudo defende o conceito contemporâneo de cidadania ativa, do cidadão enquanto participante do seu contexto, cujo aporte teórico está embasado em Adela Cortina, que traz o conceito de uma cidadania cosmopolita.

Para Cortina (2005), o conceito de que a cidadania é um vínculo político entre indivíduo e comunidade política, ou seja, o reconhecimento da sua integração à comunidade política pouco reflete sobre a natureza da cidadania. Por isso, para a autora, além do elemento político, o elemento da identificação social dos cidadãos também é fundamental, de modo que, dois elementos constituem a trama da cidadania: a aproximação dos semelhantes e a separação dos diferentes. Portanto, para ela, a noção de cidadania moderna precisa unir a cidadania nacional e a cosmopolita, em uma identidade integrativa.

Cortina (2005, p. 35) retoma o conceito histórico do cidadão como aquele pertencente a uma comunidade política, com participação ativa;

ela afirma que tal conceito nasceu em Atenas, nos séculos V a IV a.C., e, na sua concepção: “[...] cidadão é aquele que se ocupa das questões públicas e não se contenta em se dedicar a seus assuntos privados”.

Assim, a autora defende que só se garante uma vida digna ao cidadão que participa ativamente da legislação e da administração da pólis, deliberando com os concidadãos, uma vez que a “socialidade”, característica nata aos que são dotados de palavra, representaria, além da capacidade de convivência, “[...] a de participar da construção de uma sociedade justa, na qual os cidadãos possam desenvolver suas qualidades e adquirir virtudes (CORTINA, 2005, p. 37).

No que tange ao conceito de cidadania moderna, Cortina (2005, p. 46) ensina que esse passa a se configurar com o surgimento do Estado moderno, e, portanto, deve ser conciliado à noção de Estado Nacional. Para a autora, no Estado moderno, por meio da nacionalidade, são consideradas cidadãs as pessoas que pertençam a um determinado Estado, reconhecido pelo direito internacional; ela afirma, entretanto, que para a manutenção desse vínculo, é indispensável à vontade do cidadão e, na sua concepção, tal vontade: “[...] não parece um motivo suficientemente forte para comprometer a pessoa nas tarefas públicas [...]” (CORTINA, 2005, p. 46).

Para tanto, outro conceito adjacente ao Estado Nacional, qual seja, o conceito de Nação, se torna fundamental. Nos dizeres de Cortina (2005), a Nação representa a comunidade natural em que se nasce, ou seja, o conjunto de pessoas que compartilham costumes, língua e território, por natureza; entretanto, como a conciliação dessas características com o conceito de Estado é contingente e, ao mesmo

tempo, artificial, a autora defende que: “[...] a ideia de nação que gera adesão e lealdade não é a que um grupo ou vários impõe coativamente, e sim a que livremente aceitam por se sentir unidos por uma história comum [...]” (CORTINA, 2005, p. 48). Portanto, a autora defende que qualquer movimento em sentido diverso negaria a característica essencial do núcleo da cidadania moderna: a autonomia.

Logo, para Cortina (2005), embora a autonomia represente a independência de cada membro de uma comunidade enquanto cidadão, ainda assim, a sua existência – por si só - não seria suficiente, pois:

[...] a nacionalidade não se refere ao estatuto legal de quem dispõe de um passaporte, nem tampouco ao nacionalismo como ideologia política, e sim ao sentimento de compartilhar algumas tradições e uma cultura, a solidariedade, por fim, é a força emocional que une o grupo numa identidade comum, em sentido amplo, porque compromete numa atividade comum” (CORTINA, 2005, p. 49-50).

Assim, ao apresentar a sua concepção de cidadania, a autora se vale dos ensinamentos de Daniel Bell, em sua obra “Las contradicciones culturales del capitalismo”, segundo a qual: a sustentabilidade da democracia liberal e do capitalismo dependem de uma revolução cultural que leve ao comprometimento do cidadão com a coisa pública, numa cooperação para a construção de uma comunidade política (Bell apud Cortina, 2005, p. 18). Na concepção do autor, até a década de 1970, não existia qualquer teoria sociológica do espaço público ou filosofia política centradas no espaço público social; até que, em 1971, Jonh Rawls publicou a obra “Teoria da Justiça”, cujo tema central foi a noção de justiça distributiva, com o objetivo de aumentar o sentimento de

pertencimento a uma comunidade e o desejo dela participar, fortalecendo a “civildade”, exigindo-se, para isso, dois fatores principais: o reconhecimento da sociedade por seus membros e a adesão aos projetos comuns (CORTINA, 2005, p. 20).

Ao citar a teoria de John Rawls, Cortina (2005, p. 21-22) explica que essa consiste em encontrar o que se considera “justo” na cultura política dos cidadãos, incorporando tal noção às instituições básicas da sociedade; os “mínimos de justiça” seriam, portanto, os valores aos quais a sociedade pluralista não está disposta a renunciar – chamados por Cortina (2005) de “ética mínima” ou “ética de mínimos”; esses, por sua vez, em contraponto aos projetos “máximos de felicidade”, representados pelos diferentes projetos ideais de felicidade dos diversos grupos existentes numa sociedade plural.

Nesse sentido, a concepção de cidadania adotada por Cortina (2005, p. 23) vai além do sentido político, incorporando, também, o papel do “cidadão civil” e do “cidadão econômico”, cujos ideais, amparados por Rawls, Nozick, Walzer e MacIntyre, pressupõem que o pertencimento a uma comunidade justa seria essencial para se sentir cidadão.

Portanto, para Cortina (2005, p. 27-28): “A cidadania é um conceito mediador porque integra a exigência de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença”. Desse modo, para além das dimensões política, social e econômica da cidadania, a autora defende que o ser humano é membro de uma sociedade civil, espaço no qual as pessoas aprendem a participar e se interessar pelas questões

públicas; portanto, deve-se considerar, também, a sua “cidadania civil” (CORTINA, 2005, p. 106).

Ao resgatar o conceito de “revolução social”, Cortina (2005, p. 110) relaciona sua origem ao proletariado e não ao Estado burguês, e que representava, portanto, as vulnerabilidades e interesses da humanidade, ou seja, o “impulso ético” a exigir universalismo, levando à superação da ideia de indivíduo em favor de uma cidadania cosmopolita. De acordo com a autora, tal impulso, necessário para “universalizar a aristocracia”, tem sua expressão exigida, hoje: no terceiro setor, nas profissões e na opinião pública.

Com o foco nas profissões e na qualificação necessária ao seu exercício, a autora afirma: “[...] a principal fonte de riqueza dos povos é a qualidade no ensino, qualidade nos produtos, qualidade nas informações, profissionalismo no trabalho de médicos, juristas, engenheiros e de todos que geram riqueza material e imaterial em um país” (CORTINA, 2005, p. 114).

Para ela, apesar de originalmente refletir um caráter privilegiado e até mesmo sagrado (na origem religiosa das profissões), o sentido da palavra profissão remonta a Max Weber, contemplando o sentido de “vocação” e “missão”. Assim, Cortina (2005, p. 116) ensina que o exercício de uma tarefa profissional passa a ser visto, principalmente a partir da reforma protestante, como um dever decorrente da conduta moral de cada um. Para ela, esse dever moral impulsiona o espírito ético do capitalismo, ou seja, não sendo exercido apenas em favor do interesse individual, mas para cumprir um serviço que transcenda os próprios interesses.

A autora apresenta como características das profissões: a) é uma atividade humana social, mediante a qual se presta um serviço à sociedade; b) é uma vocação e uma missão, portanto, exige dedicação no cumprimento das suas tarefas; c) os profissionais que exercem determinada profissão obtêm, por meio dela, sua subsistência; d) o acesso a determinada profissão se dá a partir de um processo de capacitação teórica e prática, e, muitas vezes, exige-se o cumprimento de um processo regulatório; e) a autonomia conferida ao “especialista no saber” também corresponde ao dever de assumir responsabilidade pelos atos e técnicas exigidos no exercício correto da profissão; e f) o exercício da profissão não deve se pautar apenas pelo desejo individual de lucro, pois se destina, também, ao favorecimento da coletividade, portanto, existem três vieses a serem considerados: finalidade da profissão, o bem objetivo que ela busca e o interesse subjetivo do profissional (CORTINA, 2005, p. 118-121).

Desse modo, sendo a atividade profissional considerada uma atividade social, Cortina (2005, p. 122) vale-se dos ensinamentos de MacIntyre para defini-la como uma atividade social cooperativa, destinada a alcançar bens internos que nenhuma outra pode, além de ser socialmente legitimada, acompanhando e adaptando-se ao nível de consciência moral da sociedade em que se desenvolve.

Nesse ponto específico, qual seja, a formação acadêmica para a qualificação profissional, reside a importância de se analisar o conteúdo ministrado durante o processo de capacitação teórica e prática do bacharel em Direito.

ASPECTOS REGULATÓRIOS DA FORMAÇÃO DO BACHAREL EM DIREITO

Rodrigues (2021), ao tratar a respeito da organização do Projeto Pedagógico do curso (PPC) pela Instituição de Ensino Superior (IES), destaca que ele deverá estar dividido em quatro seções principais: 1) contextualização e apresentação do curso; 2) componentes curriculares; 3) conteúdos; e 4) elementos didáticos, integrativos e administrativos.

Segundo o autor, na seção 1 do PPC, “Contextualização e apresentação do curso”, a IES deve trazer o planejamento estratégico, integração institucional, geográfica, política e social (ou seja, como o curso interage com o ambiente em que está inserido, como se integra ao seu contexto), concepção, objetivos e vocação do curso, condições objetivas de oferta do curso e perfil do formando; este último está previsto no art. 3º da Resolução nº 5/2018 do CNE/CES estabelece:

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, restauração da justiça e ao desenvolvimento da cidadania (BRASIL, 2018).

Para Rodrigues (2021), a definição de uma formação geral e humanística, bem como a capacidade de restaurar a justiça e desenvolver a cidadania, vão ao encontro do disposto no art. 205, da Constituição Federal, que estabelece como objetivo da educação: “o

desenvolvimento integral como ser humano, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho”. Portanto, para o autor, tal objetivo demanda a necessidade de uma formação profissional, geral e interdisciplinar, todas voltadas tanto ao pleno desenvolvimento quanto à “consciência de que se vive em mundo pautado pela interdependência no qual a cidadania deve ser exercida de forma solidária” e, para isso, “[...] é necessário que as questões relativas a essa formação humana e cidadã perpassa o curso como um todo, de forma transversal” (RODRIGUES, 2021, p. 61).

Já a segunda seção do PPC, destacada pelo autor como “Componentes curriculares”, deve prever a identificação dos componentes curriculares obrigatórios; e, da mesma forma, dever identificar os conteúdos, competências e atividades que serão desenvolvidos no decorrer do curso; por fim, ela deve trazer a previsão de como tais conteúdos, competências e atividades serão integrados horizontal e verticalmente. A previsão consta do artigo 5º da Resolução nº 5/2018 da CNE/CES, que estabelece as perspectivas formativas os conteúdos e atividades devem atender no curso de Direito, que são: 1) formação geral; 2) formação técnico-jurídica; e 3) formação prático-profissional:

Art. 5º. O curso de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, deverá incluir no PPC, conteúdos e atividades que atendam às seguintes perspectivas formativas:

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC,

envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia; II - Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC (BRASIL, 2018).

De acordo com Rodrigues (2021), os conteúdos podem ser representados pelos temas transversais propostos no art. 4º, § 2º, como também podem se traduzir em matérias (conjunto de disciplinas), disciplinas (divisão de uma matéria), módulos ou temas.

Ao tratar desse mister, para Faria e Lima (2020), embora os conteúdos já pudessem ser ofertados de outras formas e não apenas através de “disciplinas”, a nova Resolução incentivou, de forma expressa, a transdisciplinaridade (conforme §§ do art. 5º):

§ 1º As atividades de caráter prático-profissional e a ênfase na resolução de problemas devem estar presentes, nos termos definidos no PPC, de modo transversal, em todas as três perspectivas formativas.

§ 2º O PPC incluirá as três perspectivas formativas, considerados os domínios estruturantes necessários à formação jurídica, aos problemas

emergentes e transdisciplinares e aos novos desafios de ensino e pesquisa /que se estabeleçam para a formação pretendida.

§ 3º Tendo em vista a diversificação curricular, as IES poderão introduzir no PPC conteúdos e componentes curriculares visando desenvolver conhecimentos de importância regional, nacional e internacional, bem como definir ênfases em determinado(s) campo(s) do Direito e articular novas competências e saberes necessários aos novos desafios que se apresentem ao mundo do Direito, tais como: Direito Ambiental, Direito Eleitoral, Direito Esportivo, Direitos Humanos, Direito do Consumidor, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Agrário, Direito Cibernético e Direito Portuário (BRASIL, 2018).

As competências, na perspectiva de Rodrigues (2021), representam o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para a execução de uma tarefa ou solução de um problema. Para o autor, a exigência das competências, decorre do rol expresso constante dos artigos 4º, 3º e 5º, III, da Resolução nº 5/2018 do CNE/CES. Assim, ele distingue competência, ou seja, um “saber intelectual”, de habilidade, um “saber material”, e divide as competências em: a) competências cognitivas (relativas ao conhecer), b) instrumentais (relativas ao fazer), e c) interpessoais (relativas ao agir). Segue o dispositivo que contempla a lista de competências a serem adquiridas na formação do bacharel em Direito:

Art. 4º O curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a:

I - interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;
II - demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- III - demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- IV - dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- V - adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- VI - desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- VII - compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- VIII - atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- IX - utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;
- X - aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- XI - compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- XII - possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- XIII - desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar; e
- XIV - apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos (BRASIL, 2018).

Relativamente ao art. 4º, da referida Resolução, Faria e Lima (2020) enaltecem o seu caráter inovador, especialmente ao estabelecer a necessidade de aceitação à diversidade e ao pluralismo cultural, bem como a previsão da perspectiva transversal dos temas de direitos humanos; elas afirmam que tal norma caminhou no mesmo sentido na Resolução Nº 1/2012 do CNE/CP (Conselho Pleno) nº 1/2012, que fixou as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Ainda no estudo das competências, temas transversais e perspectivas formativas previstos na nova Resolução, Rodrigues (2021)

entende que as últimas podem ser de três ordens: para a formação jurídica; para a solução de problemas emergentes e transdisciplinares; e para o enfrentamento dos novos desafios de ensino e pesquisa (RODRIGUES, 2021).

Ele ensina que a formação geral, além de garantir o diálogo com demais ramos do conhecimento, inclusive as novas tecnologias da informação, também deve contemplar os conteúdos transversais obrigatórios, definidos em normas e diretrizes específicas e que devem, obrigatoriamente, integrar os currículos.

CONFIGURAÇÃO DOS CURSOS DE DIREITO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) DO NORTE DO PARANÁ

De acordo com a Sinopse Estatística do Ensino Superior de (BRASIL, 2019), existem 1.234 instituições que oferecem 1.569 cursos de Direito no Brasil, sendo que, desses, 179 são da rede pública e 1.390 da rede privada. Já no Estado do Paraná, são 97 instituições que ofertam 114 cursos de Direito, sendo 101 ofertados em instituições privadas (oriundos de 88 das 97 instituições) e 13 cursos provenientes de 9 instituições públicas presentes no Estado.

No sistema e-MEC (BRASIL, 2021), existem 198 instituições de ensino ativas no Estado do Paraná, e, de acordo com o relatório de 2019, também do sistema e-MEC, 96 dessas instituições ofertam o curso de Direito.

Com o aumento expressivo de instituições que ofertam o curso de Direito, embora não exista previsão legal da atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como órgão averiguador do ensino jurídico, anualmente, há divulgação dos índices de aprovação de todos os cursos

de Direito ofertados no Brasil que possuem candidatos inscritos no exame de ordem unificado. Desse modo, com o intuito de representar um reconhecimento público da qualidade das graduações em Direito no Brasil, a OAB criou um programa intitulado “Selo OAB Recomenda”, instituído em 2001, e que consiste na combinação de dois critérios: desempenho no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e índice de aprovação no Exame de Ordem da OAB (OAB, 2021).

Conforme dados do Conselho Federal da OAB, instituição que outorga o selo, a primeira edição do programa foi divulgada em janeiro de 2001, quando 52 cursos de Direito integraram a publicação; no segundo “OAB Recomenda”, ocorrido em janeiro de 2003, 60 cursos de Direito foram listados; na terceira edição, no ano de 2007, 87 cursos receberam o selo; em 2011, com a quarta edição, chegou-se a 89 cursos; em sua 5ª edição, lançada em 2016, 142 cursos foram contemplados; em janeiro de 2019, na 6ª edição, 161 cursos receberam a chancela da OAB Nacional, entre os 1.212 cursos participantes; e na 7ª e última edição do selo, ocorrida em janeiro de 2022, 192 cursos de Direito receberam o selo “OAB Recomenda”, sendo 17 do estado do Paraná (OAB, 2022), sendo, desse total, 9 cursos provenientes de instituições privadas e 8 de instituições públicas, conforme segue a listagem:

1. Curitiba - Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA;
2. Curitiba – FAE Centro Universitário;
3. Curitiba - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR;
4. Curitiba - Universidade Federal do Paraná – UFPR;
5. Curitiba - Universidade Positivo – UP (Campus sede);
6. Foz do Iguaçu - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE;

7. Francisco Beltrão - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE;
8. Guarapuava - Centro Universitário Campo Real;
9. Jacarezinho - Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP;
10. Londrina - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR;
11. Londrina - Universidade Estadual de Londrina – UEL;
12. Marechal Cândido Rondon - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE;
13. Maringá - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR;
14. Maringá - Universidade Estadual de Maringá – UEM;
15. Ponta Grossa - Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG;
16. Toledo - Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR;
17. União da Vitória – Centro Universitário do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU.

REFLEXÕES SOBRE OS ELEMENTOS INDICATIVOS DE UMA FORMAÇÃO CIDADÃ NOS CURSOS DE DIREITO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO NORTE DO PARANÁ

De acordo com a publicação do Conselho Federal da OAB de 2022, já mencionada, quatro universidades do Norte do Paraná foram contempladas com o Selo “OAB Recomenda”, em 2022, sendo elas: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR - Campus Londrina e Campus Maringá), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP – Campus Jacarezinho).

A análise e comparação dos elementos do percurso formativo desses cursos levou em consideração dois eixos de reflexão: a) perfil do egresso; e b) currículo acadêmico – disciplinas de formação geral, conforme quadros abaixo:

QUADRO 1 – EIXO DE REFLEXÃO: PERFIL DO EGRESSO POR IES

EIXO	PUC/PR	UEL	UEM	UENP
Perfil do egresso	<p>A proposta educacional visa ao saber jurídico a serviço da emancipação da pessoa humana, apto a cumprir uma função transformadora da sociedade.</p> <p>Para isso, seu objetivo é o desenvolvimento de competências e habilidades, com rigor científico e técnico, ao mesmo tempo crítico e reflexivo, comprometido com a ética humanista, na defesa de valores democráticos e da dignificação da pessoa humana.</p> <p>O perfil do egresso do curso de Direito da PUC/PR é o do profissional generalista, humanista, crítico e reflexivo, capaz de identificar e compreender as mudanças, e de propor soluções jurídicas para os problemas decorrentes; um profissional que percebe o Direito como objeto de permanente construção, e o compreende como via de transformação da realidade, fundamental às sociedades democráticas que se querem sustentáveis: social, cultural, ambiental, econômica e politicamente (PUC/PR, 2013, p.14 e p. 18).</p>	<p>O perfil profissional do curso de Direito da UEL é de bacharéis com visão crítica, ética, humanista e com sensibilidade social, e que reconheçam os contextos sociais, culturais, econômicos, negocial, político e filosófico, por meio da transdisciplinaridade, articulados com o contexto social, aptos à identificação de problemas, buscando soluções jurídicas e com foco na pacificação social.</p> <p>O objetivo do curso é formar bacharéis em Direito com conhecimento para atuar nas mais diversas áreas jurídicas em uma sociedade mundialmente conectada e em constante transformação. O egresso do curso de Direito da UEL sairá preparado para a atuação profissional e pesquisa científica nas mais diversas áreas e atividades compreendidas em sua área de habilitação, amparado em uma postura reflexiva e visão crítica indispensáveis ao exercício da Ciência do Direito (UEL, 2021, p. 12-13).</p>	<p>O egresso do curso de Direito da UEM possui um perfil de formação genérica, mas que também garante a multiplicidade de oportunidades formativas. O perfil de formação é humanista, com foco nas constelações sócio-político-culturais, em constante tensão, crise e conflito; e, também, nas competências, habilidades e atitudes interconectadas, que se traduzem em condições de aprendizagem, de comunicação e interação. Compromete-se a adotar ação pedagógica que possibilite a formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade em que se inserem atuando de maneira ética, competente, solidária e crítica no desempenho profissional, tendo assimilado os valores profissionais e éticos do curso e possibilite a formação de Bacharéis com visão interdisciplinar do Direito adequando sua formação profissional às necessidades do mercado de trabalho e às diversas realidades atuais, especialmente as locais e regionais (UEM, 2013, p. 6).</p>	<p>O perfil do egresso do curso de Direito da UENP busca uma sólida formação geral, de base humanística e axiológica, que o levará a desenvolver capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, além de adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.</p> <p>O objetivo do curso e seu diferencial consistem no desenvolvimento da capacidade crítica de pensar mudanças, estimulando a capacidade criativa do acadêmico, como elemento inserido no papel de construir uma sociedade progressivamente mais justa, livre e solidária, capaz de promover uma reflexão crítica das estruturas fundamentais do Direito, concebidas em uma ordem de Inclusões e Exclusões sociais, e a valorização permanente, como diretriz transdisciplinar, do direito constitucional e dos direitos humanos fundamentais (UENP, 2022, p. 14 e p. 24).</p>

FONTE: A autora (2022)

O item “a”, expresso a partir dos objetivos dos cursos de Direito das IES listadas, bem como perfil do egresso por eles pretendido, possuem diversos pontos de assonância, tais como: a formação humanista, crítica e reflexiva, com foco nos contextos sociais de onde estão localizados; interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade também apareceram nos objetivos dos cursos, de forma a privilegiar as interações entre os diferentes campos do conhecimento; por fim, valores como a ética humana e profissional também apareceram nos objetivos/perfil pretendido pelo curso.

Tais definições levam à constatação de que, mais do que atender a Resolução nº 5/2018 do CNE/CES, a pretensão dos cursos de Direito das IES listadas é formar um bacharel com formação geral e humanística, mas que também contribua para a sociedade/comunidade em que está inserido, que compreenda e se adapte às mudanças e aos contextos sociais e políticos que se imponham, estando apto a atuar nas mais diversas áreas do Direito, inclusive na pacificação dos conflitos; é dizer, um estudante consciente das demandas sociais – locais e regionais - e participante de projetos envolvendo a comunidade do seu entorno.

Já em relação ao item “b”, qual seja, currículo acadêmico, as disciplinas do eixo de formação geral estão listadas por IES, conforme se vê no quadro a seguir:

QUADRO 2 – EIXO DE REFLEXÃO: CURRÍCULO ACADÊMICO – DISCIPLINAS
DO EIXO DE FORMAÇÃO GERAL POR IES

EIXO	PUC/PR	UEL	UEM	UENP
Currículo acadêmico – disciplinas do eixo de formação geral	<ul style="list-style-type: none"> – Processos Democráticos e Participação Política – História e Socioantropologia do Direito – Filosofia – Direitos Humanos e Interpretação dos Discursos Jurídicos – Ética – Soluções Alternativas de Conflitos – Direito e Novas Tecnologias – Direito Internacional e Globalização – Direito Econômico e Regulação – Direito Socioambiental e Sustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> – Princípios de Economia – História do Direito – Filosofia do Direito – Psicologia Social e Institucional – Sociologia – Antropologia – Filosofia e Argumentação – Ética – Gestão de Conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> – Ciência Política e Direitos Fundamentais – Filosofia do Direito e Ética – História do Direito – Sociologia – Economia – Psicologia e Antropologia 	<ul style="list-style-type: none"> – Ciência Política e Teoria Geral do Estado I e II – Filosofia Jurídica – Psicologia Jurídica – Direito Econômico – Direito Financeiro <u>Relações étnico-raciais:</u> – História do Direito e Antropologia; – Direitos Humanos e Fundamentais II; – Sociologia Jurídica; – Criminologia. <u>Educação ambiental:</u> – Direito Agroambiental; – Teoria Geral de Interesses Difusos e Coletivos. <u>Educação em Direitos Humanos:</u> – Direitos Humanos e Fundamentais I.

FONTE: A autora (2022)

Pôde-se constatar, a partir dos PPC, que todos os currículos acadêmicos possuem disciplinas de formação geral, conforme disposição do art. 5º, da Resolução nº 5/2018 do CNE/CES. Tais disciplinas, responsáveis por inserir na formação do bacharel os elementos fundamentais da relação do Direito com o conhecimento filosófico e humanístico, as ciências sociais e as novas tecnologias da

informação, estão expostas nas matrizes sob a forma de disciplinas amplas e gerais, como Antropologia, Sociologia e Filosofia, cujas ementas abarcam, entre outros, temas como a interdisciplinaridade (interface do direito com outras disciplinas), enaltecendo a visão humana e as diferenças socioculturais na interpretação jurídica, e apresentando o compromisso com as questões sociais contemporâneas: novos sujeitos e novos direitos, transformações sociais e jurídicas, relações étnico-raciais, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das IES que ofertam o curso de Direito no Norte do Paraná, contempladas num grupo de 97 instituições que ofertam 144 cursos de Direito (88 instituições privadas e 9 instituições públicas) no estado, demonstrou que, em 2022, apenas 17 cursos do Paraná (9 de instituições privadas e 8 de instituições públicas) foram considerados como destaque e receberam o Selo “OAB Recomenda”, outorgado pelo Conselho Federal da OAB, ou seja, considerando os critérios adotados por ele para tal chancela. Dos 17, 5 cursos, de 4 IES, estão localizados em municípios do norte do Paraná, sendo eles: Jacarezinho (UENP), Londrina (UEL e PUC/PR) e Maringá (UEM e PUC/PR).

Ao se considerar o retrospecto de concessão de tal Selo, as IES UENP, de Jacarezinho, UEL, de Londrina, e UEM, de Maringá, foram contempladas em todas as 7 edições (2001, 2004, 2007, 2012, 2016, 2019 e 2022); a PUC/PR de Londrina, nas últimas 2 edições (2019 e 2022); e a PUC/PR de Maringá foi contemplada apenas na última edição (2022).

Esse trabalho pôde concluir pela presença de elementos formativos “cidadãos” durante o percurso da graduação dos cursos de Direito das IES escolhidas, tendo sido esses identificados a partir: dos conteúdos generalistas e humanistas presentes nas disciplinas da matriz curricular/currículo acadêmico do curso; da previsão expressa de objetivos direcionados para um perfil de egresso voltado ao desenvolvimento do senso de preocupação e pertencimento à comunidade, com o olhar para os novos e diversos direitos existentes.

Deveras, ao se analisar os elementos formativos que permeiam a formação do bacharel em Direito nos cursos das IES do Norte do Paraná, a partir dos eixos de reflexão definidos (perfil do egresso e currículo acadêmico – eixo de formação geral), foi possível constatar: 1) o perfil pretendido ao egresso de seus cursos de Direito, em todas as IES, prioriza a formação geral e humanista, com o olhar voltado para a sensibilidade e transformação da sociedade, valorizando os fenômenos sociais, locais e regionais; 2) o currículo acadêmico previsto pelas IES, especificamente quanto às disciplinas de formação geral, contempla conteúdos importantes para a construção do perfil pretendido, viabilizando o estudo de temas de relevância política, jurídica e social, a exemplo de: socioantropologia, psicologia, ciência política, direito socioambiental, direito agroambiental, soluções alternativas de conflitos, entre outros.

Por fim, ainda que não seja possível correlacionar a concessão do Selo “OAB Recomenda”, da OAB, que leva em conta os critérios de aprovação no exame de ordem e conceito ENADE, pode-se afirmar que a presença da universidade representa relevante impacto social tanto

para a transformação da comunidade acadêmica – docente e discente, que desenvolve as atividades de ensino, pesquisa e extensão, como também para a comunidade externa, que se envolve e se beneficia das orientações e serviços prestados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), 2021. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 31 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Resolução nº 05/2018, de 17 de dezembro de 2018. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de graduação em direito e dá outras providências. Brasília: MEC, 2018.

CORTINA, Adela. Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania. Trad. de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2005.

FARIA, Adriana Ancona de; LIMA, Stephane Hilda Barbosa. As Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito: processo de construção e inovações. In: FARIA, Adriana Ancona de et al. Educação Jurídica no Século XXI: novas diretrizes curriculares nacionais do curso de direito e seus limites e possibilidades. Florianópolis: Habitus, 2020. p.11-24

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 31 ago. 2021.

OAB. CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. OAB Recomenda: a Luta da Advocacia Brasileira pela Proteção da Educação Jurídica. 7. ed. Brasília: OAB, Conselho Federal, 2022. Disponível em: <https://www.oab.org.br/arquivos/pdf/Geral/Selo%20OAB%20-%207%20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 01 maio 2022.

PUCPR. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - Londrina, Paraná. Projeto Pedagógico do Curso de Direito. 2013.

RODRIGUES, Horácio Vanderlei. Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Direito. 3. ed. rev. e atual. (título anterior: Cursos de Direito no Brasil: diretrizes curriculares e projeto pedagógico). Florianópolis: Habitus, 2021.

UEL. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 2021. Londrina, Paraná. Disponível em: <https://portal.uel.br/home/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

UEM. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, 2013. Projeto Pedagógico do Curso de Direito. Disponível em: <http://www.pen.uem.br/site/public/curso/519a2cb9db78185f88cf29cc185d33b827c22434>. Acesso em 31 mai. 2021.

UENP. UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ. Projeto Pedagógico do Curso de Direito. Jacarezinho, Paraná. 2022. Disponível em: <https://uenp.edu.br/>. Acesso em: 01 abr. 2022.

4

MARCOS GRADUALES FILOSÓFICOS Y POLÍTICOS DEL DERECHO DE AUTODETERMINACIÓN DE LOS PUEBLOS

*Adriano Alberto Smolarek*¹

*João Irineu de Resende Miranda*²

INTRODUCCIÓN

Es común que investigadores de las Ciencias Sociales, sobretudo, del Derecho o Relaciones Internacionales encuentren textos que afirman el origen de la Autodeterminación de los Pueblos en el Orden Jurídico Internacional. Es decir, como resultado de la institucionalidad internacional o de la Organización de las Naciones Unidas. Quizás por el vínculo de las luchas contra el colonialismo, cuya aplicación de ese dogma determinó el fin de siglos de dominación “colonizadora” sobre los pueblos originarios, con relativo éxito, habiendo contribuido al fin para el surgimiento de muchos nuevos estados.

Sin embargo, a pesar de su aporte concreto a la construcción de la actual sociedad internacional, la Autodeterminación de los Pueblos, desde el punto de vista histórico y filosófico occidental, puede ser interpretada de otras maneras. Por ejemplo, han existido manifestaciones de esa naturaleza en la Edad Moderna occidental que

¹ Doctor en Ciencias Sociales Aplicadas por la Universidad Estadual de Ponta Grossa – Paraná, Brasil. Profesor de Derecho Internacional en la Universidad Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Correo Electrónico: smolarek01@gmail.com

² Doctor en Derecho Internacional por la Universidad de São Paulo. Coordinador general del Programa de Posgrado en Ciencias Sociales Aplicadas de la Universidad Estadual de Ponta Grossa – Paraná, Brasil. Profesor de Derecho en la misma universidad. Correo Electrónico: joaoirineu78@gmail.com

pueden servir como marcos nodales para el surgimiento de la concepción del actual Derecho a la Autodeterminación de los Pueblos, este surgido de la institucionalidad internacional en los periodos de entreguerras y postguerras.

Así, el presente trabajo busca encontrar un antecedente del origen de la Autodeterminación en el marco teórico de algunos de los principales autores del contractualismo, como, por ejemplo, en las teorías sobre el consentimiento en Thomas Hobbes; en la noción de liberalismo democrático de John Locke o en el radicalismo democrático de Jean-Jacques Rousseau. A través de una revisión bibliográfica y documental, el escrito se acerca a la visión específica de estos autores para evidenciar conexiones e interpretaciones, ya sea a través de la noción del individuo propio o de colectivos, presentando a los individuos como agentes poseedores de un autocontrol real o potencial, que aunque sean autónomos (por ser poseedores de sus propias razones y circunstancias, son autolegisladores y autodominantes) logrando, por lo tanto, estar aptos para su Autodeterminación.

LA EVOLUCIÓN HISTÓRICA DE LA AUTODETERMINACIÓN DE LOS PUEBLOS: DEL CONTEMPORÁNEO AL HISTÓRICO

El Derecho a la Autodeterminación de los Pueblos constituye un hito en la historia jurídica de los siglos XIX y XX. Aunque sea común encontrar perspectivas epistemológicas propias de la historia y las ciencias sociales que demuestran que ella puede ser considerada como una fuerza social y político antes que un fenómeno eminentemente

jurídico. Esto se debe a que su materialización en el mundo del derecho solo ocurrió en la década de 1960.

Con finalidad metodológica, se utiliza para abordar la evolución de la Autodeterminación, el sentido contrario al hilo histórico comúnmente utilizado. Es decir, se parte de la concepción contemporánea vigente de los principales dictados internacionales para evidenciar el marco normativo anclado en valores e ideologías desde una perspectiva occidental, institucional y en cierta medida 'normativa' del Derecho Internacional, aplicable a los pueblos en el relativo a la Autodeterminación. En ese sentido, se analiza en primer lugar el marco jurídico en el ámbito de la Organización de las Naciones Unidas para sólo entonces retroceder al tratamiento dado al tema dentro de la Sociedad de las Naciones, culminando, finalmente, en la discusión propuesta en este artículo de que ese dogma tiene su origen ligada a la filosofía política contractualista.

Si bien la Autodeterminación es mencionada expresamente en el art. 1, punto 2, de la Carta de las Naciones Unidas como propósito de dicha institución para lograr los fines exigidos por la Sociedad Internacional, es en el ámbito de las resoluciones y esfuerzos realizados por el grupo de Estados que participaban de institucionalmente que surge el primero documento que aborda el tema. La Resolución 1514 de la XV Asamblea General de las Naciones Unidas, aprobada en diciembre de 1960, representó la materialización de la, en adelante denominada, “Declaración Internacional sobre la Concesión de la Independencia a los Países y Pueblos Coloniales”. En ella, la Asamblea General declara que someter a los pueblos a la sujeción, la dominación o la explotación

constituye una negación de los Derechos Humanos fundamentales y es contrario a la Carta de las Naciones Unidas. Además, defiende que todos los pueblos tienen derecho a la libre determinación y en virtud de este derecho deben tener la prerrogativa inalienable de definir su condición política y perseguir libremente su desarrollo económico, social y cultural (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 1960).

Desde su establecimiento en el campo del Derecho Internacional, la Autodeterminación ha llegado a ser considerada como un “Derecho Fundamental” además también en varias resoluciones de la Asamblea General de la ONU, más allá de funcionar como un eje central para los Pactos Internacionales de Derechos Económicos y Políticos, y; Sociales y Culturales; y aun habiendo sido considerada como una norma de *jus cogens* ante la propia Corte Internacional de Justicia (LIMA, 2019, p. 283).

Antes de la Segunda Guerra Mundial y de la creación de la Organización de las Naciones Unidas, sin embargo, la Autodeterminación de los Pueblos ya estaba presente en las discusiones de carácter político provenientes de la Sociedad Internacional. Hubo dos grandes agentes políticos que se pronunciaron sobre el tema. Por ejemplo, el entonces comandante soviético Vladimir Ilich Lenin (1870-1924) y el entonces presidente estadounidense Woodrow Wilson (1856-1924).

El primero a través de la proposición de la Autodeterminación como principio anticolonialista, emancipador y liberador de las naciones frente al sometimiento y la explotación burguesa, reflejo de la lucha de clases (LENIN, 1979; D'ENCAUSSE, 1971). El segundo, defendido por el presidente norteamericano y materializado antes y durante la Primera Guerra Mundial, en el famoso discurso de los “catorce puntos”

a los que debería basarse el sistema internacional, proponiendo una visión desacoplada de la noción de equilibrio de poder entre naciones hasta entonces vigente para otra en la que la Autodeterminación ética serviría como promotora de la justicia a todos los pueblos y naciones (KISSINGER, 2012; STERIO, 2013). Ninguna de las vertientes fructificó en sentido operativo durante los años de entreguerras (CASSESE, 1995) una vez que eran mero discurso político.

Ni siquiera el Pacto de la Sociedad de las Naciones, que inauguró un nuevo ambiente internacional, contribuyendo a la consolidación del modelo contemporáneo de Estado Moderno, mencionó la Autodeterminación en su texto. Aunque incluso se planteó, la ideología de la Autodeterminación no fue verdaderamente aceptada en el ámbito institucional internacional, principalmente por la plena vigencia de los intereses colonialistas europeos, a partir de la Conferencia de Berlín de 1885 (TRINIDAD, 2018; STERIO, 2013). El colonialismo como estrategia soberana perdió fuerza apenas con el final de la Segunda Guerra Mundial.

Así, el dogma de la Autodeterminación de los pueblos ha evolucionado a lo largo del tiempo, consistiendo en un concepto jurídico subjetivo pasible de materialización y cada vez más evidente en la realidad internacional, debido a varios temas cuya aplicación es posible, como aspectos relacionados con las discusiones sobre soberanía, límites territoriales, surgimiento y creación de nuevos estados o incluso en aspectos sociales o individuales como la emancipación, autonomía y libertades. Jurídicamente, el origen del citado derecho se presenta como reflejo de estos dos primeros demarcadores.

Sin embargo, el origen filosófico y político de la Autodeterminación se encuentra en otros hechos históricos que, si bien no la delinearón como Derecho o discurso político, la utilizaron para gestionar paulatinamente hitos de su evolución posterior. Esta es la concepción de la Autodeterminación como idea-fuerza o según Alfred Cobban (1969, p. 40) como una “fuerza histórica práctica” que, por ello, pertenece a la categoría de los fenómenos sociales mutables, susceptibles de ser ejercido en la individualidad, del ser o en la colectividad de los individuos, habiendo contribuido al diseño de los cimientos del Estado Moderno, a través del Contractualismo.

CONTRACTUALISMO COMO DOCTRINA POLÍTICA AUTODETERMINATIVA

La racionalización del pensamiento moderno traída por las ideas de la Ilustración en el siglo XVIII, hizo posible la deconstrucción del statu quo europeo. Armada con una concepción en la que la primacía de la razón humana sobre los dogmas y los ritos religiosos serviría de sentido a la Autodeterminación del ser humano en relación a su circunstancia individual y social impuesta, la Ilustración se constituyó como una ideología filosófica y epistemológica antes de evidenciar un hecho político o social. Al superar su existencia filosófica, transformándose en un fenómeno social, la Ilustración contribuyó a la creación de las bases del contractualismo y el liberalismo que ayudaron al surgimiento de procesos revolucionarios que redibujaron el orden político de las sociedades modernas (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUALINO, 1983).

Tal ideología interpreta el origen de la sociedad y la fundación del poder político a través de un contrato hipotético, es decir, un acuerdo tácito o expreso entre individuos, que representaría el fin y el consiguiente tránsito del Estado de Naturaleza al Estado Social y Político. Uno de los fundamentos de esta teoría política se basa en el origen del ser humano, el anhelo que lo impulsa a buscar el consenso de una vida social que justifica el abandono de una vida primitiva a un aspecto más complejo y organizado que fundamenta la política consensuada y no en el uso de la fuerza (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUALINO, 1983).

Cuando la lógica se aplica al período de transición entre el medievalismo y el Estado Moderno, es decir, cuando la soberanía del monarca deja de ser el objetivo del mantenimiento de las sociedades europeas, permitiendo engendrar nuevos paradigmas sociales, nace una figura embrionaria, lo que podría llamarse “*proto*” estado-nación, y que utilizaría patrones identitarios culturales, materiales o inmateriales, en una determinada fracción territorial exclusiva del planeta, para justificar la soberanía popular sobre el poder hasta entonces instituido y la Autodeterminación de los Pueblos . Tal síntesis, basada en las ideas de la Ilustración, aunque no hayan sido originadas en el período, va de mano a los conceptos de sí mismo (*self*) e incluso de Autodeterminación, ya que la búsqueda de la autonomía personal evidencia políticamente los "individualismos" del período, generando un ideal de autonomía colectiva.

Fueron varios los pensadores de la época que lograron aproximarse a tales inferencias contractuales y transmutarlas en una escuela de

pensamiento. Entre tales se puede citar, por ejemplo, Johannes Althusius (1557-1638), Thomas Hobbes (1588-1679), Baruch de Spinoza (1632-1677), Samuel Pufendorf (1632-1694), John Locke (1632-1704), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), Immanuel Kant (1724-1804).

En cuanto a la Autodeterminación, se mencionan los aportes realizados, especialmente por las obras “El Leviatán” (1651) de Thomas Hobbes; “Tratados sobre el Gobierno Civil” (1689) de John Locke, y; “El Contrato Social” (1762) de Jean-Jacques Rousseau, que aportaron contribución al incorporar al pensamiento filosófico y político la idea de que un “contrato social” justificaba la existencia de la soberanía ligada a las ideas nacionales – es decir, a la nación, desde un punto de vista relativo a sumisión del individuo (TEIXEIRA, 2011). Más que eso, uno puede verificar la conexión de la Autodeterminación en la discusión del consentimiento hobbesiano; en la noción del liberalismo individualista lockeano; en el radicalismo democrático de Rousseau, dado que todos ellos interpretan la Autodeterminación a su manera: ya sea a través de la noción de individuo o de pueblo, presentándose como agentes poseedores de un dominio real o potencial de sí mismos, que si bien son autónomos (por ser poseedores por sí mismos pueden, por lo tanto, ser capaces de autodeterminarse.

AUTODETERMINACION EN THOMAS HOBBS; JOHN LOCKE Y JEAN-JACQUES ROUSSEAU

De la obra “El Leviatán” escrita por Thomas Hobbes surge la conclusión práctica al respecto de la existencia de un contrato social, fundamentando el llamado “Estado de Naturaleza” en el miedo que

provoca la inseguridad y la miseria humana, denotando la existencia del hombre como solitaria, pobre, desagradable, bruta y violenta. En el Estado de Naturaleza, no existiría la justicia ni la injusticia e incluso la noción de derecho o propiedad sobre cualquier bien, debido a la inminente guerra física de todos contra todos (HOBBS, 2004, p. 46-47). El flagelo de esta circunstancia llevaría al hombre a la única opción racional que serviría para desviar el destino natural y atribuir a su existencia el mínimo necesario de tranquilidad: la entrega del individuo al pacto, a la omnipresencia del príncipe como presupuesto para obtener seguridad para la existencia, sobrevivencia personal y para sus bienes (VILLEY, 2005, p. 680). La realización de este pacto pasaría necesariamente por una relación horizontal y vertical, siendo la primera un acuerdo tácito, como presupuesto contractual, entre el individuo y su prójimo; y el segundo se establecería en la autorización dada por todos, para que una persona o asamblea ejerza un poder ilimitado, en su nombre (TEIXEIRA, 2011, p. 97-98).

En este sentido, más que un simple acuerdo, el pacto social tiene un carácter obligatorio y no meramente moral, teniendo presente, en primer lugar, el consentimiento horizontal y, sobre todo, la existencia coercitiva de un poder soberano, representado en la figura del príncipe, monarca o asamblea. Sin embargo, la eficacia para el citado contrato no estará respaldada por el primer elemento, sino por el segundo, en vista del monopolio de los medios de garantía y eventual imposición del contrato (TEIXEIRA, 2011, p. 98).

Dicho argumento se puede demostrar en Hobbes, para quien el hombre en beneficio propio, dada su necesidad de escapar del estado de

naturaleza, abdica de su libertad y de sus derechos naturales en favor de un poder soberano. De esa lógica surge el procedimiento de adquirir un pacto materializado por elementos de aspectos horizontales y verticales. Nótese que, en el uso de la lógica privatista, asociando el acuerdo con un contrato, Hobbes utiliza la necesidad del consentimiento. Al referirse sintéticamente al consentimiento dado por ciudadanos o súbditos, utiliza el término multitud, como puede verse:

Uma multidão de homens é transformada em uma pessoa quando é representada por um só homem ou pessoa, de maneira a que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem essa multidão. Porque é a unidade do representante, e não a unidade do representado, que faz que a pessoa seja una. E é o representante o portador da pessoa, e só de uma pessoa. Esta é a única maneira como é possível entender a unidade de uma multidão. Dado que a multidão naturalmente não é uma, mas muitos, eles não podem ser entendidos como um só, mas como muitos autores, de cada uma das coisas que o representante diz ou faz em seu nome. Cada homem confere a seu representante comum sua própria autoridade em particular, e a cada um pertencem todas as ações praticadas pelo representante, caso lhe haja conferido autoridade sem limites. Caso contrário, quando o limitam quanto aquilo em que os representará, ou até que ponto, a nenhum deles pertence mais do que aquilo em que deu comissão para agir (HOBBS, 2004, p. 58-59).³

³ Una multitud de hombres se transforma en persona cuando se la representa un solo hombre o persona, de tal manera que se hace con el consentimiento de cada uno de los que forman esa multitud. Porque es la unidad del representante, y no la unidad del representado, lo que hace a la persona una. Y el representante es portador de la persona, y sólo de una persona. Sólo así es posible comprender la unidad de una multitud. Como la multitud no es naturalmente una sino muchos, no pueden entenderse como uno, sino como muchos autores, de cada una de las cosas que el representante dice o hace en su nombre. Cada hombre confiere a su representante común su propia autoridad particular, y a cada uno pertenecen todas las acciones realizadas por el representante, si le ha dado autoridad ilimitada. De lo contrario, cuando lo limitan en cuanto a en qué los representará, o en qué medida, ninguno de ellos pertenece más allá de lo que le ha encomendado actuar. (Traducción libre por los autores)

Obviamente, por el momento histórico vivido por el autor, la metáfora utilizada justifica sus ideas y da vida al “Leviatán”. Así, se hace evidente la necesidad del consentimiento que debe dar “cada uno de los que integran esta multitud” para explicar la unidad de representación de una “multitud”. En el sentido de que sin consentimiento no hay unidad y, por consiguiente, tampoco multitud.

A diferencia de Hobbes, quien definió el estado de naturaleza como un ambiente de confrontación constante, la perspectiva de John Locke sostiene que este sería un ambiente de paz, buena voluntad e incluso ayuda mutua entre los individuos, mediante el uso de la razón, asegurada por Dios, para el fin de su propia conservación y la de toda la humanidad (HAUCK, 2017, p. 90). Para Locke, el estado de naturaleza sería un presupuesto de libertad y goce de la propiedad y de la persona misma, limitado únicamente por la ley de la naturaleza que libera a los individuos de la sumisión a la voluntad de otros hombres (sumisión de la voluntad de otros), y que, por ello, pone a todos en pie de igualdad, ya que todo poder y jurisdicción sería recíproco. Esta perspectiva sugiere que el hombre, contrariamente a lo que se puede conjeturar, logra autodeterminarse en relación a sus circunstancias naturales y políticas (LOCKE, 1994, p. 83; SEGOVIA, 2020, p. 37).

En este sentido, la ley natural haría libre a cada individuo y que en el libre uso de su libertad no tendría más norte que el suyo propio, aun siendo dueño de sí mismo y de sus actos. En consecuencia, además del estado de naturaleza, la sociedad civil a ser erigida estaría basada sobre individuos libres, dueños absolutos de sí mismos y de sus propiedades, quienes, precisamente por ser libres, sólo se someterían al poder

político mediante un acto de su voluntad, por su propio consentimiento (SEGOVIA, 2020, p. 38). Este consentimiento transferiría a otro el poder de cada individuo para ejecutar la ley de la naturaleza, lo que garantizaría la sumisión de los miembros de una comunidad al cuerpo político: es decir, el consentimiento para la formación de la sociedad, en Locke, es también un consentimiento de sumisión, tanto en los inicios de las naciones como en cualquier otro momento de la historia, aunque la sociedad ya esté constituida, porque aun allí, todos los individuos nacerían libres (HAUCK, 2017, p. 90; LOCKE, 1994, p. 91 – 94).

Así, al creer que el estado de naturaleza estaría basado en un orden moral que justificaría la existencia de una serie de derechos que serían inalienables, Locke defendió la constitución de una sociedad civil, con instituciones capaces de mantener la paz y la concordia, en además de defender los derechos inherentes a la vida humana (VALADEZ, 2001, p. 112). Para Locke, el Estado debe constituirse no para materializar la paz social como la idealizaba Hobbes, sino para poder proteger el derecho natural a la propiedad, que sería el único bien jurídico en verdadera exposición al peligro en el estado de naturaleza (TEIXEIRA, 2011, p. 101). En su obra se encuentra que:

Se todos os homens são, como se tem dito, livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o seu próprio consentimento. A única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através de acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para uma vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas

propriedades e melhor protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade (LOCKE, 1994, p. 139).⁴

Finalmente, si bien John Locke tiene su inestimable importancia para las teorías que buscan explicar y comprender el modelo de sociedad a partir de la idea del Contrato Social, su percepción en términos de Autodeterminación puede interpretarse de la siguiente manera: Primero, Locke logra conciliar, a través de la doctrina del Contrato Social, la autonomía moral de los individuos en el estado de naturaleza con su autonomía en la sociedad civil, porque renunciando únicamente al derecho de aplicar la ley natural y conservando otros derechos naturales mediante el pacto, los individuos limitan las competencias de la sociedad civil y pueden conciliar su libre desarrollo personal. En segundo lugar, que la Autodeterminación es el resultado de una marcada y decisiva característica antropológica - la autopropiedad - que denota que cada individuo es dueño de sí mismo y puede determinarse a sí mismo de manera autónoma, sin ninguna interacción de voluntad que no sea la propia. Tercero, que la autopropiedad y la libertad de Autodeterminación son rasgos naturales de los individuos y, por lo tanto, son condiciones a preservar en la sociedad civil. En cuarto lugar, la garantía de que la Autodeterminación individual se preservaría en la sociedad civil proviene de la primacía de que sólo será legítima si se constituye libre y voluntariamente, mediante un pacto resultante de

⁴ Si todos los hombres son, como se ha dicho, libres, iguales e independientes por naturaleza, ninguno puede ser sustraído de este estado y sujeto al poder político de otro sin su propio consentimiento. La única forma en que alguien se despoja de su libertad natural y se coloca dentro de las limitaciones de la sociedad civil es a través de un acuerdo con otros hombres para asociarse y unirse en una comunidad para una vida cómoda, segura y pacífica entre sí, disfrutando con seguridad de su propiedades y mejor protegidos de los que están fuera de esa comunidad. (Traducción libre de los autores).

su consentimiento (autocontrol), aunque esta perspectiva atiende, dudosamente, a la interpretación de una legitimación de la figura del Estado nacional, desde la visión homogeneizadora y no respetuosa de la diversidad social. En absoluto, eso no desvaloriza su legado, y sigue validando el presupuesto filosófico-político para explicar el germen del pensamiento de la Autodeterminación. Finalmente, sus ideas demuestran que la Autodeterminación individual es compatible con la Autodeterminación colectiva.

En la visión aportada por Jean-Jacques Rousseau, la humanidad en el estado natural representaría la etapa inicial de las sociedades, estando marcada por la pureza y la idoneidad de los hombres que vivían en estricta libertad y autonomía sin necesidad de vínculos permanentes entre sí. Sin embargo, la pureza inicial disminuiría a medida que ellos y sus pares mejoraran desigualmente sus posibilidades individuales, provocando que unos superaran a otros en la conquista de bienes necesarios para mantener su supervivencia (TEIXEIRA, 2011, p. 103 - 104).

En estas circunstancias, la vida humana se volvería artificial y antinatural y el hombre, que originalmente no sería egoísta, pasaría a serlo, generando cada vez más restricciones a la libertad “natural”. Así, los que eran libres por naturaleza pasarían a vivir esclavizados por voluntades ajenas a las suyas; aquellos que están naturalmente direccionados para la Autodeterminación se ven obstaculizados por el dominio que otros ejercen sobre sus voluntades y este hecho frustraría su poder de Autodeterminación (SEGOVIA, 2020, p. 44).

Una vez perdida la libertad original, la fuerza ejercida, obviamente, por los más fuertes, generaría un sistema de opresión, de modo que para

impedir la construcción de un contexto bélico sería necesario construir un pacto social para que, a partir de entonces fuera posible sentar las bases para el establecimiento de una “libertad convencional” que a pesar de serlo, era también reflejo de la manifestación de un libre albedrío de los hombres con capacidad para consensuarse y regirse por el verdadero deseo de regular la vida en sociedad (ROUSSEAU, s/d, p. 9).

Rousseau plasma la identificación de la voluntad individual de cada individuo con la de la voluntad general, con la intención de crear una sociedad o comunidad de individuos basada en los altos intereses de libertad e igualdad entre quienes se someten, haciéndolos ciudadanos. Es una reinterpretación de la libertad previamente asumida como individual y a partir de entonces como manifestación colectiva, estable y consensuada (ROUSSEAU, s/d, p. 9 - 10).

La materialización de la libertad consensual a través del citado contrato tendría que ser total e irrestricta de modo que no pudiera haber discrepancias o diferencias en relación con la libertad natural so pena de desnaturalizar el propio contrato. De esa manera, para evitar que unos hombres se aprovechen de otros, Rousseau entiende que la voluntad general que regularía legítimamente las reglas sociales y tendría cogencia, debería formar un cuerpo colectivo soberano en el que la libertad se mantuviera por la noción de igualdad que se crearía, mediante la máxima “cuando te das a todos, no das a nadie”, con el objetivo de preservar tal igualdad, proporcionando la libertad necesaria a la manutención social. Nacería así el estado civil del que los hombres serían ciudadanos. Este - el ciudadano a su vez - debe participar en la toma de decisiones de la comunidad, siendo parte activa del conjunto.

Así, el pueblo sería el verdadero poseedor del poder soberano sobre su comunidad política y desde allí, también dueño de su propio destino, pudiendo elegir a sus gobernantes o a quienes ejercerían el poder político en su representación (ROUSSEAU, s/d, p. 45; TEIXEIRA, 2011, p. 105; TRINIDAD, 2008, p. 6).

Tal decisión por una solución republicana que convirtiera el hombre en ciudadano se haría mediante la sumisión a la ley, que a su vez se constituiría no como producto de la fuerza sino de la libertad, la igualdad y el autogobierno, de voluntades individuales guiadas por la voluntad general... La Autodeterminación en Rousseau consiste en una especie de negación de la libertad, los intereses y las voluntades individuales y una exaltación de la libertad colectiva, el interés público y la voluntad general.

Una interpretación *a priori* podría llevar la Autodeterminación en Rousseau a una aplicación sólo en el sesgo colectivo, desde la noción de voluntad general o sumisión de la libertad natural a la libertad convencional. Sin embargo, esto no coincide con su teoría. Rousseau aclara la noción de autonomía del individuo, ya sea en estado de libertad natural o en la sociedad civil, al analizar las relaciones de poder que se establecen dentro de las familias como unidades sociales primarias.

[A] liberdade comum é uma consequência da natureza do homem. Sua primeira lei consiste em proteger a própria conservação, seus primeiros cuidados os devidos a si mesmo, e tão logo se encontre o homem na idade

da razão, sendo o único juiz dos meios apropriados à sua conservação, torna-se por si seu próprio senhor (ROUSSEAU, s/d, p. 5).⁵

Aquí radica el fundamento de la consideración contemporánea de que la Autodeterminación puede ser considerada un derecho colectivo, pero también individual, con estrechos vínculos con el fundamento de los Derechos Humanos. Sobre este punto se ha formado un amplio consenso desde la aprobación de la Declaración Universal de los Derechos Humanos en 1948. Si bien el pueblo es un colectivo necesariamente formado por diferentes individuos, identificarse o pertenecer a ellos es una cuestión de elección autónoma e individual. Pero otra razón es más plausible y más importante: El anhelo de Autodeterminación, como ya se discutió, se origina en el campo del individuo, de manera singular y particular. La Autodeterminación colectiva es solo una especie de modelo restringido de Autodeterminación individual.

CONSIDERACIONES FINALES

El Derecho a la Autodeterminación de los Pueblos constituye un marco de la historia jurídica internacional del siglo XX. Su aplicación determinó el final de siglos de colonialismo europeo sobre los pueblos originarios y contribuyó para el surgimiento de muchos y nuevos Estados. Bien sea a través de discursos políticos, movimientos y luchas

⁵ [La] libertad común es una consecuencia de la naturaleza del hombre. Su primera ley consiste en proteger su propia conservación, su primer cuidado se debe a sí mismo, y tan pronto como el hombre alcanza la edad de la razón, siendo el único juez de los medios apropiados para su conservación, se convierte en su propio dueño (Traducción libre de los autores).

nacionales, o a través de documentos internacionales como la Resolución 1514 de la XV Asamblea General de las Naciones Unidas. Sin embargo, a pesar de su concreta contribución a la construcción de la actual sociedad internacional, como visto, el Principio de Autodeterminación de los Pueblos, desde el punto de vista histórico y filosófico occidental puede ser interpretado a partir de los autores clásicos del contractualismo y el liberalismo como los expuestos. Cuando la soberanía del monarca deja de ser el objetivo de la manutención de las sociedades europeas es que los nuevos paradigmas sociales ganan centralidad. Sus principales fuentes son encontradas en las obras de Hobbes, Locke y Rousseau y están basadas en la idea de la necesidad de un “Contrato Social” que esté calcado en la legitimación dada por la sumisión y el consentimiento de las naciones o de los individuos para la constitución de una identidad nacional. La naturaleza objetiva de la Teoría de Contrato Social desde la voluntad general ha conducido a un proceso de alienación de las minorías frente al ejercicio efectivo de la ciudadanía política que es fundamento de las relecturas posmodernas de ese principio.

Un análisis en profundidad de los autores contractualistas, - y aquí, incluidos muchos otros autores que, dentro de su particularidad, aportaron su esfuerzo de la “ilustración” -, puede demostrar que el anhelo de Autodeterminación es, ya sea en el modo individual o colectivo, claramente presente en la lectura de los principales autores abordados, demostrando que el precedente filosófico y político de la Autodeterminación tiene, especialmente en el sesgo occidental

moderno, un verdadero presupuesto epistémico, mucho más allá del simple particularismo de este o aquel autor.

Lo que no se puede negar es que, así como las introyecciones ideológicas contractualistas por su parte moldearon el descontentamiento individual en colectivo, con el objetivo de cambiar el estado de cosas absolutista, por otra contribuyó a transmutar la Autodeterminación, como parte de este mismo fenómeno, pasando de su sesgo singular para plural, sobre todo, a través de las revoluciones constitucionales con especial atención a la Revolución Francesa evolucionando como discurso político y después jurídico, como en el caso de la Sociedad de las Naciones y la Organización de las Naciones Unidas.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUALINO, Gianfranco (Orgs). Dicionário de Política. 12. ed. Brasília: UNB, 1983.
- CASSESE, Antonio. Self-Determination of Peoples: A Legal Reappraisal. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- COBBAN, Alfred. The Nation State and National Self-Determination. London and Glasgow: The Fontana Library, 1969.
- D'ENCAUSSE, Hélène Carrière. Unité prolétarienne et diversité nationale. Lénine et la théorie de l'autodétermination. In *Revue française de science politique*. n. 21 v.2. 1971. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1971_num_21_2_418048: Acesso em: 25 mar. 2022.
- HAUCK, Eveline. Hume crítico de Locke: Contrato Social e Whiggism. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 136, Abr./2017, p. 87-100. 2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/kr/a/dbsT5WkbKw5MxqcZZN8btFH/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 13 de mar. 2022.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. São Paulo: Saraiva. 2012.

LENIN, Vladimir Ilyich. *El Derecho de las Naciones a la Autodeterminación. Obras Escogidas. Vol 1*. Moscou: Editorial Progreso. 1979.

LIMA, Lucas Carlos. *A Opinião sobre o Arquipélago de Chagos: a jurisdição consultiva da Corte Internacional de Justiça e a noção de Controvérsia*. In: *Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte*, n. 75, pp. 281-302, jul./dez. 2019. Disponível em <https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/2039>. Acesso em: 25 mar. 2022.

LOCKE, John. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil: Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis: Vozes. 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça*. 1945. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/un-charter>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Resolução 1514 (XV) de 14 de dezembro de 1960*. Disponível em [https://undocs.org/es/A/RES/1514\(XV\)](https://undocs.org/es/A/RES/1514(XV)). Acesso em: 22 mar. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. 1966. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20993/volume-993-I-14531-English.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. S/d. Disponível em <www.jahr.org>. Acesso em 13 de mar. 2022.

SEGÓVIA, Juan Fernando. *Génesis y Desarrollo de la Autodeterminación Política. Autonomía, Autogobierno y Autolegislación en la Modernidad*. In: AYUSO, Miguel. *La Autodeterminación: Problemas Jurídicos y Politicos*. Madrid: Marcial Pons. 2020.

STERIO, Milena. *The Right to Self-Determination Under International Law: "Selfistans", secession, and the rule of the great powers*. New York: Routledge, 2013.

TEIXEIRA, Anderson Vichinkeski. *Teoria Pluriversalista do Direito Internacional*. São Paulo: Editora WMS Martins Fontes. 2011.

TRINIDAD, Jamie. *Self-Determination in Disputed Colonial Territories*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 2018.

VALADEZ, Jorge. *Deliberative Democracy: Political legitimacy and Self-determination in multicultural societies*. Oxford: West View Press. 2001.

VILLEY, Michel. *A Formação do Pensamento Jurídico Moderno*. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

5

ESTUDIANTES EN EDUCACIÓN REMOTA DE EMERGENCIA: FACTORES INCIDENTES EN SUS TRAYECTORIAS ACADÉMICAS

*Farid Diego Astorga*¹

INTRODUCCIÓN DEL TEMA DE INVESTIGACIÓN

Antes de la llegada de la pandemia, en la Universidad Nacional de Jujuy (UNJu), diversas asignaturas usaban las aulas virtuales con distintas finalidades e intensidades y como complemento de la presencialidad. En algunas asignaturas, tal vez la mayoría, el aula podía ser solo un repositorio de materiales, en tanto que para otras era escenario de actividades, comunicación e incluso evaluaciones. Sin embargo, tras el inicio de la pandemia por COVID-19, en marzo de 2020, la educación remota a través de las aulas virtuales cobró mayor fuerza, tornándose en la alternativa más viable para sostener la enseñanza y el aprendizaje.

Se estima que la educación ya no será lo que era antes de la pandemia (Pardo Kuklinski y Cobo, 2020). De este modo, se anticipan modelos híbridos, bimodalidad y mayor protagonismo de la virtualidad en la nueva normalidad. En ese marco, la investigación procurará focalizar en el estudio de las trayectorias de los estudiantes que cursan en 2021, en el contexto de pandemia, en aulas virtuales. Conforman un

¹ E-mail: faridastorga@gmail.com. Doctorando en Ciencias Sociales FHycS - Universidad Nacional de Jujuy (UNJu, Argentina)

grupo particular de estudiantes, puesto que no eligieron estudiar a distancia o de manera remota, pero tuvieron que hacerlo.

Interesan para la investigación aquellos estudiantes que completando la cursado lograron alcanzar la regularidad o la promoción (grupo 0), también aquellos que no regularizaron (grupo 1), y finalmente los que abandonaron en el transcurso del recorrido (grupo 2). ¿Qué motivos, factores, variables se entremaron para incidir en la configuración de sus recorridos? ¿Qué aportes es posible construir a partir del conocimiento de las trayectorias de bajo rendimiento y de abandono para la promoción del logro en contextos virtuales? ¿Qué conocimientos es posible retomar de este periodo de educación remota forzada de cara al diseño de los contextos educativos pospandemia? ¿Qué contribuciones pueden tomarse para enriquecer los genuinos procesos de educación a distancia?

Aunque el abandono y el bajo rendimiento, ya sea de una carrera o de una asignatura en particular, son problemas complejos y multicausales, hay consenso en reconocer que son procesos y que muchas veces es posible observar indicadores, tanto personales como contextuales que, de algún modo, anticipan el desenlace en tales situaciones. Además, dado el actual contexto de educación remota de emergencia, y atendiendo a las altas cifras de estudiantes que no regularizan asignaturas en las aulas virtuales de la UNJu, entendemos relevante y promisorio estudiar los factores, tanto del estudiante como del contexto, que se entremaran en la configuración de trayectorias de logro, de abandono y de bajo rendimiento en contextos virtuales de la UNJu.

Para ello, trabajaremos con estudiantes de distintas carreras de la UNJu, focalizando el estudio en el análisis de las trayectorias de los estudiantes en la virtualidad, procurando destejer la trama de factores que las afectan tanto positiva como negativamente y, en función de ello, poder realizar aportes para el diseño de los entornos virtuales en la etapa de pospandemia o nueva normalidad.

OBJETIVOS DEL ESTUDIO

Objetivos generales: 1) Realizar contribuciones teóricas y metodológicas relacionadas con el conocimiento de las variables, tanto personales como contextuales, asociadas con trayectorias de abandono y de bajo rendimiento en contextos de educación remota de emergencia; 2) Aportar conocimiento para el diseño de contextos educativos virtuales orientados a la promoción del logro y prevención del abandono.

Objetivos específicos: 1) Identificar y describir el modo en que se presentan variables personales y contextuales en estudiantes con trayectorias de bajo rendimiento académico (grupo 1) y de estudiantes que abandonan el cursado de asignaturas (grupo 2) en contextos de educación remota de emergencia; 2) Construir perfiles típicos de estudiantes con trayectorias de bajo rendimiento académico (grupo 1) y de estudiantes que abandonan el cursado de asignaturas (grupo 2) en contextos de educación remota de emergencia; 3) Identificar variables contextuales vinculadas con la propuesta pedagógica virtual con potencial incidencia en las trayectorias académicas en contextos de educación remota de emergencia; y, 4) Elaborar sugerencias u

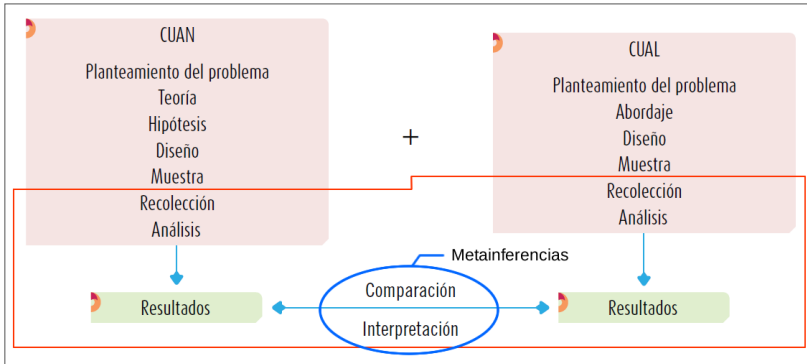
orientaciones que potencien el valor pedagógico de las aulas virtuales usadas como espacios de enseñanza y aprendizaje.

METODOLOGÍA Y TÉCNICAS UTILIZADAS

Para dar cumplimiento a los objetivos formulados, se apela a un diseño mixto que combina y triangula datos cuantitativos y cualitativos, a través de un proceso de recolección, análisis y vinculación de los mismos, permitiendo una perspectiva más amplia y profunda del fenómeno en estudio. En particular, se opta por el Diseño de Triangulación Concurrente (DITRIAC) que, en palabras de Hernandez Sampieri et al. (2014), es probablemente el modelo más popular y se utiliza cuando el investigador pretende confirmar o corroborar resultados y efectuar validaciones cruzada entre datos cuantitativos y cualitativos, así como aprovechar las ventajas de cada método y minimizar sus debilidades. El término concurrente se refiere a que los datos cuantitativos y cualitativos se recaban en paralelo y de forma separada; además, ni el análisis de los datos cuantitativos ni el análisis de los datos cualitativos se construye sobre la base del otro análisis; los resultados de ambos tipos de análisis no son consolidados en la fase de interpretación de cada método, sino hasta que ambos conjuntos de datos han sido recolectados y analizados de manera separada; y, finalmente, después de la interpretación de resultados de los componentes, se establecen una o varias “metainferencias” que integran los hallazgos, inferencias y conclusiones de ambos métodos, y su conexión o mezcla.

El diseño de este tipo de proyectos puede abarcar todo el proceso investigativo o solo la parte de recolección, análisis e interpretación. Para dar una mejor idea, se bosqueja este diseño representado a través de la Figura 1.

Figura 1. Diseño de Triangulación Concurrente (DITRIAC)



Nota. Adaptación de Diseño de triangulación concurrente (DITRIAC), de Hernández Sampieri en Metodología de la Investigación (p. 558), 2014. Los términos CUAN y CUAL hacen referencia a los métodos cuantitativos y cualitativos, respectivamente.

De esta manera, combinando ambos métodos de manera simultánea, se plantean diversas vías de acceso a la comprensión de los factores que inciden en las trayectorias de los estudiantes, en el marco de un aula virtual para una asignatura en contexto de ERE.

Población de estudio. Trabajaremos con estudiantes de 1° año de distintas carreras y unidades académicas de la UNJu. Para ello, seleccionaremos aquellas materias que sean comunes a más de una carrera en cada facultad, tendiendo a seleccionar las que posean mayor cantidad de estudiantes en el ciclo lectivo 2021. Analizaremos las trayectorias y participación de los estudiantes en las aulas virtuales, así

como las variables personales y contextuales con potencial incidencia sobre sus recorridos y resultados académicos.

En la Tabla 1, se puede observar un detalle de las asignaturas y los grupos de estudiantes.

Tabla 1. Asignaturas seleccionadas por carreras y facultades

UUA	Carreras	Asignaturas	Inscriptos	Grupo 1	Grupo 2
FCA	Ing. Agronómica Lic. en Cs. Biológicas	<u>Química General e Inorgánica</u>	619	186	184
	Lic. en Bromatología	<u>Química General</u>			
FCE	Contador Público	<u>Matemática I</u>	360	122	134
	Lic. en Administración Lic. en Economía Política	<u>Álgebra y Geometría Analítica</u>			
FHyCS	Prof. en Educ. p/ la Salud Lic. en Educ. p/ la Salud	<u>Psicología Social</u>	1.017	145	634
FI	Ingeniería Química Ingeniería en Minas Ingeniería Industrial Ingeniería Informática Licenciatura en Sistemas	<u>Introducción a la Informática</u>	1.221	150	782
Totales			3.217	603	1.734

Como se puede observar, del total de los inscriptos en las asignaturas seleccionadas, el 72,64% (N=2.337) corresponde a los grupos

1 y 2. Sobre estos, y como dan cuentas las bitácoras de trabajo de campo, se administró el instrumento de recolección de datos² en diversas etapas (al menos 3) con la finalidad de lograr la mayor cantidad de respuestas posibles. Para estas instancias, se ha utilizado como apoyo tecnológico el software FormMule³ que ha automatizado el envío y el seguimiento de los mismos. Se obtuvieron respuestas del 13,39% (313) de los estudiantes objeto de nuestro estudio. La distribución de la cantidad que de ellos respondieron, así como el porcentaje de participación en función de cada grupo, se detalla en la Tabla 2.

Tabla 2. Participación de los estudiantes en el estudio según facultad y grupo de pertenencia

UUA	Grupo 1	Grupo 1	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 2	Grupo 2
	Respuestas	Participación		Respuestas	Participación	
FCA	186	37	19,89%	184	25	13,59%
FCE	122	22	18,03%	134	0 *	0,00%
FHyCS	145	12	8,28%	634	37	5,84%
FI	150	55	36,67%	782	125	15,98%
Totales	603	126	20,90%	1.734	187	10,78%

Nota. * No se pudo contactar a los estudiantes del Grupo 2 de la FCE.

A partir de la lectura de la Tabla 2 se puede observar una marcada disminución de la participación de los estudiantes del grupo de abandono en relación a los del grupo de bajo rendimiento (10,78% contra

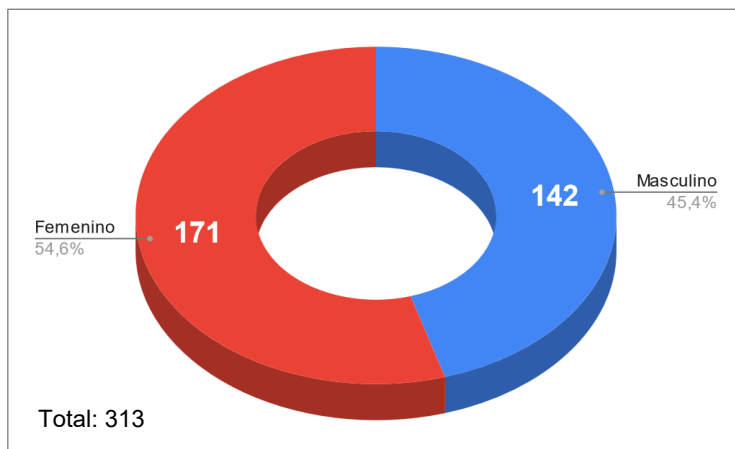
² El instrumento está basado en los Formularios de Google (Google Forms).

³ Extensión que permite el envío de correos electrónicos personalizados desde una hoja de Google (Google Sheets). La integración de estas hojas con los formularios de Google facilita la ejecución automática de las encuestas del estudio.

20,90%). Sin embargo, al ser más la cantidad de estudiantes encuestados con trayectorias de abandono, la cantidad de respuestas absolutas es mayor (187 contra 126).

Adicional a esto, del total de 313 participantes, 142 son del sexo masculino y 171 son del sexo femenino. Esto representa el 45,4% y el 54,6% del total, respectivamente; tal como se puede apreciar gráficamente en la Figura 2.

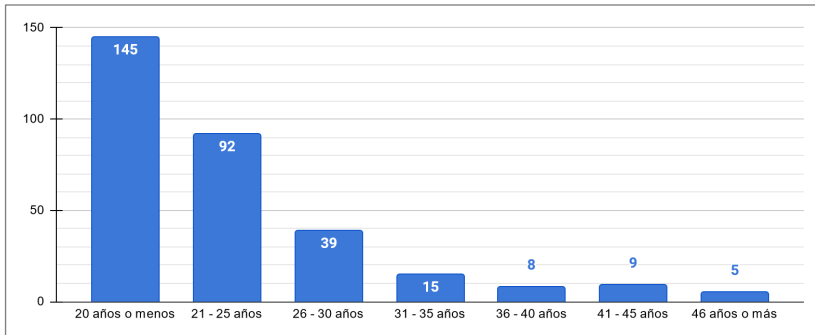
Figura 2. Distribución de los sujetos según el sexo



Nota. El gráfico muestra la distribución según el sexo de los participantes. Existía la posibilidad de elegir un género fuera del masculino y femenino; sin embargo, ningún participante optó por utilizar esta 3ra opción.

La edad promedio de los participantes es de 23,4 años. En la Figura 3 se presenta la distribución por franjas etarias de 5 años.

Figura 3. Distribución de los sujetos según la edad



Instrumentos de recolección de datos. Las fuentes e instrumentos de recolección de datos utilizados para reunir la información serán principalmente tres: 1) la administración de un cuestionario, el cual fue elaborado y adaptado sobre la base del propuesto por Bossolasco et al. (2019), sobre trayectorias académicas en la universidad. Incluye una serie de ítems, algunos de respuesta libre y abierta, y otros con alternativas de respuesta entre las que el sujeto debe escoger. Su objetivo es relevar información acerca de diferentes variables - personales y contextuales- a fin de analizar el modo en que se entrelazan en sujetos con trayectorias académicas de logro, de bajo rendimiento o de abandono; 2) los informes de actividad de las aulas virtuales provistas por la plataforma UNJu Virtual; 3) la observación y consecuente descripción de la propuesta pedagógica virtual conforme a las 4 dimensiones (espacio de enseñanza, espacio de mediación comunicativa y educativa, espacio de producción y evaluación, y espacio de gestión académica) y su situación dentro del proceso de educación remota de emergencia (ERE).

Procedimientos y análisis previstos. El proceso de investigación se realizará siguiendo los lineamientos éticos para el trabajo científico en las ciencias sociales. Los datos serán tratados de manera confidencial y se preservará el anonimato de los participantes. La recolección y el manejo de la información se realizará en el marco del consentimiento informado de los participantes. Los datos recogidos a partir de la administración del cuestionario habilitarán análisis cuantitativos en algunos casos (ítems de respuesta cerrada) y cualitativos en otros (ítems de respuesta abierta). Los procedimientos de análisis se ajustarán en cada caso a la naturaleza de la información disponible. Así, en el caso de datos cuantitativos, los trabajaremos mediante el programa IBM SPSS v26, apelando al uso de pruebas estadísticas que puedan arrojar información de interés en relación con los objetivos del estudio. En cambio, los datos cualitativos, los analizaremos inductivamente, procediendo a la construcción y definición de categorías emergentes de los discursos y voces de los estudiantes, utilizando el software IRAMuTeQ para la interpretación de los análisis cualitativos. Para los análisis utilizaremos las siguientes funciones: Estadísticas de los textos (lexicografía básica), Clasificación Jerárquica Descendente (CDH), Método de Reinert, Análisis de similitud (ADS), Nube de Palabras, y Análisis prototípico y categorial.

RESULTADOS

En este apartado se presentan y discuten los principales resultados obtenidos en relación con los aspectos bajo estudio de los grupos de

estudiantes comparando los resultados de los grupos 1 y 2, a la luz de los del grupo 0. En primera instancia se analizan los factores personales, en segunda instancia se examinan algunas variables contextuales; y, en una tercera etapa, se consideran los aspectos relacionados con la percepción de los estudiantes acerca de la propuesta pedagógica virtual. Para el análisis y comparación de algunos datos, se tendrá en cuenta la información obtenida del grupo general de estudiantes encuestados.

1. VARIABLES Y FACTORES PERSONALES:

1.1. ESTADO CIVIL

La distribución según el estado civil de los estudiantes de ambos grupos coincide, en términos generales, con el perfil del grupo general de estudiantes que establece que el 90,6% de los sujetos son solteros. De este modo, la tendencia marca concordancia con el perfil general; y, por lo tanto, esta variable no estaría fuertemente relacionada con las trayectorias académicas de bajo rendimiento o de abandono de los estudiantes.

1.2. CANTIDAD DE HIJOS:

En esta otra variable también se puede observar que hay una coincidencia con el perfil del grupo general (88,5% no tienen hijos). Por consiguiente, no se estaría frente a una variable con alto impacto sobre las trayectorias de bajo rendimiento y de abandono. Sin embargo, se puede mencionar un incremento del 6% (del 82,9% al 88,9%) entre los estudiantes que poseen carga familiar en relación a ambos grupos.

1.3. ORIENTACIÓN DEL SECUNDARIO:

Se puede aproximar una cierta incidencia de la variable “Orientación del secundario” sobre las trayectorias de bajo rendimiento y de abandono en los estudiantes.

1.4. NIVEL EDUCATIVO DE LOS PADRES:

En el presente estudio, se toma el promedio del nivel educativo alcanzado de ambos padres en conjunto. Así, en esta variable se observa una distribución similar en ambos grupos.

Se puede obtener que los datos de los grupos 1 y 2 están en línea con los obtenidos para el grupo de estudiantes cuyas trayectorias resultaron satisfactorias. Por lo tanto, no se estaría frente a una variable con alto impacto sobre las trayectorias de los estudiantes de bajo rendimiento y de abandono. Investigaciones previas (Perez y Castejón, 1998; Vélez van Meerbeke y Roa, 2005) han mostrado que el nivel educativo de los padres suele tener relación con el rendimiento; y, en consecuencia, con las trayectorias académicas. Sin embargo, al menos para este grupo de sujetos (ingresantes en ERE), esta afirmación no se ha corroborado, estando más en línea con los hallazgos alcanzados por estudios como el de Montero y Villalobos (2004).

Finalmente, si bien las diferencias no aparecen tan notorias, en los estudiantes con trayectorias de logro se incrementan sensiblemente los porcentajes de padres con estudios universitarios completos o incompletos (del 12% aprox. a 16,52% y 9,9% aprox. a 12,73%). En la misma línea, examinando los valores desagregados sobre los niveles

educativos de padres y madres, en el mismo nivel universitario/terciario, se puede observar una marcada influencia de la madre por sobre el padre, lo cual se encuentra en línea con estudios promovidos por la CEPAL⁴ y de autores como Marchesi (2000), los cuales señalan que cuanto mayor es el nivel académico de la madre, mayor es la percepción que tienen los hijos sobre el apoyo para los estudios; y, por consiguiente, esto se ve reflejado en el rendimiento académico. Es decir, cuanto mayor es el nivel educativo de la madre, mayores son las exigencias para con los estudios de sus hijos. Quizás, sustentado en la creencia que sobre ellas pesa la responsabilidad de crianza y el progreso de los mismos.

1.5. TRABAJO DURANTE LA CURSADA:

Se puede inferir que la situación laboral de los estudiantes impactaría en sus trayectorias; así, el porcentaje de quienes trabajan además de estudiar crece a medida que las trayectorias académicas se distancian del recorrido ideal o teórico. La tendencia marca que trabajar implicaría no poder destinar el tiempo necesario para llevar adelante una trayectoria satisfactoria. Esto se visibiliza al corresponder que, ante un mayor porcentaje de estudiantes con trabajo, existe una mayor probabilidad de concluir en trayectorias de bajo rendimiento o de abandono. En este sentido, investigaciones previas (Fazio, 2004) han mostrado que los estudiantes que trabajan suelen demorar sus

⁴ Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

trayectorias o incluso abandonarlas; con lo cual, el presente estudio estaría confirmando dicha aseveración.

1.6. COSTEO DE LOS ESTUDIOS:

Con el análisis, la tendencia marca concordancia con el perfil general; y, por lo tanto, esta variable no estaría altamente relacionada con las trayectorias académicas de bajo rendimiento y de abandono de los estudiantes. Sin embargo, se puede observar un leve incremento del 25,4% al 33,1% sobre los estudiantes con trayectorias de abandono que han reportado la necesidad de trabajar para sostener sus estudios.

1.7. EL RECURSO DE INTERNET:

A partir de la pregunta cerrada acerca del tipo de conexión a Internet que poseían, se puede observar que ambos grupos de estudiantes tienen una distribución que se corresponde con la del grupo general de encuestados. Por lo tanto, no se estaría frente a una variable altamente relacionada con las trayectorias de abandono y bajo rendimiento en los estudiantes.

Adicional a esto, ante la consulta de si, a su consideración, la conexión a Internet les permitía desarrollar las actividades en el aula virtual, existe una clara tendencia relacionada a que, ante una conexión apta o suficiente, se estaría en mejores condiciones de obtener mejores resultados académicos.

Por lo tanto, el tipo de conexión a Internet ha sido, al menos en la ERE, una variable con potencial impacto sobre las trayectorias de los

estudiantes; esto es, además de tener conexión a Internet, esta debería ser de calidad, de tal manera de posibilitar a los estudiantes el desarrollo de sus actividades dentro del aula virtual. De no contarse con esta característica, se podrían incrementar las posibilidades de desencadenar trayectorias de bajo rendimiento e incluso de abandono.

1.8. INGRESOS AL AV:

Al comparar las distribuciones con la del grupo de trayectorias satisfactorias, se ha podido observar que un bajo ingreso al aula virtual podría atrasar el conocimiento de anuncios importantes, cumplir con los plazos en la entrega de las tareas y actividades, entre otras dificultades que promoverían trayectorias de bajo rendimiento y de abandono en los estudiantes. Con lo cual se estaría ante una variable vinculada a trayectorias no satisfactorias.

1.9. MOTIVACIÓN: METAS

Se encuentra que entre los estudiantes de los grupos 1 y 2, hay entre un 70-75% que se orientan por metas no vinculadas con rendimientos exitosos (no complicarse, evitar el fracaso y salvar la autoestima). En tanto que, el porcentaje restante de los estudiantes de ambos grupos (20-25%), si se orientan a metas vinculan con mejores rendimientos como las de aprender y lucirse.

Investigaciones previas, como la de Moreno et al. (2019), han mostrado que las metas de aprendizaje son las que se relacionan con mejores rendimientos. En concreto, nuestros datos corroboran dicha

aseveración. Es decir, no se han alcanzado buenos resultados (grupo 1 y 2) debido, ciertamente, a no poseer metas orientadas al aprendizaje como el motor de la motivación de los estudiantes.

1.10. MOTIVACIÓN: ATRIBUCIONES CAUSALES

El cuestionario administrado indagaba acerca de las atribuciones causales sin sugerir alternativas para su respuesta; es decir, mediante una pregunta abierta. De esta manera, se dejaba la posibilidad a los sujetos de que respondieran libremente. Las causas que destacan son las dificultades por la falta de tiempo, la pobre interacción con los compañeros y el profesor, lo cual no les permitió entender y tampoco saber cómo resolver los problemas. También destacan que se vieron afectados por diversos problemas propios y de familiares (relacionados con la pandemia). A continuación, se citan algunas expresiones textuales de estos estudiantes:

“Si no aprobé es por el poco tiempo que a veces tengo. Además, no la logre entender a la materia y sería mejor volver a recurrir para poder entenderlo mejor.”

“No supe entender bien a los profesores y sus métodos sobre todo en la teoría. Quizás es un problema mío (...) pero por esos motivos siento que no puedo llegar hasta el final, me cuesta demasiado.”

“Poca concentración, ansiedad, haber tenido problemas familiares, etc. pero la razón más importante es mi entendimiento mediocre...”

Investigaciones previas como las de Pérez-Luño et al. (2000) y Valle Arias et al. (1999), han mostrado que las atribuciones causales internas y modificables están vinculadas con los mejores rendimientos. Por lo

tanto, al evaluar los datos obtenidos del análisis del grupo 1 y 2, se puede corroborar esta afirmación. Es decir, no se han alcanzado buenos resultados y en ello puede haber incidido el hecho de no identificar causas internas y controlables a las que atribuirlos.

2. VARIABLES Y FACTORES CONTEXTUALES:

2.1. PROFESORES EN LA VIRTUALIDAD: BUEN PROFESOR

Se ha consulta a los estudiantes acerca de cómo describirían a un buen profesor en la virtualidad. A partir de un primer análisis cualitativo, mediante nubes de palabras, se han identificado formas más frecuentes tales como: “alumno”, “explicar”, “profesor”; y “clase”, “entender”, “duda”, “responder”, de segundo orden.

Se pueden deducir algunas aproximaciones de las categorías emergentes: dar ejemplos en las clases, lo cual está relacionado con explicar y ayudar a resolver los temas de forma sencilla. Por otro lado, enseñar estando atento en todo momento al alumno; relacionado también con enseñar, de tal manera, que el estudiante pueda aprender (lo que se requiere es que motive, que genere interés y gusto por la asignatura); y, responder las dudas siendo amable, paciente y accesible. Se transcriben algunas de las expresiones de los estudiantes del grupo

1:

“Que sea accesible, que dé ejemplos claros, que explique de manera fluida y enfocada en los puntos necesarios, sin omitir aspectos que puedan ser claves para realizar ciertos ejercicios.” (expresión vinculada a las clases 6 y 2)

“Un buen profesor sería amable, atento, interesado en sus alumnos, dándole confianza para que se saquen sus dudas.” (expresión vinculada a las clases 3 y 5)

2.2. TAREAS Y/O ACTIVIDADES EN EL AULA VIRTUAL:

Se puede observar una tendencia hacia las actividades que los ponen en contacto con su futuro profesional. Estas resultan motivadoras e interesantes para propiciar aprendizajes.

Esto está en línea con lo investigado en Chiecher (2021), más precisamente en el capítulo 6 sobre tareas para el recuerdo y tareas para el olvido.

2.3. AYUDAS Y APOYOS NECESARIOS PARA EL LOGRO:

Entre las necesidades de los estudiantes se pueden enunciar las siguientes: Vuelta a clases presenciales, Organización de las materias y apoyo de tutorías, Tener buena conexión a Internet y computadora, Más tiempo para el desarrollo de las actividades, Más contacto del profesor y comunicación con los compañeros, y Ayuda económica.

3. PERCEPCIÓN DE LOS ESTUDIANTES ACERCA DE LA VIRTUALIDAD FORZADA:

3.1. HERRAMIENTAS O PROPUESTAS PARA APRENDER A DISTANCIA:

Del análisis surge la categoría emergente “grabar videos de las clases”, destacándose el valor pedagógico de esta propuesta que permite a los estudiantes presenciar la clase (en caso de no poder asistir debido

a otros compromisos) o de repasarla (si quedaron algunos conceptos sin entender). A continuación, algunas expresiones de los estudiantes:

“Me sirvieron las clases virtuales grabadas. También los apuntes y cartillas que dejaban los profesores ya que si no entendía algo lo volvía a ver y me resultaba más fácil.”

“Fueron útiles las grabaciones de las clases porque no podía estar en algunas clases por x motivos y gracias a la grabación pude recuperar las clases de las materias.”

Estos resultados se aproximan a los obtenidos en investigaciones previas como la de Chiecher (2022) donde, en condiciones de virtualidad forzada por la pandemia, los estudiantes destacaban el valor que asumen las clases presenciales y, en su ausencia, las clases grabadas como parte de los recursos para aprender a distancia.

3.2. ASPECTOS POSITIVOS ACERCA DE LA MODALIDAD:

Del análisis, la forma “clase” es la más frecuentemente mencionada junto con “grabar”, “tiempo”, “positivo”, “casa” y “comodidad”. Esto se debe a que los estudiantes valoran positivamente la posibilidad de ver las clases grabadas desde la comodidad de sus casas y poder acomodarlas a los tiempos disponibles. Respecto a la forma “tiempo”, se hacen reiteradas menciones a la ventaja de poder ahorrarlo debido a que ya no se requiere viajar, o a manejarlo de manera más flexible para destinar más espacio a otras responsabilidades como el trabajo y la familia. Las siguientes expresiones ilustran esta categoría emergente:

“El aspecto positivo que vi fue quedarnos en casa, no dando lugar a la propagación del virus o evitando salir todos los días (...)”

“Creo que la comodidad de estar en casa y no estar saliendo a tomar un colectivo, remis o taxi, (...) reduce el tiempo y el dinero que perdemos yendo y viniendo, viajando.”

Esto está en sintonía de los resultados de investigaciones previas (Chiecher, 2020; Romero y Barberá, 2013), en donde los estudiantes que mejor regularon y gestionaron el tiempo que destinaban al AV, fueron los que tuvieron mejores resultados. Una acción concreta para prevenir el bajo rendimiento o abandono, por el mal uso de los tiempos en la virtualidad, sería un taller introductorio que abordase las estrategias para organizarse y gestionar el tiempo flexible en educación a distancia en general.

3.3. ASPECTOS NEGATIVOS ACERCA DE LA MODALIDAD:

Se puede apreciar que los estudiantes de los grupos 1 y 2, destacan reiteradas veces como aspectos negativos la falta de clases presenciales, percibir que los profesores van muy rápido y no se dan a entender, y la mala conexión a Internet, lo cual dificulta el correcto cursado en el AV. Entre otras cosas, se puede observar un incremento en la mención de la forma “Internet”, lo cual está en línea con lo concluido en el apartado 1.7, en donde un grupo de estudiantes indicaba a la falta de Internet de calidad como uno de los motivos de su trayectoria de abandono. Se comparte algunas expresiones sobre lo aquí detallado:

“El hecho de sentirme solo al no tener un contacto real con los compañeros ya que son una gran ayuda para sobrellevar el cursado, y a pesar de tener clases sincrónicas no es muy específica la información recibida a la que sería si fuese de modalidad presencial.”

“Lo negativo que le encuentro es que no todos tienen la posibilidad de acceder a una buena conexión de Internet... se requiere mucho Internet a la hora de cursar las materias.”

3.4. SENTIMIENTOS Y EMOCIONES FRENTE A LA MODALIDAD VIRTUAL:

Se puede observar ciertas similitudes en la evocación de sentimientos negativos que experimentaron los estudiantes de ambos grupos durante la pandemia. El estrés y la frustración han sido comunes en los núcleos de sus representaciones. En particular, el sentimiento de estrés se ha visto mucho más acentuado en el grupo de abandono, quizás por el mismo hecho de tener que transitar esa experiencia en medio de otras situaciones propias del contexto sanitario.

Estos resultados están en línea con los hallazgos realizados por otras investigaciones (Chiecher, 2022), que describen el ingreso en pandemia como una etapa marcada por emociones y sentimientos negativos.

Finalmente, si bien los sentimientos positivos fueron escasos, estos emergieron en virtud a la posibilidad ofrecida por la virtualidad de mantenerse aislado y cuidados en casa. De aquí se explican sentimientos tales como seguridad y tranquilidad.

CONCLUSIONES

Perfiles típicos de estudiantes

Los perfiles de los estudiantes con trayectorias de bajo rendimiento y de abandono, responden a una serie de características

que se listan a continuación y que son aquellas que los hacen diferentes de quienes transitaron trayectorias de logro:

- Se trata de estudiantes cuya *orientación del secundario* no suele ser afín a la rama de la ciencia de la carrera elegida.
- Si bien no hay una tendencia claramente marcada acerca del *nivel educativo de los padres* para orientar y apoyar la trayectoria de los estudiantes, se ha notado que padres con niveles de estudios universitarios o terciarios, completos o incompletos, podrían tener una vinculación positiva para el logro en las trayectorias de sus hijos. Por lo tanto, se trataría de estudiantes cuyo nivel educativo de los padres, no han alcanzado el nivel superior universitario o terciario.
- Otro aspecto que caracteriza a los estudiantes cuya trayectoria se distancia del recorrido ideal o teórico, es el hecho de que, en porcentajes importantes, *trabajan* para poder costear sus estudios. El presente estudio ha mostrado que trabajar implicaría no poder destinar el tiempo necesario para llevar adelante una trayectoria satisfactoria, provocándose demoras en sus recorridos o incluso el abandono.
- Otro factor de relevancia ha sido el *recurso de Internet*. Los estudiantes de bajo rendimiento y los que abandonaron, si bien poseen conexión a Internet, suelen tener un servicio de mala calidad lo cual les imposibilita el normal desarrollo de sus actividades dentro del aula virtual.
- Respecto a la cantidad de *accesos al aula*, se observan considerables porcentajes de estudiantes que accedían ocasionalmente; más aún, entre quienes abandonaron es más amplio todavía el porcentaje de los quienes accedían ocasionalmente y hasta se han dado casos de accesos únicos por semana o nulos. Este comportamiento podría atrasar el conocimiento de anuncios importantes y el cumplimiento con las fechas de entrega de las tareas, entre otras dificultades propias de un bajo uso de la herramienta tecnológica de mediación e interacción educativa.

- En relación a sus *motivaciones*, tanto los estudiantes con trayectorias de bajo rendimiento como quienes abandonaron, se orientaron mayoritariamente a evitar el fracaso, a cumplir con sus obligaciones tratando de no complicarse más de la cuenta y a salvar su autoestima. Evidentemente estas motivaciones conducen a conductas no favorecedoras de los aprendizajes, dado que no preguntan ni piden ayuda, evitan pasar vergüenza, entre otros comportamientos no recomendables.
- Finalmente, en cuanto a las *atribuciones causales*, los estudiantes con trayectorias de bajo rendimiento, imputan sus resultados a una combinación de causas internas y externas; en tanto los de trayectorias de abandono, sindicaron sus resultados mayormente a causas externas y fuera de su propio control. Investigaciones referenciadas en este estudio, indican que aquellos estudiantes que atribuyen sus resultados a causas internas y controlables, logran mejores rendimientos académicos. Se puede observar que esta no es una característica distintiva del perfil de los estudiantes de bajo rendimiento y abandono, pero sí deseable.

Como se puede inferir, ambos grupos, tanto el de bajo rendimiento como el de abandono, comparten perfiles similares diferenciándose solo por la intensidad de las variables y factores; es decir, ambos perfiles se guían por el mismo patrón de variables siendo en los de abandono más acentuada la conducta o situación vivencial. Por ejemplo, en la cantidad de acceso a las aulas virtuales, mientras que en el perfil de bajo rendimiento era relativamente bajo, en el de abandono era nulo o escaso. Otra de las situaciones que ejemplifican esta aseveración se da con la calidad de la conexión a Internet, mientras que en los de bajo rendimiento un 0,8% informó que su conexión era insuficiente para el desarrollo de las actividades virtuales, un 5,3% de los de abandono reportó esta misma situación. Por lo tanto, no existiría, al menos a

través de este estudio, una variable o factor distintivo entre estos grupos sino solo a través de la intensidad de las mismas.

Variables y factores contextuales en pandemia:

Las variables y los factores vinculados con la propuesta pedagógica virtual con potencial incidencia sobre las trayectorias de bajo rendimiento y de abandono en contexto de educación remota de emergencia, pueden ser resumidos en el siguiente listado:

- Uno de los factores a destacar es la *calidad de la interacción entre docentes y estudiantes*. Al respecto, los estudiantes resaltan la necesidad de que el docente brinde diversos ejemplos durante las clases; explique detalladamente y ayude a resolver los problemas de forma sencilla, estando atento en todo momento a las dudas de los estudiantes; promueva actividades que motiven y generen interés por la asignatura; y, que no se moleste ante las dudas, siendo paciente, amable y accesible. Entre los aspectos negativos, que deben evitarse, se encuentra que el docente no debe solo limitarse a leer los PDF o diapositivas; además, debe saber manejar la herramienta tecnológica y no frustrarse demostrando impaciencia y poca tolerancia hacia los estudiantes.
- Otro de los factores a tener en cuenta, son las *tareas y actividades* propuestas en el aula virtual. Respecto a estas, se puede enunciar que deben proponerse actividades que motiven y propicien aprendizajes en los estudiantes. La recomendación básica es promover tareas y actividades que se ajusten al futuro perfil laboral del estudiante poniéndolo en contacto con su profesión. Más allá de las dificultades propias de la situación de pandemia, como ser el poco manejo de las distintas opciones tecnológicas, los estudiantes tienen una valoración positiva en relación al esfuerzo realizado por parte de los docentes.
- Otras cuestiones, como parte de la propuesta pedagógica virtual, son: el poder organizar mejor el *contenido de las asignaturas*, brindar *tutorías para la orientación* y guía en el ingreso universitario, mayor tiempo para el desarrollo de las actividades virtuales, y promover un mayor *contacto con los docentes* y

compañeros. Muchas de estas necesidades se resumían en la demanda de la vuelta a clases presenciales y el *apoyo económico* para contar con una buena conexión a Internet y otros recursos tecnológicos como computadoras, teléfonos inteligentes o simplemente disponer de un espacio exclusivo para el estudio.

Orientaciones para la educación pospandemia:

A partir de los resultados del estudio, se pueden enunciar algunas sugerencias u orientaciones con el fin de potenciar el valor pedagógico de las aulas virtuales utilizadas como espacios de enseñanza y aprendizaje. De esta manera, se busca realizar aportes para la promoción del logro y prevención del abandono:

- Durante la pandemia se han conocido herramientas tecnológicas de forma masiva, algunas de estas con muy alta valoración por los estudiantes. Tal es el caso de los videos de las clases grabadas que ha emergido como un estandarte entre las opciones destacadas y de mucha utilidad para los mismos. Tener la posibilidad de poder ver el video fuera de los horarios de clase y repasar reiteradamente los mismos para aclarar los conceptos que no quedan del todo claros, son algunos de los motivos esbozados por los estudiantes. A la vuelta de la presencialidad, una de las recomendaciones es garantizar a los docentes los medios necesarios para poder grabar sus clases presenciales y que estas queden disponibles en el aula virtual.
- Del mismo modo, otros recursos que quizás antes de la pandemia eran complementarios de la formación presencial, hoy pasan a ser parte fundamental de la propuesta didáctica. Así, es recomendable disponer, como parte de los recursos de los entornos virtuales: PDF con síntesis bibliográficas, documentos digitales con contenidos curados, videos de referencia en YouTube, e insumos digitales como e-libros o e-tutoriales. Estos también han sido muy valorados y son asuntos a tener en cuenta cuando la

presencialidad esté de vuelta. Del mismo modo, es importante destacar que estas herramientas tecnológicas deben ser parte de una modalidad híbrida que combine su potencial junto con nuevas formas de enseñar y aprender a través de los entornos virtuales.

- Durante la pandemia, se ha capacitado fuertemente al cuerpo docente no solo en el uso de diversas herramientas tecnológicas sino en nuevas estrategias didácticas de enseñanza y aprendizaje. Sin embargo, es necesario profundizar sobre la formación pedagógica para el diseño de propuestas didácticas potentes que permitan llevar adelante un uso más eficiente de los recursos tecnológicos en las aulas de la presencialidad. Un aspecto a considerar y que ha destacado en este estudio es la importancia del rol docente como actor institucional y potenciador de propuestas educativas que se orienten a promover las metas de aprendizaje en los estudiantes, generando motivación, interés y ganas de aprender. También, este debe ser considerado como el principal motor de un ambiente amigable para el aprendizaje. De esta manera, se dotaría de capacidades específicas para su desempeño dentro de las aulas virtuales, orientando su labor hacia la promoción de trayectorias académicas satisfactorias en la presencialidad.
- Otra de las recomendaciones que surgen de la investigación es poder brindar un espacio de ambientación o módulo cero, donde se aborden temas tales como la correcta autogestión del aprendizaje, el manejo eficiente de los tiempos en la virtualidad, brindar capacitación en ciertas destrezas como la utilización del entorno, introducir y presentar los diferentes espacios de apoyo en la formación virtual (bibliotecas, SIU Guaraní, sistemas de tutorías, etc.) y sobre todo acompañar en los primeros pasos para minimizar los sentimientos y emociones negativas, presentes durante el ingreso a la vida universitaria. Esta sería una acción a recomendar como parte de las políticas para la vuelta a la presencialidad a fin de generar un ambiente ameno y familiar para los ingresantes, como una forma de prevención del abandono.
- Formar y capacitar a los docentes en cómo diseñar contextos poderosos, con potencialidad, para favorecer en los estudiantes metas de aprendizajes que

son los que más se vinculan con el mejor rendimiento. De tal manera de dinamizar la interacción docente-estudiante y estudiante-estudiante, creando foros de consulta, foros de debate de algún tema o noticia de interés, generar el hábito de ingresar al aula frecuentemente, cargar las tareas de entrega obligatoria para aprobar la materia, crear diseños basados en problemas que deberán enfrentar en su vida profesional, promover el desarrollo de habilidades blandas (trabajo en equipo, liderazgo, gestión de conflicto, toma de decisiones, etc.), entre otras acciones que podrían promover metas de aprendizaje en los estudiantes en el retorno a la presencialidad.

Se espera que los resultados de este estudio sirvan de insumo para el diseño de prácticas potentes y de calidad, en el marco de la educación a través de entornos virtuales de enseñanza y aprendizaje, y que sean una guía para optimizar el uso de las aulas virtuales como un recurso esencial en la vuelta a la presencialidad.

BIBLIOGRAFÍA

- Chiecher, A. (2020). *Taller extracurricular: ¿Te resulta difícil organizarte en la virtualidad?* UNRC. <https://www.youtube.com/watch?v=4cioXaymGDU>
- Chiecher, A. (2021). *Enseñanza universitaria. De profesores que hacen magia y tareas que inspiran aprendizajes.*
- Chiecher, A. (2022). Ingreso en pandemia: Percepciones y emociones de estudiantes universitarios con rendimiento académico alto y bajo. *En prensa*, 1-27.
- Fazio, M. V. (2004). Incidencia de las horas trabajadas en el rendimiento académico de estudiantes universitarios argentinos. *CEDLAS. Departamento de Economía (UNLP)*, 31. <http://bit.ly/1ZAwcau>
- Hernandez Sampieri, R., Fernandez Collado, C., y Baptista Lucio, M. del P. (2014). *Metodología de la Investigación*. McGraw-Hill Interamericana.

- Marchesi, Á. (2000). Un sistema de indicadores de desigualdad educativa. *Revista Iberoamericana de Educación*, 23(Mayo-Agosto), 1-22.
- Montero, E., y Villalobos, J. (2004). Factores institucionales, pedagógicos, psicosociales y sociodemográficos asociados al rendimiento académico ya la repetición estudiantil en la Universidad de Costa Rica. *San José de Costa Rica: Instituto de Investigaciones Psicológicas de la Universidad de Costa Rica*.
- Moreno, J. E., Chiecher, A., y Paoloni, P. (2019). Los estudiantes universitarios y sus metas académicas. Implicancias en el logro y retraso de los estudios. *Ciencia, Docencia y Tecnología*, 30(59 nov-abr), 148-173. <https://doi.org/10.33255/3059/693>
- Pardo Kuklinski, H., y Cobo, C. (2020). Expandir la universidad más allá de la enseñanza remota de emergencia. Ideas hacia un modelo híbrido post-pandemia. En *Outliers School. Barcelona*. <https://bit.ly/33g3rJY>
- Pérez-Luño, A., Ramón Jerónimo, J. M., y Vásquez Sánchez, J. (2000). *Análisis exploratorio de las variables que condicionan el rendimiento académico*. Universidad Pablo de Olavide.
- Perez, A. M., y Castejón, J. L. (1998). Un modelo casual-explicativo sobre la influencia de las variables psicosociales en el rendimiento académico. *Bordón: Revista de pedagogía*, 50(2), 171-15.
- Romero, M., y Barberá, E. (2013). Identificación de las dificultades de regulación del tiempo de los estudiantes universitarios en formación a distancia. *RED. Revista de Educación a Distancia.*, 38, 1-17. <http://www.um.es/ead/red/38>
- Valle Arias, A., González Cabanach, R., Rodríguez Martínez, S., Piñero Aguín, I., y Suarez Rivero, J. M. (1999). Atribuciones causales, autoconcepto y motivación en estudiantes con alto y bajo rendimiento académico. *Revista Española de Pedagogía*, 57(214), 525-545. <https://www.jstor.org/stable/23765226>
- Vélez van Meerbeke, A., y Roa, C. N. (2005). Factores asociados con el rendimiento académico en estudiantes de medicina. *PSIC. Educación Médica*, 2(8), 1-10.

6

CRECIMIENTO URBANO DE LEDESMA: LA PROPIEDAD DE LA TIERRA Y EL INGENIO

*Sofia Melina Balceda*¹

EL CRECIMIENTO URBANO

Los problemas de urbanización según González (1998) citado en Balceda (2016) que enfrentan gran parte de las ciudades latinoamericanas tienen una mejor comprensión si son abordados desde una visión que rescate la historicidad de los procesos económicos, políticos (Reese 2006 citado en Balceda, 2016) y sociales promovidos por marcos neoliberales, como así también su agotamiento, sus efectos y su relación con la crisis actual del capitalismo mundial.

Alain Roquie (1991) citado en M. Jerez (2013), menciona que las condiciones de alojamiento en América Latina, a principios del siglo XX, eran en general deplorables. Esta descripción no se alejaba demasiado de la realidad que exhibía nuestro país. La notable evolución demográfica y urbana experimentada en el territorio argentino, producto de las migraciones europeas primero, y del traslado de la población rural a las ciudades con el desarrollo de la industria después, trajo aparejado un patente desajuste entre el número de habitantes y la oferta de viviendas. Ello derivó en otras implicancias, en el

¹ melinabalceda9@gmail.com_ Doctorando en Ciencias Sociales FHyCS - Universidad Nacional de Jujuy (UNJu, Argentina)

hacinamiento de numerosas familias en los cuartos de insalubres conventillos e inquilinatos.

Distintos estudios urbanísticos, han señalado que desde los últimos años del siglo XX, que la población urbana aumentó más rápidamente que el número de viviendas de calidad mínima según patrones estándar, con un déficit creciente en servicios básicos. Ni los gobiernos locales ni los nacionales lograron dar una solución a la problemática de viviendas y servicios que respondiera al ritmo del crecimiento poblacional. Esto ha dado como resultado un acelerado incremento de las viviendas donde sus habitantes residen en condiciones precarias y muchos de ellos son constructores de sus propias viviendas (Abiodum 1987 en O. Jerez 2005). Esta situación, al menos para las ciudades de las tierras bajas de Jujuy, San Pedro y Libertador General San Martín, no ha tenido cambios sustanciales para los primeros años del siglo XXI.

Las principales ciudades del país, comenzaron a modificar, no solo su estructura social sino también su fisonomía: crecieron, multiplicaron su población, diversificaron su ocupación y trastocaron su paisaje urbano (M. Jerez, 2013).

Varias ciudades jujeñas, durante las primeras décadas de siglo XX, registraron una importante expansión, de las cuales, en este caso, solo nos centraremos en la ciudad de Libertador General San Martín que fue una de las más pobladas -de la provincia y de la región de las yungas- después de San Pedro. A este centro urbano le prestamos atención dado que podremos destacar ciertas características de la evolución urbana y

agudización de la problemática habitacional puesto que, ahí es nodal (O. Jerez 2005a, 2005b, 2007).

Ante esta situación, se indagó y describió los procesos de urbanización (Castells, 1974) de la ciudad antes mencionada que forma parte de las tierras bajas de Jujuy (Santamaría y Lagos, 1992; Teruel, 2005) puesto que la tierra urbana se ha convertido en una de las mercancías más preciadas y disputadas por los grupos sociales. Para ellos se realizó una revisión bibliográfica, recopilación de datos históricos para el posterior análisis.

Este trabajo se llevó a cabo puesto que, para los sectores subalternos la tierra urbana es la base material para la reproducción de su subsistencia, mientras que para las elites resulta uno de los soportes más redituables. De allí que la lucha por la tierra urbana se exprese en las denominadas tomas de tierras, a través de las cuales los sectores populares logran acceder a la ciudad de una manera ilegal y precaria, lo que mantiene y reproduce su situación de desigualdad estructural (Giaretto 2010 citado en Balceda, 2016). En este sentido, las familias ledesmenses en reiteradas oportunidades optaron por dicha alternativa para solucionar su problemática habitacional debido a la concentración latifundista de la tierra y el predominio del monopolio de la producción industrial (Jerez, 1995, 1999; Jerez y Rabey 1998).

Caracterización de la situación agraria de las tierras bajas

Dice la Introducción del Censo Nacional de Población y Vivienda de 1980 (INDEC 1981): “Jujuy es en la Argentina una de las Provincias de más antiguo asentamiento humano. Antes que los españoles fundaran

San Salvador existían numerosas e importantes localidades indígenas cuya ubicación está señalada por Amilcar Razori (Aramayo, 2009).

Al oriente, se abría frontera con el chaco, en tierras selváticas (yungas o valles subtropicales) de transición a la llanura chaqueña. Esta región de frontera habitada por indígenas de economía cazadora recolectoracomenzó a ser penetrada tardíamente, en la segunda mitad del siglo XVIII, con el asentamiento de misiones, fuertes y haciendas, que tuvieron en su mayoría, origen en mercedes reales otorgadas como premios a los servicios prestados en la frontera. A diferencia de las tierras altas, e incluso de las del valle de Jujuy, la corona no reconoció nunca propiedad ni posesión de la tierra a estos indígenas. Por otra parte, durante las primeras décadas del siglo XIX, se consideraba el dominio de esta región aun incompleto y seguía denominándose la “frontera” o “desierto”, aunque fuese la zona más fértil de la provincia (Teruel y Bovi, 2010).

La región de frontera se caracterizó por grandes dominios territoriales. Unas pocas haciendas producían rudimentariamente azúcar, mieles y aguardiente, a la vez que ensayaban el cultivo de productos tropicales, y criaban vacunos que se desatinaban también al mercado alto peruano y local. Desde el siglo XVIII estas haciendas se habían servido de indígenas de origen chaqueño, fundamentalmente para un trabajo temporario de la cosecha de caña de azúcar. En la década de 1870 esta región, que había sido marginal en la provincia, adquirió relevancia con la modernización técnica de las fábricas de azúcar asentadas en los departamentos de San Pedro y Ledesma, emprendida inicialmente con capitales de Salta y Jujuy. La existencia de los

modernos ingenios valorizo la propiedad, a la vez que su producción aseguro la integración al mercado nacional y comenzó a generar rentas para el fisco cada vez más importantes. Lo que nos interesa destacar es que estas haciendas, en transición a los modernos ingenios, tuvieron una organización similar a la del central cubano o de las plantaciones e ingenios del litoral peruano, ejerciendo un absoluto dominio de los pueblos que se originaron en su interior, del comercio, de la administración territorial, y de todos los aspectos de la vida cotidiana de los trabajadores y pobladores de la región (Teruel y Bovi, 2010).

LA URBANIZACIÓN DE LAS TIERRAS BAJAS

Un componente clave en los procesos de formación de nucleamientos urbanos en el noroeste argentino fue la instalación y desarrollo de diversas industrias, entre las que se destacan la minería, como el caso del complejo siderúrgico Altos Hornos de Zapla en la ciudad de Palpalá (Balceda 2015; Ferreiro y otros 1992) y la agroindustria en las ciudades de Libertador General San Martín (Karasik, 1991) y de San Pedro de Jujuy (O. Jerez 1999, 2007; O. Jerez y Rabey 1998; Jerez y Vilca Vilca 2009; entre otros).

En el Valle de San Francisco, la economía agrícola industrial regional ha conformado grandes centros vinculados especialmente con la producción de caña de azúcar. Estos centros agroindustriales, fundamentalmente los ingenios azucareros de Jujuy y Salta, han cumplido un papel significativo en el surgimiento de los centros urbanos aledaños a ellos. Según distintas investigaciones (Lagos y

Teruel 1989; Santamaría y Lagos 1992; Santamaría 1984; Teruel 2005) entre 1880 y 1920 las administraciones de estas empresas, a través de diversos mecanismos, se constituyeron, en fuertes captadores de la mano de obra laboral de las etnias de las tierras bajas: Toba, Wichi, Chorote, Mocoví, Pilagá y Aba-Guaraní. A partir de 1920 hasta los años 1940/1960, aproximadamente, esta política de captación se orientó hacia las tierras altas del Noroeste Argentino y del Sur de Bolivia.

Entre los años '20 y fines de los '40, el contratista o enganchador, constituyó una importante figura en la política de captación de mano de obra para los ingenios azucareros argentinos, fue una figura controvertida y estos, tenían a su cargo la tarea de conseguir mano de obra barata y abundante, principalmente en las zonas altas del noroeste argentino y del sur de Bolivia. Además fueron de vital importancia dentro de la estructura sociopolítica de los ingenios (Whiteford 1977; Reboratti 1986; Rutledge 1987; Lagos y Teruel 1989 citado en O. Jerez, 2009). La figura del contratista se fue diluyendo, a medida que los campesinos se fueron transformando en obreros de los ingenios, y luego de muchos años, decidieron asentarse definitivamente en las ciudades próximas a los ingenios. En ese momento, los ingenios de Salta y Jujuy necesitaban en su etapa de despegue económico contar con una mano de obra abundante para la cosecha de la caña, pues en esta etapa de la producción se requería una gran cantidad de braceros. A fines del siglo pasado y a principios de este siglo, la población local era insuficiente para satisfacer la cantidad de mano de obra que demandaban los ingenios, por lo tanto se hacía necesario captarla de otras regiones (O. Jerez, 2009).

Desde fines de la década del '60, este caudal de fuerza laboral comenzó a declinar debido a la mecanización incorporada por los ingenios al proceso de cosecha de la caña de azúcar (Balceda y O. Jerez, 2018). Esta situación produjo la transformación del modelo agroindustrial, que trajo aparejada una disminución de la demanda de empleo estacional y temporario (Rutledge 1987 citado en O. Jerez, 2009). A causa de este fenómeno, algunos trabajadores migrantes decidieron establecerse en forma permanente en su ámbito campesino de origen o buscaron nuevas salidas laborales temporarias en otras actividades agrícolas. Estos últimos trasladaron su espacio residencial temporario de las tierras bajas del área azucarera al área tabacalera, y más al norte, a las áreas frutihortícolas de Pichanal y Orán-Aguas Blancas. Otros optaron por asentarse en las ciudades más próximas a los ingenios, constituyendo los núcleos urbanos más cercanos sus principales centros de recepción; a la vez que se construyen distintos corredores de trashumancia (Rabey y O. Jerez 1999 citado en Balceda y O. Jerez, 2018).

En la actualidad, la trama urbana de Ledesma está conformada por la ciudad de Libertador General San Martín, el complejo agroindustrial y la localidad de Calilegua, que prácticamente se anexo gracias a la construcción de las viviendas de los últimos años (O. Jerez y Gutiérrez, 2017).

Esta es una ciudad prácticamente sitiada por los campos de cañas de azúcar, de propiedad del ingenio. Históricamente, todo crecimiento del ejido urbano siempre estuvo regulado a los intereses de la empresa; y hasta hace pocos años -y muy adentrado en el tiempo de la recuperación de la democracia Argentina-, cualquier crecimiento de la

ciudad siempre fue decidido unilateralmente, desoyendo los reclamos populares respecto a la demanda de espacios para viviendas.

EL INGENIO LEDESMA Y LA PROPIEDAD DE LA TIERRA

Hubo factores que incidieron en el despliegue y desarrollo de la agroindustria azucarera de Jujuy, uno de los cuales tuvo que ver con la llamada “organización nacional”. En la década de 1880 se inicia el periodo de plena integración de la economía azucarera de Jujuy al mercado nacional. Esta correlación se basó en la identificación del poder económico y político local con el poder nacional. El acuerdo político y económico de las clases dominantes del centro y de la región del noroeste hizo posible la fijación de un régimen de tarifas fuertemente proteccionista de la producción azucarera. La evolución de los aranceles para el azúcar que provenía del exterior fue creciendo a partir de 1883. (Aramayo, 2009).

La propiedad de la tierra y la producción que inicialmente había estado en manos de familias que pertenecían a las clases dominantes de Salta o Jujuy fueron pasando a manos del capital extranjero. El capital inglés se instalaba en el ingenio La Esperanza, los franceses en el ingenio Ledesma y los alemanes en el ingenio La Mendieta. La fórmula se repetía: capital local escaso, tierra barata, salarios bajos, materias primas baratas y construcción del ferrocarril. (Aramayo, 2009).

Con respecto a esto, Marcelo Lagos dice que “la transformación de la región estuvo asociada con la transformación de las dos haciendas más extensas de la zona, San Pedro y Ledesma, en importantes

empresas altamente capitalizadas. El proceso de cambio, que ubicamos entre la década de 1870 y los primeros años del presente siglo (XX), estuvo vinculado esencialmente con el cambio de la propiedad de la tierra, la incorporación de capital y tecnología externas a la región y el vital rompimiento del aislamiento micro regional que permitió canalizar la producción hacia los mercados de la región y nación” (Aramayo, 2009).

Marcelo Lagos, citado en Aramayo (2009) presenta un testimonio de la época (1908) que dice “En los Departamentos...San Pedro y Ledesma, es muy difícil adquirir en compra tierra apta para la agricultura, debido a que los dueños de los ingenios La Esperanza y Ledesma pagan por fracciones cultivables y con riego, para plantar caña mejores precios que cualquier oferente”.

En 1914 se constituye Ledesma Sugar Estates and Refining Company Limited, con aporte de capitales norteamericanos y franceses. Los propietarios de los ingenios se fueron convirtiendo en gran burguesía agraria-industrial y en poderosos terratenientes y usando todo tipo de coacción para obligar a los indígenas a trabajar en las peores condiciones de servidumbre y esclavitud (Aramayo, 2009).

En el catastro de 1872 en el Departamento Ledesma se registran 6 propietarios, de los cuales dos propietarios, Ovejero Hnos. y Salvador Villar poseen el 79,6 % del total de las tierras valuadas. En 1908 ya existe la Compañía Azucarera Ledesma y sobre un total de 200 propietarios es dueña del 48,7 % del total de las tierras valuadas (Aramayo, 2009).

El avance de las relaciones de producción capitalista y la apropiación de grandes cantidades de tierra y del agua fueron las

características de ese momento. En pocos años más los dueños de los ingenios lograron el control hegemónico del Estado provincial. El modo como fueron logrando su predominio consistió en otorgar créditos al Estado provincial, los cuales eran amortizados a través de la deducción de los impuestos a la tierra, al azúcar y al alcohol (Aramayo, 2009).

Por ello es importante señalar las relaciones que el estado tiene con el poder con que cuentan los grandes grupos económicos privados para influir de manera decisiva en el diseño del orden institucional que se impone a la sociedad civil (Ferullo, 2013).

El Ledesma creció, se volvió un gigante, desplazó y absorbió competidores, aumento su dimensión y consolido su poderío. Máximo Arancibia (secretario de organización de SOyEIL) expresa que “si es una empresa que hasta al mismo gobierno se lleva por delante y hace oídos sordos, por lo cual se va adueñando cada vez más” (Nelli, 1988). Esta situación se da cuando el verdadero poder se traslada de los gobiernos a las grandes empresas y grupos económicos privados, por lo tanto, no se necesita del debate público para hacer uso de ese poder. Ante esto, lo que el mundo moderno necesita es ensayar de manera creativa un camino verdaderamente democrático, que equilibre los aportes que vienen, por un lado, de la sabiduría que surge de la razón y, por el otro, del consentimiento explícito del pueblo obtenido a través del debate público (Ferullo, 2013).

Es cierto que, usando básicamente los medios de comunicación masiva como instrumentos para ejercer una influencia efectiva sobre el poder estatal y el poder de los mercados concentrados, la sociedad civil está llamada a poner límites al uso abusivo del poder, exigiendo

transparencia y mecanismos efectivos de control en las instituciones que el estado diseña influenciado por la presión ejercida por intereses económico poderosos (Ferullo, 2013).

En la actualidad, Ledesma es una Sociedad Anónima Agrónoma Industrial con características particulares dentro de la actividad azucarera. Posee el ingenio que mayor cantidad de caña muele en el país y es uno de los de mayor tamaño en el mundo. Hacia 1985, la empresa poseía 240.000 hectáreas de campos de su propiedad, de las cuales 40.000 son explotadas con caña, 1.600 con frutales y el resto son bosques de madera o bien extensiones sin explotar (Nelli, 1988). Es una empresa agroindustrial argentina que emplea a casi 7.000 personas, que lidera los mercados de azúcar y papel, además, participa en el de frutas y jugos cítricos y en el de carnes y cereales. El desarrollo de sus actividades productivas está difundido en las provincias de Jujuy, San Luis, Buenos Aires y Entre Ríos (Bernal, Martínez y Medina, 2008).

A continuación, se detallan las principales actividades: Complejo Agroindustrial Ledesma (Bernal et al., 2008):

- 37 000 hectáreas plantadas con caña de azúcar.
- Fábricas de azúcar, alcohol, celulosa y papel.
- 2 000 hectáreas de plantaciones de cítricos y paltas, un empaque de frutas y una planta de jugos concentrados.
- Generación propia de electricidad de algo más de 51 000 kW.
- 600 km de carreteras construidas y mantenidas por la empresa.
- 1 400 km de canales de riego construidos y mantenidos por la empresa.

CONCLUSIONES

De esta manera, concluimos diciendo que la presencia del Ingenio, la gran burguesía agraria-industrial, en Ledesma, fue un factor fundamental para la urbanización de la misma. Es ese proceso de urbanización, las innovaciones tecnológicas de la cosecha tomadas por los ingenios azucareros y sus consecuentes cambios en las políticas de contratación de trabajadores temporarios, constituyeron importantes condicionantes para el desarrollo de las modalidades de asentamiento poblacional. Esto se agudizó aún más, a consecuencia de la inexistencia de una política estatal de planificación y organización del espacio urbano. A su vez, los trabajadores estacionales fueron produciendo estrategias de asentamiento y producción barrial que interactuaban con la dinámica empresarial y con el clientelismo político, para producir un modelo no planificado (al menos por urbanistas) de producción y crecimiento de la ciudad (O. Jerez y Rabey 1998).

La actual composición poblacional, y las desigualdades socioeconómicas que se expresan en la diferencial ocupación del espacio urbano con las respectivas desigualdades materiales, se fueron configurando desde los inicios del surgimiento del capitalismo en esta región (Aramayo 2009, Cruz 2014, Morales 2012, Rutledge 1987, entre otros en O. Jerez y Gutiérrez, 2017).

Las condiciones demográficas deplorables, el crecimiento poblacional a causa de las migraciones y del traslado de las gentes de la zona rural a la ciudad industrial de Ledesma donde el ingenio es el dueño de la gran mayoría de las tierras, genero hacinamientos,

viviendas con déficit de servicios básicos y posteriores tomas de tierras. A causa de estas condiciones es que la problemática habitacional en dicha localidad, es nodal.

También podemos decir que, a partir de la lectura de distintos estudios realizados a fines del siglo XX (García Moritán, 1997; O. Jerez, 1995; Mealla, 1995) podemos afirmar que las políticas de expansión de las ciudades en Jujuy han sido producto de la presión y de la acción de los sectores populares que los transformaba en co-productores de la ciudad. En dichas ciudades de la provincia, las políticas urbanas han sido el resultado de la interacción entre las prácticas de los distintos agentes sociales, legalizadas o no, por normas provinciales y municipales (O. Jerez, 1999; O. Jerez y Rabey, 1998). Es significativo señalar que, pese a que se realizaron algunos intentos de proyectar la ciudad desde una perspectiva urbanística técnico-profesional, ninguna de las planificaciones y diagnósticos se llevaron a la práctica (O. Jerez, 2007).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAMAYO, Carlos Benito (2009). *Jujuy en el bicentenario*. Buenos Aires, Argentina: Editorial Ágora.
- BALCEDA, Sofía Melina (2015). “Palpalá de hierro. Contextualización, emplazamiento y crecimiento urbano”. En Omar Jerez, Soledad Garzón, Ingrid Julián y Luciana Garzón (Compiladores), *Viejos actores, nuevas miradas. Aportes a las Ciencias Sociales por Jóvenes Investigadores*. Capítulo VII, 1a ed. - San Salvador de Jujuy: Purmamka Ediciones.
- BALCEDA, Sofía Melina (2016). “Tierras, Prácticas Sociales y Comunicación”. En C. González Pérez y M. Brunet (compiladores). 1a ed. Encuentro Nacional de Carreras de Comunicación. San Salvador de Jujuy, Jujuy: UNJu.

- BALCEDA, Sofía Melina y JEREZ, Omar (2018). La disputa por el espacio en las tierras bajas de Jujuy, Argentina. En A. Dantas y M. Toribio B. Lemons. Ed., *VI Congresso Internacional do Núcleo de Estudo das Américas*. (321pp.). Rio de Janeiro, Brasil: NUCLEAS.
- BERNAL, Gabriel; MARTÍNEZ, Ricardo y MEDINA, Fernando (2008). *Impacto económico de Ledesma S.A.A.I. en la provincia de Jujuy*. Recuperado de Naciones Unidas: <http://www.fernando-medina.com.ar/wp-content/uploads/2014/09/Impacto-Econ%C3%B3mico-de-Ledesma.pdf>
- CASTELLS, Manuel (1974). *La cuestión urbana*. México: Siglo XXI Editores S.A.
- FERULLO, Hugo (2013). Apuntes sobre la economía política del (sub) desarrollo regional argentino. Voces en el Fénix N° 27 Viñas de Ira. Economías Regionales. En: <https://www.vocesenelfenix.com/content/apuntes-sobre-la-econom%C3%AD-pol%C3%ADtica-del-subdesarrollo-regional-argentino>
- FERREIRO, Juan Pablo; GONZÁLEZ, Daniel Raúl y ARGÜELLO Susana (1992). Y al principio era la fábrica: Una aproximación a la problemática de la identidad sociocultural en Palpalá. Cuadernos N° 4, pp: 145-152. FHyCS, UNJu.
- GARCÍA MORITÁN, Matilde (1997). Campo Verde. Un proyecto urbano basado en la auto-organización. (Tesis de Licenciatura en Antropología, no publicada). FHyCS – UNJu. San Salvador de Jujuy, Jujuy.
- JEREZ Marcelo (2013). "El problema de la vivienda en Jujuy durante los gobiernos populares (1946-1962)". Jujuy: Editorial de la Universidad Nacional de Jujuy, EdiUnju.
- JEREZ, Omar (1995). "Queremos un terreno propio". El conocimiento y la narrativa popular para reconstruir una historia barrial. En: Gravano, Ariel (comp.). *Miradas urbanas. Visiones barriales. Diez estudios de antropología urbana sobre cuestiones barriales en regiones metropolitanas y ciudades intermedias*. Págs. 288: 153-177. Montevideo: Nordan-Comunidad.
- JEREZ, Omar y RABEY, Mario (1998). La construcción del espacio en la periferia urbana: El caso de San Pedro de Jujuy. En: *Revista Cuadernos de Antropología Social. De la Sección de Antropología Social del Instituto de Ciencias Antropológicas, UBA*. Nro. 10. Pags.228:77-96.
- JEREZ, Omar (1999). *De Evacuados a asentados: una etnografía de la periferia urbana*. Jujuy: UNJu.

- JEREZ Omar y GUTIERREZ GUERRERO Evelith (2017). La demanda y lucha de un espacio donde vivir en Libertador General San Martín. "XXXVII Encuentro de geohistoria regional. Problemáticas regionales: fronteras y conflictos". Posadas, Misiones: UNAM.
- JEREZ, Omar (1995). "Queremos un terreno propio". El conocimiento y la narrativa popular para reconstruir una historia barrial. En: Gravano, Ariel (comp.). *Miradas urbanas. Visiones barriales. Diez estudios de antropología urbana sobre cuestiones barriales en regiones metropolitanas y ciudades intermedias*. Págs. 288: 153-177. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad.
- JEREZ, Omar (2005a). Las distintas percepciones en torno a la ciudad. KAIRÓS, Revista de Temas Sociales Universidad Nacional de San Luis. Año 9 – Nº 16.
- JEREZ, Omar (2005b). ¿Quiénes construyen la ciudad? el espacio urbano como disputa social. En: *1er. Simposio Internacional "La investigación en la Universidad: Experiencias Innovadoras contemporáneas en Investigación y Desarrollo tecnológico"*. Pags. 49-60. Universidad Católica de Santiago del Estero, Delegación Académica San Salvador de Jujuy.
- JEREZ, Omar (2007). Etnografía y procesos de urbanización. Las disputas por el espacio urbano. En Ana Núñez (Dir.). Ed., *Campo político, campo barrial... ¿(Di)-visiones en pugna?* Págs. 5-80. Mar del Plata: Suarez.
- JEREZ, Omar (2009). *Azúcar, Migración e Identidad. Procesos de urbanización en la frontera argentinoboliviana*. 1a ed. - San Salvador de Jujuy, Jujuy: DASS-UCSE.
- JEREZ, Omar y VILCA Viviana (2009). La construcción del espacio urbano: Disputas y tensiones sociales por la tierra. En: MariaGerald de Almeida y Beatriz Nates Cruz (Organizadoras) *Território e Cultura. Inclusão e exclusãodinamicassocioespaciais*. Pags. 256:86-100. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/FUNAPE; Manizales: Universidad de Caldas.
- KARASIK, Gabriela (1991). La mecanización en la industria azucarera jujeña: El discurso de los agentes sociales. Cuadernos, 2: 13-15. FHyCS, UNJu.
- LAGOS, Marcelo y TERUEL, Ana (1989). Composición del sector laboral en la industria azucarera jujeña en la etapa de despegue. En: Cuadernos 1. FHyCS, UNJu.
- MEALLA, Ana María (1995). Construcción del espacio urbano en Perico. (Tesis de Licenciatura en Antropología, no publicada). FHyCS-UNJu. San Salvador de Jujuy, Jujuy.

NELLI, Ricardo (1988). *La injusticia cojuda. Testimonios de los trabajadores dl azúcar del ingenio Ledesma*. Buenos Aires, Argentina: Puntosur.

SANTAMARIA, Daniel y LAGOS Marcelo (1992). Historia y etnografía de las tierras bajas del norte argentino. Trabajo realizado y perspectivas. En: Anuario del IEHS, VII. Tandil.

SANTAMARIA, Daniel (1984). Acceso tradicional a la fuerza de trabajo rural, política de tierras y desarrollo capitalista. El caso de la agricultura de caña de azúcar en el noroeste argentino. pp. 117-130. En: Revista Paraguaya de Sociología. N° 21. Año 60.

TERUEL, Ana (2005). "Las tierras bajas. Una historia de frontera, azúcar y olvidos". En D. Santamaría (comp.), *Jujuy. Arqueología, Historia, Economía y Sociedad. Centro de Estudios Indígenas y Coloniales*. Jujuy: Cuadernos del Duende.

TERUEL, Ana y BOVI, Maria Teresa (2010). Del ordenamiento a la propiedad territorial de Jujuy. Del antiguo régimen a la modernidad. En A. Teruel (comp.), *Problemas nacionales en escalas locales. Instituciones, actores y prácticas de la modernidad en Jujuy*. Rosario, Argentina: Prohistoria Ediciones.

7

LA EVOLUCIÓN DE LA TELEVISIÓN EN ZONAS DE FRONTERA. ANÁLISIS COMPARATIVO DE CANALES ABIERTOS Y GRATUITOS EN LAS PROVINCIAS DE CORRIENTES Y JUJUY ¹

Miguel Ángel Vilte ²

INTRODUCCIÓN

El presente trabajo constituye una parte de la tesis doctoral en ciencias sociales que focaliza el estudio y análisis de la configuración del sector audiovisual y de telecomunicaciones en el ecosistema de la televisión, radio y acceso a Internet en las zonas de frontera del Norte Grande argentino, a partir de los casos de las provincias fronterizas de Corrientes y Jujuy.

En el artículo se aborda, en una primera instancia, la evolución de la televisión en las zonas de frontera en un contexto de convergencia digital y luego se realiza un análisis comparativo, desde la Economía Política de la Comunicación, de la televisión abierta y gratuita de aspectos de producción y distribución en comunidades de fronteras de las provincias de Corrientes y Jujuy.

¹ Fecha de realización: diciembre de 2021.

² viltebosch@gmail.com. Doctorando en Ciencias Sociales - FHyCS, Universidad Nacional de Jujuy. Docente-Investigador Facultad de Humanidades. Universidad Nacional del Nordeste.

Entendemos que quienes viven en fronteras políticas enfrentan no solamente los controles físicos y legales del límite político entre dos o más Estados, sino también los límites culturales y simbólicos promovidos por la escuela y los medios. Estos últimos, juegan un rol crucial en esos procesos de inclusión/exclusión que suponen las fronteras, propiciando el cierre o la apertura de las fronteras, jugando a ser o bien “productores de soberanía” o bien “productores de integración”.

OBJETIVO, CONCEPTOS TEÓRICOS, METODOLOGÍA, DESARROLLO

OBJETIVO

Describir el escenario de la evolución de la televisión y realizar un análisis comparativo de canales abiertos y gratuitos en aspectos de producción y distribución en comunidades de fronteras de las provincias de Corrientes y Jujuy.

CONCEPTOS REFERENCIALES TEÓRICOS

El trabajo analiza el sistema mediático en las zonas de frontera. Al respecto compartimos con Grimson (2000) que expresa

es muy difícil que la gente que vive en una frontera política resulte inmune a los procesos de nacionalización y a las políticas nacionalistas; de escuelas, ejércitos, un gran número de instituciones y de políticas institucionales en el área de educación, etc., que surgen a partir de la presencia del Estado (p. 31).

Por lo cual los habitantes fronterizos encuentran límites culturales y simbólicos promovidos por la escuela y los medios de comunicación, de allí el interés del estudio en este ámbito.

Para analizar las formas de producción y distribución de contenidos en la televisión abierta en las provincias de Corrientes y Jujuy, recurrimos a Mastrini (2013) que expresa

la Economía Política de la Comunicación (EPC) resulta del cruce de diversos campos académicos: la economía, la ciencia política y las llamadas ciencias de la comunicación o la información. A su vez, señala que el objeto general de estudio se centra en las relaciones sociales, particularmente las relaciones de poder que constituyen la producción, distribución y consumo de los bienes simbólicos (p. 99).

Mientras que Zallo (2016) entiende

una doble naturaleza, industria y cultura, a la vez que distingue las grandes empresas transnacionales de la cultura y la comunicación de las pequeñas empresas culturales. También señala que en los territorios cuentan con un suficiente entramado industrial cultural de cara a recrear su cultura e identidad en un espacio y mercado, abiertos pero hegemonizados por Estados Unidos (p. 7).

Por otro lado, Castell (2001) dice que

hay una concentración mucho mayor de la industria proveedora de contenidos de Internet, así como de tecnología de Internet, que de cualquier otro tipo de industria y se concentra fundamentalmente en las principales áreas metropolitanas de los principales países del mundo (p. 4).

En tanto que Baladrón (2019) menciona que

la expansión masiva y comercial de internet desde mediados de la década de 1990 se dio en el contexto político y económico del neoliberalismo, cuya impronta se observa en las políticas públicas del sector de las telecomunicaciones, con la privatización de las empresas estatales y la implementación de programas pro-mercado que tenían como objetivo la competencia efectiva. Sin embargo, en la mayoría de los países se generaron mercados oligopólicos o altamente concentrados (p.2).

De esta manera,

la web, como todo espacio social, no se articula sobre la producción de información, sino sobre la distribución, sobre el poder para establecer filtros en la selección de información. Bajo toda arquitectura informacional se esconde una estructura de poder. En la web de las puntocoms el poder para elegir qué se producía y qué se seleccionaba era básicamente el mismo y las decisiones las tomaban los mismos sujetos (Ugarte, 2007: 109).

En este contexto, compartimos con Gordillo (2009) que la televisión transcurre por distintas etapas: la paleotelevisión, situada desde las primeras emisiones televisivas en los años cincuenta, se caracteriza por desarrollo televisivo; los balbuceos tecnológicos y la hegemonía de canales estatales. Una segunda etapa, la neotelevisión que empieza a imponerse a finales de los ochenta, allí se observa una proliferación de canales que conlleva la multiplicación de horas de televisión que, a su vez, implicó una apertura en los contenidos. Mientras que en el siglo XXI nos encontramos con una tercera generación de televisión, la hipertelevisión que abarca tres modelos: la televisión generalista, la multitemática de las diferentes plataformas y la que converge con Internet y la telefonía móvil. Los tres modelos conviven sin conflicto ni oposiciones excluyentes, complementándose y configurando diferentes

ofertas de recepción para abarcar la multiplicación de casuísticas dentro de los espectadores (p.13-15).

De esta manera la televisión abierta fue reconvirtiéndose en sus modos de producción y distribución de contenidos, según Brunet (2016)

a partir de la estructura técnica, de propiedad, los contenidos y la configuración de experiencias de recepción, la formación de recursos humanos y de públicos; unos medios nutren a otros o mutan a estructuras más complejas: de propaladoras a radio, o de radio a canal de televisión, de canal de televisión a multimedio regional, etc. (p.27).

Al respecto, Notar (2019) dice que

en la década de los noventa la industria de la TV tuvo que adaptarse para hacer mucha más cantidad de horas de programas y así llenar señales de cable que iban naciendo. En tanto que ahora estamos en la segunda ola de ampliación de la cantidad de horas a distribuir. Ahora tienen que adaptarse para miles de pantallas y plataformas (p.75).

Además, Jenkins (2006) expresa que

la convergencia altera la relación entre las tecnologías existentes, las industrias, los mercados, los géneros y el público. También la lógica con la que operan las industrias mediáticas y con la que procesan la información y el entretenimiento los consumidores de los medios (p.26); representa un cambio de paradigma: el paso de los contenidos específicos de un medio a los contenidos que fluyen por múltiples canales mediáticos, a la creciente interdependencia de los sistemas de comunicación, a los múltiples modos de acceder a los contenidos mediáticos, y a relaciones cada vez más complejas entre los medios corporativos de arriba abajo y la cultura participativa de abajo arriba (p. 241).

De este modo, Notar (2019) afirma que los cambios son técnicos, pero también estéticos y narrativos. Pero también se dan tanto en la distribución y consumo, como en la producción y la oferta de los contenidos.

Por otra parte, Becerra y Mastrini (2017) expresan que

en los últimos años, la TV abierta acusa no solo el impacto de la competencia de la TV de pago sino de los operadores “Over The Top” (OTT), como Netflix, además del uso de contenidos audiovisuales en You Tube. Afirma que la concentración del sector es muy alta, ya que los dos canales líderes (Telefé, vendida en 2016 a ViacomCBS y Canal 13, del Grupo Clarín) sumados superan el 65% del share³ y los cuatro canales privados del área metropolitana de Buenos Aires, cuya programación es replicada por los canales de aire del resto del país y que, como canales, están además incluidos en los sistemas de TV de pago en todo el territorio, representan el 92% del share (p. 86).

Por lo tanto, es necesario tener en cuenta lo que señala Iosifidis (2010),

la excesiva concentración pone en peligro el pluralismo y la diversidad. En el caso de las actividades ligadas a la comunicación, la información y la cultura, los procesos de concentración tienen una doble significación, porque a la situación económica debe añadirse la importancia simbólica de los bienes inmateriales que esas actividades producen (Mastrini; Becerra, 2017: 23).

Por lo que es necesario considerar a otro sector subsidiario de la comunicación que funciona con asimetría en zonas de frontera, al respecto Monje (2020a) entiende que la

³ Porcentaje o porción de la audiencia que tiene un programa de televisión determinado.

convergencia periférica tiene lugar en un territorio de heterogeneidad y diferencias sobre el cual el Estado ha reparado escasamente y donde, de no mediar políticas activas, las dinámicas de mercado producirán una segregación en favor de los actores de mayor porte (p.18).

También sostiene que en instancias de desarrollo y apropiación de tecnologías por parte de actores info-comunicacionales subalternizados como su incidencia en el diseño de políticas públicas (...) y los modos de relacionamiento y construcción colectiva que se dan para sí en la disputa por la hegemonía (Monje, 2020b: 8).

Finalmente, Mastrini y Becerra (2017) expresan que

en el sector cultural la concentración puede generar además significativos problemas en materia de límites a la diversidad y la pluralidad de ideas, asuntos que demandan en consecuencia la acción estatal (p. 26). Se trata de productos que no solo tienen un costo de producción y un valor de intercambio en el mercado, sino además un rol significativo en la constitución de identidades políticas y culturales (p. 36).

Estos aspectos son de interés en el análisis.

METODOLOGÍA

El trabajo realiza una descripción de aspectos principales de la evolución de la televisión desde su surgimiento hasta la etapa de convergencia digital. Luego de la descripción del escenario desde una mirada de frontera se procede al análisis comparativo de los principales canales abiertos y gratuitos de televisión de las provincias de Corrientes y Jujuy, Canal 13 y Canal 7, respectivamente, como también la Televisión Digital Abierta (TDA) que tienen alcance en las provincias mencionadas.

A ese efecto se establecen diversas categorías de análisis que reflejan la evolución y sus adecuaciones.

La investigación se realiza desde una postura epistemológica hermenéutica-interpretativa. El estudio descriptivo en una primera instancia, exhibe las características relevantes de la estructura de la televisión en las zonas de frontera, identificando aspectos esenciales del objeto de estudio. La triangulación de datos obtenidos en distintas provincias se analiza comparativamente identificando coincidencias, similitudes y diferencias sobre una misma categoría de análisis. Cabe mencionar que el diseño de la investigación fue no experimental ya que se observó los objetos de estudio tal como funcionan en el territorio, para luego analizarlos y compararlos.

IDENTIFICACIÓN DE CANALES DE TELEVISIÓN ABIERTOS Y GRATUITOS EN CORRIENTES Y JUJUY

En esta parte del trabajo se estudia la configuración de la televisión en las zonas de frontera del Norte Grande, en forma específica los principales operadores, en cuanto a las formas de producción y distribución de contenidos audiovisuales en un sistema de medios convergentes, específicamente en las provincias de Corrientes y Jujuy.

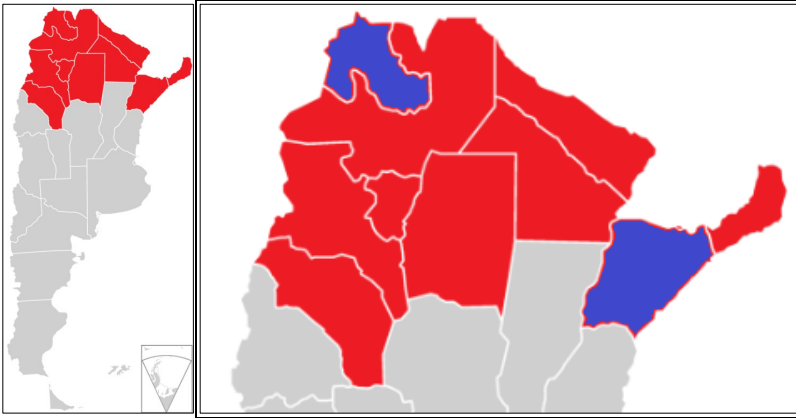


Gráfico 1. En el primer gráfico observamos las nueve provincias que integran el Norte Grande Argentino correspondientes a la región del Noroeste y Nordeste argentino. Mientras que en el segundo gráfico se observa en color las dos provincias de frontera seleccionadas: Corrientes que tiene límites con Paraguay; Brasil y Uruguay, como también las provincias de Entre Ríos, Santa Fe y Chaco. Y la provincia de Jujuy que tiene límites con Bolivia; Chile y la provincia de Salta.

De esta manera, el sistema mediático de comunicación en la **provincia Corrientes**, está conformado en televisión abierta, por el Canal 13 de la ciudad de Corrientes que cuenta con una repetidora en la ciudad de Goya, distante a 225 km de la capital de Corrientes, actualmente el canal de aire transmite en señal HD. También comparte el espectro radio eléctrico, con el Canal 5 TV Corrientes que tiene una señal digital y se emite vía satelital a través del satélite ARSAT e Hispasa, por lo que llega a distintos lugares del país, en la medida que se disponga del sistema.

Como también se accede a la Televisión Digital Abierta (TDA)⁴, que toma señal desde de estación retransmisora de Puerto Tirol en la

⁴ La Televisión Digital Abierta cuenta con 90 Estaciones Digitales de Transmisión (EDTs) con un alcance promedio de 60 kilómetros de radio, y 9 Unidades Transportables de Transmisión (UTTs), que cuentan con una cobertura de 20 kilómetros a la redonda. Las estaciones de transmisión están distribuidas en

provincia del Chaco, su alcance es limitado a la ciudad de Resistencia, Chaco y Corrientes. En el interior de la provincia de Corrientes, existen estaciones retransmisoras de la TDA en la ciudad de Santo Tomé, distante a 390 Km de la ciudad de Corrientes, ubicada sobre el Río Uruguay y en Ituzaingó, distante a 231 km instalada en las cercanías a la represa de Yacyretá⁵, límite con Paraguay.

También en la ciudad de Corrientes se recibe señal de Canal Chaco TV, canal del gobierno del Chaco y el Canal 9 de Resistencia, El Nueve que pertenece al Grupo Linke, es una estación de televisión abierta que transmite desde la ciudad de Resistencia, en la provincia del Chaco y tiene alcance en la zona norte de la provincia de Corrientes.

Mientras que, en la **provincia de Jujuy**, el canal de televisión de aire es el Canal 7 de Jujuy es el único como canal de televisión abierta, con repetidoras en el cerro Zapla, que permite llevar la señal a los habitantes de la zona del ramal jujeño ubicados al sur este de la provincia. También tiene repetidoras en las localidades de Humahuaca, El Aguilar y la Quiaca. Radio Visión Jujuy es la principal empresa de comunicación que opera el principal canal de televisión abierta de Jujuy y la radio LW8.

Otra de las señales de canales abiertos y gratuitos, es la que se recibe a través de la Televisión Digital Abierta (TDA), que toma señal desde las estaciones transmisoras y retransmisoras, ubicada en el Barrio Alto Padilla de San Salvador de Jujuy y en la ciudad de La Quiaca,

las principales ciudades de todo el país, brindando señales digitales al 83% de la población. Recuperado de: <https://www.argentina.gob.ar/jefatura/innovacion-publica/ssetic/conectar/tda/estaciones-de-la-television-digital-abierta>.

⁵ La Central Hidroeléctrica Yacyretá-Apipé, es un conjunto de obras civiles realizadas entre Argentina y Paraguay.

cabe mencionar que la cobertura es aceptable para las mencionadas ciudades, aunque los cerros que rodean la ciudad son limitantes para la recepción de la señal.

Cabe destacar que la TDA tiene una grilla de canales que llega a todo el país mediante el sistema de Televisión Digital Terrestre con 17 señales, entre ellas: la Televisión Pública, Encuentro, Paka Paka, DeporTV, CineAR y TecTV que son los canales del Estado nacional; como también los canales: Construir TV; Información Periodística (IP) Noticias; C5N; La Nación+; Telesur; Crónica; RT Russia; UNIFE TV (CN 23); Canal 9; Net Tv, Canal 26, Francia 24; 360 TV; entre otros canales. Estos canales se pueden acceder en ambas provincias en forma gratuita con las limitaciones de su alcance entre 60 a 80 km de donde están instaladas las estaciones transmisoras y retransmisoras según las condiciones geográficas.

A continuación, presentamos un mapeo de señales de canales de televisión abiertos y gratuitos que se reciben en cinco departamentos seleccionados en las provincias de Corrientes y Jujuy.

Provincias	Localidades	Canales de televisión abiertos y gratuitos
Corrientes	Corrientes Capital	-13 MAX Televisión. -Televisión Digital Abierta” (TDA) -Canal 9 Resistencia, Chaco. -Canal Chaco TV.
	Ituzaingó	-Televisión Digital Abierta (TDA). - LT 85 TV Canal 12, Posadas. Misiones.
	Alvear	-Bandeirantes, Brasil. -Machete, Brasil. -Rede Globo, Brasil. -RTV, Brasil.
	Monte Caseros	-Canal 5 Monte Caseros.

		-Canal 10 de Bella Unión, Uruguay. - Rede Globo, Brasil.
	Goya	-13 MAX Televisión.
Jujuy	San Salvador de Jujuy.	-Canal 7 de Jujuy -Televisión Digital Abierta (TDA).
	Susques	-No hay señal de canales de TV abiertos
	Santa Catalina	-No hay señal de canales de TV abiertos
	La Quiaca	-Televisión Digital Abierta (TDA). - Canal 7 de Jujuy
	Tilcara	-No hay señal de canales TV abiertos -Canal 7 de Jujuy, con dificultades/intermitencias.

Tabla 1. Mapeo de señales de canales de televisión abiertos y gratuitos que se reciben en cinco departamentos seleccionados en cada una de las provincias de Corrientes y Jujuy.

ANÁLISIS COMPARATIVO

Con la información disponible se realizó un análisis comparativo de canales de aire abiertos y gratuitos en las provincias de Corrientes y Jujuy. Allí se identificaron los siguientes canales de televisión: Canal 7 de Jujuy; Canal 13 de Corrientes y la Televisión Digital Terrestre (TDT), que a través de su señal se accede a varios canales de televisión nacionales e internacionales. Además, se tuvo en cuenta las funciones esenciales de la televisión de: informar, educar, entretener y promover; por lo cual se identificó que los principales canales de aire, tienen como principal producción de contenidos propios, los informativos. Por lo tanto, se analizó aspectos principales de los noticieros que se convirtieron en referentes en los territorios para acceder a información local.

Categorías	Canal 7 de Jujuy <i>LW 80 Canal 7 de Jujuy</i>	Canal 13 de Corrientes <i>LT 80 TV Canal 13 de Corrientes</i>	Televisión Digital Terrestre (TDT)
Grupo mediático al que pertenece	Radio Visión Jujuy S.A. administra el Canal 7; la radio San Salvador de Jujuy, LW8 AM 630; El diario digital, Somos Jujuy y FM Trópico. Todos los medios son abiertos y gratuitos. El canal de TV inicia la transmisión en abril de 1966.	Río Paraná TV Canal 13 de Corrientes. Emite señal desde 1963. En 2008 la Sociedad decidió cambiar el nombre de la emisora a 13 MAX Televisión. La licencia se encuentra a nombre Río Paraná S.R.L.	Estado nacional. En el 2009, se crea el Sistema Argentino de Televisión Digital Terrestre (SATVD-T), mediante Decreto 1148. Los servicios de TDT también fueron denominados como "Televisión Digital Abierta" (TDA), sigla que incluían, a los servicios satelitales gratuitos provistos por la plataforma satelital de ARSAT.
Modo de transmisión	Alta Definición (HD), siendo un canal con producción 100% digital.	Alta Definición (HD). Transmite también en analógico.	Transmite en Alta Definición (HD). Se accede en forma gratuita a la TV Pública, Encuentro, Paka Paka, DeporTV, CineAR y TecTV; Construir TV; IP Noticias; CSN; La Nación+; Telesur; Crónica; RT Russia; UNIFE TV; Canal 9; Net TV, Canal 26, Francia 24; 360 TV. entre otros.
Organización de los programas informativos/noticieros	Centrada en la producción de información local y regional, tiene la exclusividad de la programación de TELEFE. La Empresa tiene un Servicio Informativo (SI) para el Canal de TV y la radio AM y FM. El SI se encuentra	Produce contenidos informativos locales. Se destaca un programa que se emite de lunes a viernes por la mañana y se transmite de la Radio AM LT7 Radio Corrientes y dos FM en forma simultánea. Además de los dos noticieros centrales que tiene el canal de TV.	No hay producción de programas informativos locales. Solo se pone a disposición la información generada por los canales nacionales e internacionales.

	organizada sobre la realización del noticiero en tres etapas: la pre-producción, la producción y la emisión en vivo. Cuenta con corresponsalías.	También retransmite parte de la programación de TELEFÉ.	
Géneros periodísticos	Se observa una hibridación de los géneros, cambios de contenidos, el tratamiento de la noticia y la transformación de la labor de los periodistas.	A partir de hibridaciones genéricas, el noticiero va adecuándose a través de los cambios en su formato y estructura, pero, al mismo tiempo, mantiene su objetivo y su línea editorial.	-
Adecuación a la normativa nacional de televisión inclusiva.	Implementa en los informativos diarios el sistema de comunicación para personas hipoacusicas, mediante lenguaje de señas.	Implementa en los informativos diarios el sistema de comunicación para personas hipoacusicas, mediante lenguaje de señas.	Se observa que en los informativos de varios canales que se acceden por la TDA se encuentran incorporado el lenguaje de señas.
Alcance de la señal en el territorio.	El canal 7 llega por aire a través de las repetidoras o por intermedio de canales de circuito cerrado que levanta la señal. Su alcance es en la zona de frontera de Orán y Tartagal (Salta). La antena repetidora con mayor elevación está en el cerro Zapla. Sin embargo, en localidades como	La estación principal ubicada en la ciudad de Corrientes, y la red de repetidoras en las ciudades de Empedrado, Bella Vista y Goya. El canal no llega a los departamentos del sur de la provincia, tampoco a los departamentos sobre la costa del río Uruguay. También la señal llega a parte de los departamentos del	Dispone de repetidoras en la provincia de Jujuy, en la ciudad de San Salvador de Jujuy y en La Quica. Mientras que, en la provincia de Corrientes, tiene repetidoras en Santo Tomé e Ituzaingó. En tanto que ciudad de Corrientes recibe la señal de la repetidora de Puerto Tirol, Chaco. El alcance de señal es alrededor de 60 Km dependiendo de las características geográficas

	<p>Tilcara hay dificultades de la llegada de la señal; en tanto que en Susques y Santa Catalina no llega la señal. Algunos Municipios se hacían cargo del mantenimiento de las repetidoras. También la programación está disponible en DIRECTV, llega a abonados de Jujuy, Salta y Tucumán. También por FLOW.</p>	<p>Chaco y norte de la provincia de Santa Fe.</p>	<p>del territorio (zonas montañosas o llanuras)</p>
<p>Distribución de los contenidos</p>	<p>Los contenidos se distribuyen en los multimedios de la empresa, canales de circuito cerrado; televisión satelital; y TV IP, como FLOW. También se accede a la programación en vivo desde el sitio web institucional https://www.somosjujuy.com.ar Por otro lado, se accede a contenidos periodísticos a través del canal de You Tube “Canal 7 Jujuy” y otras redes sociales.</p>	<p>La programación está a disposición en la página web 13maxtv.com, como también para difundir información de interés. A su vez, la programación circula por plataformas digitales como redes sociales: Instagram (13max.tv), twitter (@13max_TV) y Facebook. Este tipo de abordaje de la información permite alcanzar otro público y ejercer mayor interacción.</p>	<p>La TDT constituye un medio que se accede a distintos canales de televisión gratuitos, cuyos contenidos circulan con alta calidad de imagen y sonido. Encontrando como limitantes el funcionamiento de las estaciones transmisoras y retransmisoras. Cabe recordar el objetivo de la TDT es la transición de la televisión analógica a la digital con el fin de garantizar la adhesión progresiva y gratuita de todos los usuarios.</p>

Tabla 2. Análisis comparativo por categorías de los canales de televisión abiertos y gratuitos: Canal 7 de San Salvador de Jujuy; Canal 13 de Corrientes y la Televisión Digital Terrestre (TDT).

CONSIDERACIONES FINALES

- Los canales de televisión 7 de Jujuy y 13 Max Televisión de Corrientes, llegan con señal abierta y gratuita a lugares de mayor densidad poblacional.

- En la actualidad, ambos canales tienen producción de contenidos propios, también coproducen con productoras locales, pero retransmiten parte de la programación del canal de TELEFE. Cabe recordar que, en sus inicios por la década de 1960, la mayoría de los contenidos era provista por la empresa Producciones Argentinas de Televisión S.A.C.I.F (PROARTEL) que producía contenidos para el canal 13 de Buenos Aires.

- La Televisión Digital Terrestre (TDT) surge para revertir un escenario de alta concentración mediática. Tiene como desafío el desarrollo de infraestructura en el territorio nacional; formación de recursos humanos en aspectos técnicos y producción de contenidos audiovisuales; el acceso a la tecnología digital; la transición de la televisión analógica a la digital con el fin de garantizar la adhesión progresiva y gratuita de todos los usuarios, etc. Es aún incipiente, pero se considera que tiene una gran potencialidad de desarrollo.

- A pesar de las decisiones políticas que buscaron revertir el escenario de concentración en el sector audiovisual, se mantiene hasta la actualidad la preeminencia de grupos mediáticos concentrados.

A MODO DE CONCLUSIÓN

La descripción de la televisión en zonas de frontera y el análisis comparativo en las provincias de Corrientes y Jujuy nos permitió comprender el proceso que transcurrió la televisión desde sus inicios y los intereses en juego de los actores intervinientes en la producción audiovisual, como también las tensiones en las relaciones del sistema político y mediático que incide en la conformación del sector audiovisual, especialmente en zonas de frontera.

También se observa en el proceso de la evolución de la televisión abierta y gratuita en zonas de frontera que existen dificultades de llegada de la señal de los canales objeto de análisis a las localidades con menor cantidad de habitantes. Mientras que TDA tiene aún escaso impacto en las comunidades porque depende de las inversiones que se realicen para la instalación de retransmisoras en departamentos de las provincias de Corrientes y Jujuy, también su evolución está supeditada a las decisiones políticas de avanzar en tal sentido, de allí los intereses que se ponen en juego, ya que la consolidación de la TDA podría afectar al sector audiovisual privado.

Además, en un escenario de convergencia digital, nos encontramos con una audiencia fragmentada, dispersa con cambios de hábitos en el consumo de productos audiovisuales, pero también con preferencias de producción de contenidos. Sin embargo, en las localidades más alejadas de las capitales provinciales, existen dificultades en el acceso a internet, lo que ocasiona que los habitantes tengan dificultades para acceder a contenidos audiovisuales por medio de Internet. A pesar de ello, las

principales reconversiones de los canales de televisión analizados giraron hacia la producción multimedia, multiplataformas y transmedia.

También se observa que actores subalterizados y asociativos que intervienen en la convergencia periférica, adquieren trascendencia porque desde territorios periféricos atienden y brindan servicios de televisión, internet, telefonía, etc.; es decir abordan desde la práctica aspectos de la economía política, la información, la comunicación y la cultura.

DISCUSIÓN

El análisis podría ser un aporte para reestablecer el debate de las políticas de comunicación y la organización democrática de la información, estableciendo propuestas más equitativas para la producción y distribución de la información y contenidos audiovisuales con la participación del sector privado sin fines de lucro para apoyar el acceso público de bienes culturales.

Dejamos estas preguntas que pueden ser motivo para dar continuidad al análisis:

¿La producción y distribución de la información y contenidos audiovisuales con la participación del sector privado sin fines de lucro para apoyar el acceso público de bienes culturales, es posible en el escenario de convergencia digital?

¿Cómo evolucionará la televisión en los próximos años?

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BALADRON, M. (2019). El Plan Argentina Conectada: una política de Estado desde la infraestructura de comunicaciones. *Ciencia, Tecnología y Política | Año 2 | N°2 | ISSN 2618-3188 | www.revistas.unlp.edu.ar/CTyP.*
- BECERRA, M. y MASTRINI, G. (2017). *La concentración infocomunicacional en América Latina (2000-2015). Nuevos medios y tecnologías, menos actores.* Buenos Aires, Argentina: 1ra ed. - Bernal: Universidad Nacional de Quilmes; Observacom. Buenos Aires.
- BRUNET, M. (2014) “Hacia la frontera norte de La Patria. Una historia de la televisión jujeña, impulsada por la dictadura militar”. Facultad de Humanidades Escuela de Ciencias de la Comunicación. Año 1 - N° 1 - Vol 1. <http://editorial.unsa.edu.ar/ojs/index.php/awasqa>
- CASTELLS, M. (2001): *Internet y la Sociedad Red URL. Lección inaugural del programa de doctorado sobre la sociedad de la información y el conocimiento -UOC-.*
- GRIMSOM, A. (2000). “Introducción: ¿Fronteras políticas vs. Fronteras culturales?”. Ciccus -La Crujía, Buenos Aires.
- GRIMSOM, A. (2002) “Fronteras, naciones e Identidades”, Ciccus – La Crujía, Buenos Aires.
- GORDILLO, I. (2009) *La hipertelevisión: géneros y formatos.* Editorial "Quipus", CIESPAL. Quito-Ecuador. ISBN: 978-9978-55-071-7.
- JENKINS, H. (2006) *Convergence Culture La cultura de la convergencia de los medios de comunicación.* Ediciones Paidós Ibérica, S.A.
- MASTRINI, G. (2013) Tesis doctoral: “Las industrias culturales en Argentina”. Departamento de Periodismo III. Facultad de Ciencias de la Información. Universidad Complutense de Madrid.
- MONJE, D.; GERBALDO, J.; RIVERO, E. y FERNÁNDEZ, A. (Coord.) (2020a). *Otras Plataformas. Tramas de una convergencia periférica en sectores populares, cooperativos y alternativos.* Centro de Estudios Avanzados, Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Córdoba (CEA FCS UNC). Lago editora: Córdoba.

- MONJE, D. (2020b) Por una economía política de la comunicación popular: primeros apuntes sobre un territorio en construcción. CEA/FCS. Universidad Nacional de Córdoba. VII Escuela de Verano ALAIC. Lima, Perú.
- NOTAR, N. (2017) La televisión del futuro. Streaming, big data, on demand y el nuevo espectador. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ariel.
- UGARTE, D. (2007) El Poder de las redes. El isbn de la edición electrónica es 978-84-611-8873-4.
- VILTE, M. A. (2018) El funcionamiento del sistema de la televisión en el paso de lo analógico a lo digital en la integración regional, a partir del caso en la triple frontera del MERCOSUR. Universidad Internacional Tres Fronteras. República del Paraguay. Fundación Democracia. Círculo de Legisladores de la Nación Argentina.
- VILTE. M.A. (2021) Abordajes sobre la evolución de la televisión desde una perspectiva de frontera. Revista Argentina de Comunicación. Federación Argentina de Carreras de Comunicación Social (FADECCOS). Año 9 N°12 | ISSN en línea 2718-6164. pp. 267-291.
- ZALLO ELGEZABAL, R. (2016) Tendencias en comunicación. Cultura digital y poder. Editorial Gedisa, S.A. Barcelona. España.

OS AUTORES

Adriano Alberto Smolarek Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, Brasil. smolarek01@gmail.com

Christiane Cruvinel Queiroz - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, Brasil. christianequeiroz75@gmail.com

Farid Diego Astorga – Universidad Nacional de Jujuy, Doctorado en Ciencias Sociales. San Salvador de Jujuy, Jujuy, Argentina. faridastorga@gmail.com

João Irineu de Resende Miranda - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, Brasil. joairineu78@gmail.com

Lislei Teresinha Preuss - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, Brasil. lisleipreuss@gmail.com

Lucia Cortes da Costa - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, Brasil. cortesluci@gmail.com

Mariana Fordellone Rosa Cruz - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, Brasil. mfrc86@hotmail.com

Miguel Ángel Vilte - Universidad Nacional de Jujuy, Doctorado en Ciencias Sociales. San Salvador de Jujuy, Jujuy, Argentina. viltebosch@gmail.com

Nayara Cristina Bueno - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Ponta Grossa, Brasil. nbueno@unicentro.br

Sofia Melina Balceda - Universidad Nacional de Jujuy, Doctorado en Ciencias Sociales. San Salvador de Jujuy, Jujuy, Argentina. melinabalceda9@gmail.com



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org

contato@editorafi.org